JORNAL NOROESTE

"Deus seja louvado"

Sexta-feira, 09 de Junho de 2023



Ano 29 - Edição 1504

www.jornalnoroeste.com | Edição Regional

contato@jornalnoroeste.com

SEMANA DO MEIO AMBIENTE

Descarte indiscriminado de lixo em estradas vicinais ameaça o meio ambiente e a saúde pública

O descarte irregular de lixo em estradas vicinais não é apenas uma questão ambiental, mas também de saúde pública. Reportagem flagrou várias cenas de flagrante desrespeito ao meio ambiente.



Colunas

EM FOCO

Eleições Municipais e a importância de se trabalhar um nome

PÁG. 2

ANÁLISE DE MERCADO EM FOCO

Como realizar a segmentação do público-alvo de forma eficiente?

PÁG. 2

SAÚDE EM PAUTA

Fortalecendo o sistema imunológico através da alimentação

PÁG. 2

Proposta de Lei Vini Jr Projeto do deputado Anibelli Neto busca exigir divulgação de alerta sobre injúria racial em eventos públicos no Paraná

PÁG. 14

Capital do Frio Paranaense

ficou em evidência com reunião da **ADJORI/PR**



PÁG. 14



Céu Claro

AGRICULTULTA

Clima tem favorecido o plantio de trigo e colheita de feijão no Paraná



PÁG. 13

Há 28 anos, sua melhor fonte de informação, impressa ou on-line





Podemos mudar a forma como a notícia chega até você, mas o compromisso com a melhor informação continua o mesmo, desde 9 de junho de 1995.







Eleições Municipais e a importância de se "trabalhar um nome"

As eleições municipais de 2024, oportunidade em que elegeremos prefeito, vice e vereadores já começam a ser alvo de especulações. Se por um lado, em Nova Esperança, a oposição ao atual grupo político começa a dar mostras de quem poderá ser seu pré-candidato (a) na disputa do pleito, a situação, embora tenha muitos nomes como possíveis postulantes, ainda não 'trabalhou" um nome, é sabido que essas questões quase sempre são definidas mais para frente, porém tal condição pode fazer toda a diferença.

Entendo que uma das principais vantagens de um grupo político "trabalhar" um nome previamente é a possibilidade de estabelecer uma conexão com a comunidade local. Ao se envolver em projetos e iniciativas que beneficiem a população e lhe dê ampla visibilidade, o candidato (a) vai construindo ou aprimorando uma reputação positiva e ter o reconhecimento de se tratar de alguém realmente comprometido com o bem-estar da cidade. Tal presença ativa e constante na comunidade contribui para o fortalecimento do nome do candidato e para a construção de uma base de eleitores leais, que se identifiquem com suas ideias, propostas e forma de interagir com o público.

Além disso, "trabalhar" um nome antecipadamente para prefeito (a) permite ao candidato (a) desenvolver sua plataforma politica de maneira mais efetiva. Durante o período de preparação é possível pesquisar e identificar as principais necessidades e demandas da população bem como elaborar para seu futuro plano de governo, propostas e soluções realistas e viáveis. Essa abordagem, embasada em dados e informações concretas é fundamental para conquistar a confiança dos eleitores e estabelecer uma plataforma sólida e coerente.

Outro aspecto relevante de "trabalhar" um nome previamente é a oportunidade de estabelecer parcerias e alianças políticas. Durante esse processo de preparação, o candidato pode buscar apoio de lideranças locais, partidos políticos, organizações da sociedade civil e outras figuras locais que exercem influência e atuam como

formadoras de opinião. Tais alianças podem contribuir para fortalecer a candidatura, agregar recursos e ampliar a base de apoio, aumentando assim as chances de sucesso nas eleições municipais. Com efeito, o possível candidato terá a oportunidade de conhecer melhor a realidade local, os desafios enfrentados e apresentar possíveis soluções para tais demandas. Isso permite que ele e o próprio grupo político do qual faz parte se preparem adequadamente tanto para a disputa do pleito quanto para o exercício do cargo, desenvolvendo habilidades de liderança, compreensão dos problemas municipais e capacidade de tomada de decisões informadas. Essa preparação antecipada é importante para o êxito da disputa bem como para um mandato bem-sucedido, com vistas a corresponder as expectativas da população.

Finalizo dizendo que trabalhar um nome previamente é uma estratégia essencial para os candidatos, tanto ao cargo de prefeito (a) ou vereador (a) que almejam conquistar um cargo seja na administração quanto no legislativo municipal.

"Campanhas políticas são como esportes de time, você não consegue fazer e vencer se estiver sozinho" - Carlos Kayoda -Estrategista Político

> Alex Fernandes França é Administrador de Empresas, Teólogo, Historiador e Mestrando em Ensino pelo PPIFOR - UNESPAR

A opinião do colunista não reflete, necessariamente, a do Jornal Noroeste



Como realizar a segmentação do público-alvo de forma eficiente?

Utilizar a inteligência de mercado para segmentar o público--alvo de forma eficiente envolve uma abordagem estratégica baseada em análise de dados e insights.

Comece determinando claramente quais são seus objetivos de segmentação. Por exemplo, você pode querer identificar os segmentos de mercado mais lucrativos, compreender as necessidades dos clientes ou direcionar melhor suas campanhas de marketing.

Reúna informações sobre seus clientes atuais e potenciais. Isso pode incluir dados demográficos (idade, gênero, localização), comportamentais (hábitos de compra, preferências) e psicográficos (valores, interesses, estilo de vida). Utilize diversas fontes, como pesquisas quantitativas e qualitativas, análises de dados internos e externos, dados de mercado e redes sociais.

Utilize técnicas de análise de dados para identificar padrões e tendências. A análise estatística, como análise de cluster e regressão, pode ser útil para encontrar grupos distintos dentro da sua base de clientes. Também é possível utilizar ferramentas de mineração de dados e aprendizado de máquina para extrair informações valiosas.

Com base na análise dos dados, identifique os segmentos de mercado mais relevantes e distintos. Considere critérios como comportamento de compra, necessidades e características comuns. É possível criar personas ou perfis fictícios que representem esses segmentos para facilitar a compreensão.

Além de identificar os segmentos, é importante avaliar sua atratividade. Considere os fatores como o tamanho do segmento, seu potencial de crescimento, concorrência e lucratividade. Não esqueça de priorizar os segmentos que oferecem maior oportunidade de sucesso.

Após analisar as informações obtidas, crie estratégias de marketing específicas para cada segmento identificado. Adapte sua mensagem, canais de comunicação, oferta de produtos/serviços e abordagem de acordo com as necessidades e preferências de cada

A segmentação de mercado é um processo contínuo. Monitore regularmente o desempenho de suas estratégias segmentadas e faça ajustes conforme necessário. Esteja atento a mudanças nas



necessidades e comportamentos do público-alvo e adapte-se a

Lembrando que a inteligência de mercado é uma área em constante evolução, e é fundamental manter-se atualizado com as novas tendências, tecnologias e melhores práticas para obter os melhores resultados na segmentação do público-alvo.

Natália Campana é formada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), pós-graduada em Gestão de Pessoas e Gestão

Estratégica de Negócios (Unicesumar) e Co-Founder da empresa Fly Analytics. A opinião do colunista não reflete, necessariamente, a do Jornal Noroeste





Fortalecendo o sistema imunológico através da alimentação

Se você tem tido infecções constantes, vive cansado, desanimado, sem ânimo para realizar as atividades diárias, baixa produtividade, com fortes dores de cabeça, náuseas, tonturas, febre, vômitos ou diarreia, é possível que a sua imunidade esteja fraca.

E é sabido por todos que se seu sistema imunológico estiver enfraquecido, com certeza você estará mais susceptível a adquirir várias doenças, em especial nesta época do ano em as temperaturas caem, ora está frio, ora faz calor, umidade baixa, gripes e resfriados dominam os consultórios médicos.

É preciso fortalecer nossas defesas, pensando nisso, é de extrema importância cuidarmos da nossa saúde, não existe receitas milagrosas, o que realmente funciona é ter uma vida saudável, através de uma alimentação balanceada, praticando atividades física regularmente, somado ao um estilo de vida saudável, ou seja, dormir bem, beber bastante água ao longo do dia, não fumar e controlar o estresse e a ansiedade. Estes fatores combinados podem sim garantir uma boa saúde e uma imunidade alta.

Falando em alimentos, venho trazer alguns alimentos que podem ajudar a fortalecer nosso organismo.

- Frutas cítricas são ricas em Vitamina C, que é a melhor amiga do sistema imunológico, é antioxidante e reforça a imunidade. Dentre elas temos: laranja, kiwi, limão, tangerina, abacaxi e ace-
 - Vegetais verdes-escuros são ricos em ferro e ácido fólico, eles

estimulam a formação dos glóbulos brancos, que são os nossos soldadinhos de defesa do nosso organismo. São eles: brócolis, couve, rúcula, nabo e espinafre.

- Vitamina A contribui para aumentar a nossa imunidade. Óleos vegetais, peixes, leite integral e frutas de cor laranja: mamão, a manga, cenoura e a abóbora.
- As carnes, oleaginosas e leguminosas: carnes, cereais, castanhas e leguminosas, como o feijão e as lentilhas, são ricas em zinco e auxiliam o sistema imune a combater doenças como gripes e resfriados. As oleaginosas como nozes, castanhas e amêndoas têm zinco e vitamina E, que combatem o enfraquecimento o sistema imunológico, principalmente em idosos.
- Vitamina E tem ação anti-inflamatória. Você poderá encontra-las nas gorduras vegetais, como o óleo de girassol, de canola e de oliva, na granola, na linhaça, nas amêndoas, nas nozes e na gema de ovo.
- Tomate é rico em licopeno que combate a ação dos radicais livres responsáveis pelo envelhecimento das células.
- Alho tem em sua composição alicina, que é um poderoso antioxidante e anti-inflamatório, e ainda atua como bactericida natural, rico em vitaminas A, C e E, ajuda a regular a pressão arterial e alivia a garganta inflamada e tosse.
- Própolis assim como o alho é um grande bactericida natural e anti-inflamatório.
- Vitamina D, são eles o salmão, a sardinha e a gema de ovo. Tomar sol diariamente pelo menos 15 minutos sem filtro solar
- Os **Probióticos** tem uma importante função de regular o intestino, ajuda no trânsito intestinal. São eles: os iogurtes, kefir, missô, kombucha, leite fermentado.
- Salmão e azeite de oliva são ricos em ômega 3 que diminuem o risco de inflamações nas artérias.
- O *Gengibre* é rico em Vitamina C e B6 e tem ação bactericida. - Procure ao preparar os alimentos usar alho, cebola, gengibre, cúrcuma, eles são naturais e ajudam a aumentar a imunidade, e

dão cor e sabor ao prato. Estes são alguns alimentos que podem ajudar a fortalecer seu sistema imunológico, lembre-se uma alimentação saudável, é colorida, quando mais cor o seu prato tiver mais vitaminas, sabor



e aroma ele terá. Evite comer comidas industrializadas e gordu-

Melhor que suplementos vitamínicos é procurar comer de forma correta. Se tiver dificuldade procure um nutricionista, que estará pronto a te orientar.

Cuide da sua alimentação, faça atividades físicas regulares e tenha um estilo de vida saudável. Assim, você terá mais saúde.

Ana Maria dos Santos Bei Salomão é enfermeira Obstetra e Especialista em Fisiologia Humana A opinião do colunista não reflete, necessariamente, a do Jornal Noroeste

EXPEDIENTE

DIRETORES PROPRIETÁRIOS: Allexander Fernandes França | Osvaldo da Costa Paiva Filho | José Antônio Rodrigues da Costa

Permitido a utilização dos textos, desde que citada a fonte

NOROESTE

Jornal Noroeste Agora LTDA - ME CNPJ 02.196.872/0001-00 l. Gov. Bento Munhoz da Rocha Neto, 354 fala 101 - Nova Esperança - PR

FONE/FAX: (44) 3252-3908 E-mail: contato@jornalnoroeste.com CIRCULAÇÃO

Nova Esperança, Maringá, Alto Paraná, Atalaia, Presidente Castelo Branco, Floraí, Uniflor, Santa Fé e Paranacity.

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Kaio Kauffman (Jornal Noroeste)

* O JN não se responsabiliza por conceitos emitidos em artigos assinados

opinião do Jornal Noroeste, que reproduz em exercício da sua atividade jornalística e

* Os Artigos, Colunas e comentários publicados não refletem, necessariamente, a

diante da liberdade de expressão e comunicação que lhe são inerentes.

IMPRESSÃO

Grafinorte S/A CNPJ: 03.758.336/0001-06

site iornalnoroeste.com

Faça o download da edição completa no









O Jornal Noroeste tem circulação bissemanal no formato impresso e digital, sendo órgão oficial dos municípios de Nova Esperança, Pres. Castelo Branco e Santa Fé

SEMANA DO MEIO AMBIENTE

Descarte indiscriminado de lixo em estradas vicinais ameaça o meio ambiente e a saúde pública

O descarte irregular de lixo em estradas vicinais não é apenas uma questão ambiental, mas também de saúde pública.

Alex Fernandes França alexnoroeste@hotmail.com

Um problema alarmante e recorrente em Nova Esperança tem chamado a atenção dos moradores da cidade: o descarte irregular de lixo em estradas vicinais. Essa prática irresponsável tem causado danos ao ambiente, ameaçando a flora e a fauna local, além de representar riscos à saúde pública.

As estradas vicinais são vias não pavimentadas que são usadas como principais conexões entre as áreas rurais e os centros urbanos. Essas estradas deveriam servir como vias de acesso seguras e convenientes, no entanto, tem sido transformada em verdadeiros depósitos de resíduos, com montanhas de lixo despejados que deveriam servir como vias de acesso seguras e convenientes têm sido transformadas em verdadeiros depósitos de resíduos, com montanhas de lixo sendo despejadas sem qualquer cuidado. Essa realidade impacta negativamente tanto os moradores das áreas rurais quanto aqueles que transitam pelas estradas, causando transtor-

As consequências do descarte do lixo de maneira irre-

nos e riscos à saúde.



Lixo jogado às margens da Estrada Paracatu em Nova Esperança: atitude irresponsável que agride o meio ambiente

gular são inúmeras, como por exemplo, o comprometimento do ecossistema local. A reportagem conversou com a bióloga Dra. Eliane Costa. Segundo ela, o acúmulo de resíduos em áreas naturais coloca em perigo a biodiversidade, afetando animais e plantas que dependem desses ecossistemas para sobreviver. "Além disso, o lixo descartado incorretamente pode contaminar o solo e a água, gerando consequências negativas para a saúde humana e animal", frisou.

Outra questão preocupante, é a proliferação de vetores de doenças. Com o descarte inadequado de resíduos, pode haver o acumulo de água, atraindo roedores, insetos como o mosquito transmissor da dengue e outros animais nocivos, que podem se tornar transmissores de doenças graves, como leptospirose, dengue e zoonoses. "Esse cenário aumenta o risco de surtos epidemiológicos e afeta diretamente a qualidade de vida da população", explicou a bióloga.

Diante dessa situação, é fundamental que medidas sejam adotadas para combater o descarte irregular de lixo. A população precisa aprender a descartar corretamente os resíduos, utilizando os sistemas de coleta disponíveis, como por exemplo o Ecoponto, localizado próximo à Cooperativa dos Catadores de Materiais recicláveis (Cocamare).

A participação ativa da comunidade também é essencial nesse processo. É fundamental que os moradores relatem casos de descarte irregular de



Segundo a bióloga Eliane Costa, "o acúmulo de resíduos em áreas naturais coloca em perigo a biodiversidade, afetando animais e plantas que dependem desses ecossistemas para sobreviver".

Foto: Alex Fernandes França



Pneu velho e outros recipientes que acumulam água: descarte irregular e irresponsável

lixo, identifiquem os infratores e façam denúncias às autoridades competentes.

"A conscientização individual e o engajamento da população são fundamentais para resolver esse problema. Cada cidadão deve assumir

zação", complementou Eliane É necessário unir esforços para combater essa prática,

protegendo o ambiente, a biodiversidade e a qualidade de vida da população. Somente com ações conjuntas e uma mudança de mentalidade em relação ao lixo será possível garantir um futuro sustentável para a nossa cidade.

tino correto de seus resíduos,

evitando o descarte em locais

inadequados e adotando prá-

ticas de reciclagem e reutili-

"Preservar o meio ambiente é responsabilidade de todos nós. Ao evitar o descarte de lixo em estradas rurais, você está contribuindo para a conservação da natureza e garantindo um ambiente saudável para as gerações futuras", finalizou Eliane Costa.



Opinião do Blog

Apesar da Lei já aprovada, entidades privadas e públicas travam o pagamento do Piso Salarial da Enfermagem.

Cerca de mil prefeitos, de diferentes municípios do Brasil, se reuniram no dia 30 de maio último, em Brasília, na sede da Confederação Nacional dos Municípios, para debaterem o piso salarial da enfermagem já aprovado, há tempo.

Discutiu-se muito sobre um aumento de 1,5% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) como fonte para arcar com o pagamento do referido piso, pois consideram que o valor de 7,3 bilhões já liberados para estados e municípios são insuficientes para custear tal despesa. Para isso, governadores e prefeitos querem que o governo federal refaça a portaria, aumentando o valor de R\$ 7,3 bilhões, retardando ainda mais o referido pagamento do piso salarial. Os critérios para a distribuição da verba levarão em questão a observância socioeconômica e demográfica, contemplando municípios com menor poder aquisitivo. Os recursos serão pagos em nove parcelas, levando em consideração que o setor privado tem que estar atendendo elo menos 60% de pacientes do SUS. Os funcionários que não receberem o piso salarial em maio e junho, terão direito a receberem a diferença como re-

Vale lembrar que o setor público terá que pagar imediatamente o piso salarial da enfermagem, enquanto que o privado será a partir de julho após uma negociação coletiva. Na portaria republicada na sexta-feira, dia 19 de maio, tem os valores que cada estado e município irá recebe, mas que poderão ser alterados.

Contudo, tem uma liminar no STF, de entidades públicas e privadas, com alegações das mais frágeis, em mãos do ministro Luis Roberto Barroso, já contestada pelo ministro Fachin, que está travando o referido pagamento do piso salarial. Tem mais ministros para opinar e votar a respeito desta liminar. É importante que você saiba que esta liminar foi solicitada por entidades que insistem em não querer cumprir a lei, criando inúmeros obstáculos, para continuar explorando a enfermagem como vem acontecendo até hoje.-

Coisas do Cotidiano

- Montadoras e concessionárias atendem o pedido de Lula e já anunciam redução de preços de veículos. O carro kwid, da Renault, passa a ser o carro mais barato do Brasil, até o momento, custando R\$ 58.990. Comemorando 70 anos de Brasil, a Volkswagen vem com tudo reduzindo preços convidativos em toda a sua linha. As demais marcas estão com bons preços o que deve aquecer o comércio de carros novos.
 - É o Bolsolão do MEC. Polícia Federal investiga o es-

- cândalo do Kit Robótica para as escolas adquiridos por sete prefeituras do Estado de Alagoas, com verbas de cerca de R\$ 26 milhões do Fundo da Educação do Ministério da Educação, no governo Bolsonaro. Os kits foram superfaturados em mais de 420%, conforme denúncia na Folha de São Paulo em abril de 2022. Cada kit custava cerca de R\$ 2.700 e as prefeituras pagaram mais de R\$ 14 mil cada, sendo que a empresa que vendeu, chamava-se Megalic, pertencente a aliados do Presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Nos cofres de um assessor de Lira, que trazia verbas de Brasília, foi encontrado mais de R\$ três milhões e meio. Ao jornal, a Secretaria de Educação da cidade de Flexeiras, Maria José Gomes, uma das cidades beneficiadas pela corrupção, disse "que os recursos federais para a compra do kit robótica só foi possível graças a liberação e intervenção de Arthur Lira. Na oportunidade, ao ser questionado, Bolsonaro minimizou mais esta corrupção em seu governo.
- Sugestão do blog à Lula: Em vez de estar preocupado com a paz mundial, que é um assunto que nem Rússia, nem Ucrânia e nem diversos outros países, como os Estados Unidos, não estão preocupados, melhor seria se o presidente preocupasse com a paz aqui mesmo, assim como se preocupar com diversos partidos aliados com cargos no governo, votando contra o gover-
- A atriz Cláudia Ohana, a Dora da novela "Vai na Fé," da Globo, diz sofrer de nosofobia. Você sabe o que é nosofobia? É um transtorno de ansiedade em que existe um grande medo de adquirir uma doença específica no futuro. Na novela atual da Globo, a personagem Dora sofre de câncer.
- Governo anuncia plano para barateamento de veículos. Estão incluídos, carros, ônibus e caminhões. Os carros não poderão custar mais de R\$120 mil. Os descontos para os carros irão variar de R\$ 2.000 a R\$ 8.000. Ônibus e caminhões terão que ter mais de 20 anos de rodagem para serem financiados pelo plano.
- A gastança de Bolsonaro. Dia 22 de junho próximo, o TSE vai julgar inúmeras denúncias feitas contra Bolsonaro, antes e depois das eleições. Se levássemos tudo em consideração, o ex presidente, além de ter esculhambado o TSE, ministros do Supremo, imprensa, enfim, está tudo gravado como prova. Além do mais, humilhou o povo brasileiro durante a pandemia, com diversas mentiras, negligências, etc. O pior de tudo, é que ainda tinha apoio de Congresso, militares, empresários, ruralistas, PGR, PRF, governadores, etc. Torrou dinheiro, gastou milhões a role', da nação, da Caixa Econômica, do MEC em sua campanha eleitoral. Desviou dinheiro de tudo quanto era canto para todos os cantos. Pelo que tudo indica, deverá ser punido, ficando inelegível por pelo menos oito anos.
- Arthur Lira (PP), presidente da Câmara, quer ser uma espécie de sócio do presidente Lula(PT). 'Ele quer cargos no governo para seus aliados do Centrão pertencentes ao PR, PP, União Brasil e até do PL. O jornalista da UOL, José Roberto de Toledo diz: "Lira quer botar a mão na torneira do governo e controlar o fluxo de grana."
- Encontro Lula e Macron em Paris, nos dias 22 e 23 de junho, já desperta interesse da imprensa francesa. Antes, 21

de junho, Lula estará no Vaticano, a convite do Papa Francisco. Em Paris, Lula vai participar de um encontro de cúpula sobre um novo pacto financeiro mundial e terá uma reunião bilateral com Macron. Várias autoridades já confirmaram presença neste grande evento. O cacique Raoni, estará conversando preliminarmente com Macron que quer saber diversas situações dos indígenas brasileiros, assim como da Floresta Amazônia. Os acordos União

Europeia e Mercosul também, serão discutidos.

- Na CPI do MST que acontece na Câmara Federal, mais um bate-boca entre parlamentares e ruralistas. Desta vez foi o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), defensor intransigente dos ruralistas, disse "que o MST é um movimento clandestino por não ter CNPJ. E que falsos assentamentos eram para comercializar drogas." Mas aí, a deputada do PSOL-SP, Sâmia Bonfim, lembrou o governador "que as campanhas políticas dele eram financiadas por um amigo íntimo, empresário de indústria química que foi flagrado operando refino de cocaína." "E que o tio de Caiado foi denunciado por trabalho escravo. Sâmia disse ainda que a morte do ambientalista Chico Mendes, em 1988, está relacionada aos ruralistas dos quais Caiado pertence. O governador Caiado colocou o rabo entre as pernas e foi embora. "Quem diz o que quer, houve o que não quer."
- Você sabe qual a diferença entre Junk Food e Fast Fodd? São termos muitos usados pelos jovens, hoje em dia, em Portugal e no Brasil. Junk (lixo) Food, é qualquer comida industrializada que preza mais pelo sabor, em detrimento do aspecto nutritivo saudável. É um alimento porcaria, ou besteira, podendo ser uma expressão pejorativa para alimentos altamente calóricos, ricos em gorduras saturadas e açúcares, mas com níveis reluzidos de nutrientes como vitaminas, sais minerais e fibras. Exemplo de junk food, seria um pacotinho de batatas fritas. Segundo especialistas suecos, o junk food, rico em gorduras e açucares, altera a atividade cerebral e reduz a qualidade do sono. Já o Fast Food, significa uma comida rápida. É um tipo de comida, geralmente lanches, para pessoas que não dispõem de muito tempo para fazer as suas refeições e optam por alimentos que são preparados e servidos rapidamente. Exemplo: cachorro quente.

Entrelinhas

Parabéns e muitas felicidades pelo "niver" de Ana Paula Zacarias (08/6), Eloisa Mulatti (11/6), Shirley Arruda (13/6), Leda Belentani (14/6) e Marcielly Garcia Gibin (14/6). Independente de vencer ou não o torneio "Roland Garros", a tenista brasileira Bia Haddad, já escreveu o seu nome na história do tênis brasileiro e mundial.***05 de Junho, Dia do Meio Ambiente, gostei muito das palavras da ministra da pasta, Marina Silva, em Rede Nacional.***Médicos da Irlanda divulgaram uma pesquisa que aumenta em 13% os riscos de Infarto Agudo do Miocárdio (IAM) nas segundas feiras.***Morre aos 83 anos, Astrud Gilberto, uma voz marcante da época da Bossa Nova. ***Está previsto para dezembro próximo, a inauguração de um novo Shopping em Maringá que será elegante e sofisticado. Trata-se do Akash Mall, situado na Av. São Paulo, entre a Av. Brasil e Rua Santos Dumont.***SUS terá médicos na área de acupuntura.***Voluntários retiraram mais de 150 kg de moedas, equivalente a R\$ 3.000, das Cataratas do Iguaçu, jogadas por turistas.*** "Não importa o quão lentamente você vai, desde que você não pare"-Confúcio, filósofo e pensador chinês (551 a.C. - 479 a.C.).-

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO - PR



Edição impressa produzida pelo Jornal Noroeste com circulação bissemanal em bancas e assinantes

As versões digitais e as íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://jornalnoroeste.com/post/publicidade-legal Acesse também através doQR CODE ao lado

PUBLICIDADE LEGAL Os arquivos foram enviados pelo município e publicados da sua maneira original, sem qualquer alteração ou redução no tamanho da fonte

ATAS, AVISOS, BALANÇOS, EDITAIS, LEILÕES E OUTRAS PUBLICAÇÕES DE ORDEM LEGAL





DATA - 06 de maio de 2023.

<u>SÚMULA</u> – Aprova a prestação de contas do Poder Executivo do Município de Nova Esperança, Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 2021.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU PRESIDENTE PROMULGO O SEGUINTE:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º. Fica aprovada a Prestação de Contas do Poder Executivo do Município de Nova Esperança, Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 2021, conforme conclusão do Acórdão Parecer Prévio n.º 7/23 financeiro de 2023, enterente ao Frontson de 2023, reterente ao Frontson de 180206/22 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná relativo a Prestação de Contas do Executivo Municipal de Nova Esperança, que concluiu pela

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, AOS 06 (SEIS) DIAS DO MÉS 06 (JUNHO) DO ANO DE 2023 (DOIS MIL E VINTE E TRÊS).



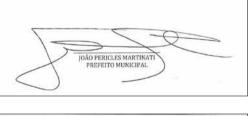


Art. 1º - CONCEDER a Servidora Pública Municipal Sr.º LILIANE SCHILIVE FACCIN, matriculas nº42 e nº405, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, junto a secretaria de Educação, Licença Prêmio de 03(trés)meses, pelos períodos aquisitivos de 01/02/2006 á 01/02/2011(Professor) e 08/09/2010 á 08/09/2015(Professor de Educação Infantil), para serem usufruídas a particida (10/6/2023 407/09/2015) partir de 07/06/2023 á 07/09/2023.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua

PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE

Presidente Castelo Branco, 06 de Junho de 2023.





PORTARIA N°. 525, DE 06 DE JUNHO DE 2023.

JOÃO PÉRICLES MARTINATI, Prefeito do Município de Presidente Castelo Branco, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e embasado na Lei Municípal nº 1101/2020 (vide Lei Municípal 1.152 de 06 de abril de 2022), datada de 24 de março de 2020.

Art. 1°. DESIGNAR a Comissão Examinadora para o Processo Seletivo Simplificado de n.º 003/2023, que será composta pelos seguintes membros.

I - Presidente: HYAGO MAGALHĀES SEVILHA

II - Membro: EDUARDO JEFERSON FONTINHAS;
III - Membro: FERNANDA BORTOLASO DE SOUZA.

Parágrafo Único: A Comissão Examinadora terá a responsabilidade cumprir as determinações da Lei e o respectivo Edital do Processo Seleti

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,

Edificio da Prefeitura Municipal de Presidente Castelo Branco, 06 de junho de





O Prefetto de Presidente Castelo Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, resolve TORNAR PÚBLICO o presente Edital, que estabelece instruções especiais destinadas à realização de PROCESSO SELETIVO SIMPLEICADO nº 003/2023, visando a contratação de pessoal por prazo determinado, em atendimento à necessidade temporária de excepcional interesse público, em regime especial de trabelho, para o cargo de PSICOLOGO nos termos da Lei Municipal nº 1.01/2020 vide Lei Municipal 1.132 de 06 de abril de 2022) e consoante Portiaria nº 525/2023 que designou a Comissão Especial para Processo Seletivo Simplificado.

de abril de 2022).

1.2 O PSS é destinado a selecionar profissionais para atuar nos cargos supracitados, exclusivamente para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, suprindo as vagas existentes no quadro da Prefettura Municipal de Presidente Castelo Branco-PR, indispensáveis a continuidade da prestação de serviços públicos.

1.2.1. As continutações ocorrerão pelo prazo necessário à execução do stabalho objeto de contratações com prazo máximo de 01 (um) ano, porrogâvel por gual período uma única vecura termono 2011 por de 10 d

de Cargos e Vencimentos do órgão ou entidade contratante, obedecenou contidas na Lei Municipal nº 853/2012, observando como limite máxima contratante como remuneração, em espécie, pelo Prefeito Municipal, 2. DOS CARGOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO - PR Rua José Peres Gonçales, 53 - Centro - CNPJ - 76.279 959/0001-70 CEP - 87.180-000 - Fone: (44) 3135-0810

01 + CR (Cadastro de Reserva)	PSICÓLOGO	30hrs	CONCLUSÃO DE CURSO SUPERIOR EM PSICOLOGIA DEVIDAMENTE RECONHECIDO PELO MEC E REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DA CLASSE (CRP)	GOP/C	R\$3.196,20
-------------------------------------	-----------	-------	--	-------	-------------

3. DAS INSCRIÇÕES

3. Das Gocumentação:
3.1.1 A inscrição deverá ser instruída da ficha de inscrição constante nos anexos do Edital, acompanhada dos seguintes documentos, os quais deverão ser acompanhados dos originats a fin de vertificar a autenticidade dos mesmos.
3.1.1.1 Fotocópia do CPE - Cadastro de Pessoa Física;
3.1.1.2 Fotocópia do CPE - Cadastro de Pessoa Física;
3.1.1.3 Fotocópia do CPE - Cadastro de Pessoa Física;
3.1.1.3 Fotocópia do CPE - Cadastro de Pessoa Física;
3.1.1.4 Fotocópia do Cipinario certificado de conclusão do curso ou equivalente, comprovando a escolaridade mínima exigida para pontuação, de acordo com os critérios para cada cargo de conclusão ou equivalente, comprovando a escolaridade mínima exigida para pontuação, de acordo com os critérios para cada cargo de diploma/ certificado de conclusão ou equivalente comprovando os critérios de portuação exigidos no item 7 do Edital, quando tiver;
3.1.1.0 Declaração da Instituição ou Fotocópia do registro da CTPS no qual conste a comprovação de experiência porfasional destinada no tem 6 de Edital, quando tiver;
3.1.2.8 Inscrições deverão ser realizadas no periodo de 13 de lunho de 2023 a por lorido das 90.0 as 11:30ha e des 13:30 às 16:90, tunto a 2023 no horiario das 90.0 as 11:30ha e des 13:30 às 16:90, tunto a 20 Pesartamento de Recursos Humanos da Prefettura Municipal de Presidente Castelo Branco.

Efranco.
3 1.3 Não haverá cobrança de taxa de inscrição.
3 1.5 Não haverá cobrança de taxa de inscrição desdes constantes no requerimento de inscrição determinarão cancelamento de inscrição de a mulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer deposa, sem prejuizo das sanções pensais cabives.
3 1.5 E de exclusiva responsabilidade do candidato à exatidão dos dados cadastrais internaciona na dota inscrição.

3.1.5 E de exclusiva responsabilidade do cardidato à exatidão dos idados cadastrais informados no tod ainscrição.
3.1.6 Não serão aceita inscrições efetuadas por fax, por via postato upoteo correios.
3.1.7 A falitificação de declarações ou de dados, e/ou outras irregularidades na documentação verificada em qualquer estapa do presente Processo Seletivo, implicará na eliminação automática de candidato sem prejuizo das cominações legais.
3.1.6 As inscrições deverão ser feitas pessoalmente pelo candidato que assinará a ficha de inscriçõe juntamente com ca documentos acima especificados do candidato para comprovação, não sendo aceito por outro meio.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO - PR Rua José Peres Gonçales, 53 — Centro — CNPJ - 76.279.959/0001-70 CEP - 87.180-000 — Fone: (44) 3135-0810

RONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Abertura das inscrições e entrega da documentação obrigatória: 13/06/2023;
Encerramento das inscrições e entrega da documentação obrigatória: 27/06/2023;
Resultado provisório das inscrições deferidas/indeferidas: 28/06/2023;
Resultado provisório das inscrições deferidas/indeferidas: 28/06/2023;
Perzo para interposição de recurso quanto ao resultado das inscrições indeferidas
07/30 do dia 29/06/2023 às 17/00 do dia 30/06/2023;
Publicação do resultado das inscrições obs. Recurso (caso haja) 04/07/2023;

4.5. Publicação do resultado das inscrições pós-Recurso (cao haja) 04/07/2023.
 4.6. Resultado final do processo aeletivo 08/07/2023 a partir das 16/100min;
 4.7. Entrega da documentação para a contratação e escolha de vagas: 07/07/2023, podendo ser prorrogado por justificativa motivada do candidate aprovado no PSS e autorizado pela Autoridade Administrativa;

autónizado pela Autoridade Administrativa,

5. DOS DOCUMENTOS PARA COMPROVAÇÃO

5.1 - Os candidatos inscritos deverão preencher a ficha de inscrição constante do Anexo I do presente Edital e ao final assimi-la, com o devido protocolo do servidor que estará realizando a referde inscrição, son a devido protocolo do servidor que estará realizando a referde inscrição, son a devido protocolo do servidor que estará realização do caso cocrar as irregularidades apontadas no item 3.1.7 deste Edital, o candidato será desclassificado imediatamente, antes, durante e posteriormente a realização do certame.

5.1.2 - Os documentos constantes no item 3.1 - Documentação, deverão ser entregues de aportadades apontadades a fairmo de um envelope que será contado e lançado na ficha de inscrição a quantidade altimo de um envelope que será contado e lançado na ficha de inscrição a quantidade de altimo de um envelope de será contado e lançado na ficha de inscrição e receberá uma identificação para não ser extraviedo ou comituado.

5.1.3 - As cópias dos documentos apresentados não serão devolvidas em hipóteses alguma.

alguma.

5.1.4 — O encentro de documentação para comprovação da pontuação deverá ser entregue no endereço constante do item 3.1.2, no momento da inscrição do candidato.

5.1.5 — Caso tenha formado fila de espera no horário de encerramento das inscrições, a Comissão Organizadora deverá distribuir senha que garanta ao candidato que chegou antes do encerramento do horário a possibilidade de ser atendido.

5.1.6 — Não será acotic, em hipotese enénume, inscrição de pessoa que chegar após o horário estipulado no item 3.1.2 e 5.1.4 desse Edital, sendo somente aceito os que por ventura ainda estejam na fila com senha distribuida no encerramento do horário.

5.2 - Os candidatos inscritos deverão enceminhar cópia da titulação correspondente à inscrição defutuda.

6. DA SELEÇÃO
 6.1 A seleção con

6. DA ossesta de la consistirá da anaisse una consistirá da anaisse una compositura de desempate estabelecidos nos itens 7 e 10 ossesta lespecial consistrutida.

6.2 No momento da inscrição (a) candidato(a) deverá apresentar junto a documentação comprobatório a Anaxol do Edital devidamente prescribido.

6.3 Somente será permitida uma inscrição por candidato. PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO - PR



7. DA PROVA DE TÍTULOS E DOS CRITÉRIOS DA PONTUAÇÃO
7.1 A análise curricular será avaliada na escala de 0,00 (zero) a 100 (cem) pontos, de acordo com a tabela abaixo.
7.1.1 Participará desta fasa, de caráter exclusivamente classificatória, o candidato com a inscrição devidamente homologada e que possua os títulos conforme o item subitem 7.2 deste Edital. inscrição devidementes transpognes.

deste Edital.

7.2. A seleção do profissional seguirá a análise dos os documentos apresentados pelos candidatos, referentes à ESCOLARIDADE, ao TEMPO DE SERVIÇO e aos titulos de APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL, conforme exigências abaixo. Após a somatória dos contos, o melhor classificado será chamado para a celebração do contrato:

HABILITAÇÃO Apresentação de certificado	PSICÓLOGO PONTUAÇÃO	TOTAIS
de conclusão de Ensino Médio	10	
Apresentação de certificado de Ensino Superior na área de atuação e Registro no Conselho Regional de Classe	20	
Cursos especializados na área, com duração mínima igual ou superior a 40 horas, limitado a 2 cursos	05 (cinco pontos) por cada certificado apresentado	Máximo de 10 (dez) pontos
Comprovação de conclusão em Pós-graduação lato sensu (especialização) com carga horária mínima de 360h	30	
	Subtotal (máx. 70 pontos)	
PONTUAÇÃO	PELO TEMPO DE SERVIÇO	- PSICÓLOGO
ANOS: MESES:	PONTUAÇÃO	TOTAIS
(Fração igual ou maior que 6 meses a 01 ano = 01 ano) (Tempo de serviço no cargo de inscrição em instituição	5,0 pontos por ano	Máximo de 30 (trinta, pontos



8. DA COMPROVAÇÃO DA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

8.1. Para comprovação de tempo de serviço em instituição pública deverá ser agresentado Declaração, Certidão, Portaria, Decreto, Contrato e/ou outro documento que comprove o Tempo de Serviço exercido. Deverá constar a data início e fim (dd/mm/sasa).

6.1.1. É permitida, para fim de comprovação de experiência em cargo público, declarações emitidas por servidores/autoridades/membros de órgião, que possuum a atribuição de responsávei do Recursos Humanos ou Gestão de Pessoas do Orgão. Contratante, desde que tenhem supervisionado a sitividade extratusimente exercida.

8.2. Para comprovação de tempo de serviço em instituição privada deverá ser presentado Declaração da Instituição/Empresa ou Fotocopia do registro da CTPS e/ou outro documento que comprove a experiência profissional. Deverá constar a data início e fim (dd/mm/sasa).

Subtotal (máx. 30 pontos)

rim (odmmvasas). 3.3. Não será computado, como experiência profissional, o tempo de estágio profissional supervisionado e/ou monitorado, a prestação de serviços administrativos, bem como trabalhos voluntários. supervisiónado erus internetes.

8.4. Para a contagem do período de experiência, será adotada como referência a data initire de 12068/2023, que antecede o início das inscrições, não sendo considerado, em hipótese eliguma, o tempo de trabalho após essa data.

8.5. TODA A DOCUMENTAÇÃO DEVERÁ SER APRESENTADA NO MOMENTO DA

10. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE
10.1 Em caso de igualdade de pontuação o desempate ocorrerá da seguinte forma:
10.1 Em caso de igualdade due possur maior qualificação técnica e profissional na área em que estiver comcorrendo, comprovado por documentos válidos.
10.1.2 O candidato que possur maior escolaridade, comprovado por documentos válidos.
10.1.3 O candidato que possur maior tempo de serviço.
10.1.4 O candidato que possur maior tempo de serviço.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO - PR Rus José Peres Gonçales, 53 - Centro - CNPJ - 7e 279,959(0001-70 CEP - 87,180-000 - Fone: (44) 3135-0810 Site: www.presidentecastelotranco.pr.gov.br

12.3 Caso a irregularidade seja constatada após a contratação do candidato, o mesmo será submetido ao competente processo administrativo disciplinar na forma da Lei. 12.4 O Departamento de Recursos Humanos procederá à convocação através página eletrônica do municiplo high-residente-catelobranco propuir. 12.5 O Candidato deverá comprovar que posau os requisitos gerais e específicos mismos exigidos do cargo, contierne tem 1, do presente Edital e apresentar a documentação exigidos no ato da Contratação, conforme tem 13.1, n. alto podendo ser complementada posteriormente, a presentando fotocópias dos documentos abaixo rejacionados, importando a não apresentação em insubsistência da inscrição, nuitidade da approvação ou classificação a perda dos direitos decorrentes, sem prejutor dos sanções provação ou classificação a perda dos direitos decorrentes, sem prejutor dos sanções cando dos de desidentes formal da contratação, prosseguir-se-á a convocação dos candidados habilitados, observada a ordem classificatória.

final do PSS, os candidatos deversos conspeccios, acumpando de Prefeitura Municipal, munidos dos seguintes documentos.

a) Título de Eleitor (cópia);

b) Cartificado de Reservista; (para os candidatos do sexo masculino) (cópia);

c) Cádula de Identidade (cópia);

d) Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) em situação regular (cópia);

e) Cartificado de Trabalho e cartão ou extrato do PIS/PASEP.

f) Certidão de casamento ou nascimento (cópia);

g) Cartidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos de idade (cópia);

h) Comprovante de endereço atual (cópia);

g) Cartidão do casamento ou nascimento (cópia);

g) Oráginais dos documentos enviados para a Prova de Titulos;

g) Dedaração de que no momento da admissão não exerce em acumulação remunerada qualquer outro Carnya, Emprego ou Funição Pública no ámbito da Administração Pública, escoledade de economia mista, suas substidarias e sociedades controlladas, direta ou indiretamente pelo poder público, nos termos do artigo 37, incisos XVI e XVII, da Constituição do Estado do Censificação de bens constante no ANEXO V desta Edital, x escoladade de Setado do Poder poder

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO - PR Peres Gonçales, 53 - Centro - CNPJ - 76.279 CEP - 87.180-000 - Fone: (44) 3135-0810 Site: www.presidentecastelobranco.pr.gov.b

b) Tenha sofrido algum tipo de condenação criminal em qualquer âmbito judicial, com trânsito em julgado, nos últimos 65 (cinco) anos, o Demilido ou exonerado do Serviço Público, após Processo Administrativo, nos últimos 05 (cinco) anos, of Rescusão contratual por ausência ao serviço por mais de 07 (sete) dias úteis 05 (cinco) anos;

of) Rescisão contratual por ausência ao serviço por mais de 07 (sete) dias úteis consecutivos, sem motivo justificado, nos últimos 02 (dois) anos;

of) Demisão por justa causa por órgãos Municipais, Estaduais e Federais nos últimos 02 (dois) anos;

f) Com idade igual ou susperior a 70 (setenta) anos de idade.

g) Pessoas condenadas por violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei Federai n° 11.340, de 07 de agosto de 2006 – "Lei María da Penha", bem como, Lei Municipal 1.126 de 06 de maio de 2021.

14. DOS RECURSOS 14.1. Será recebido rec recebido recurso quanto ao indeferimento das inscrições e quanto ao resultado dos aprovados, formulados por intermédio da ficha constante no Anexo IV

Technica de aprovados, formulados por intermédio da ficha constante no Anexo IV deste edital.

14.1.1. Felto o protocolo do recurso pelo candidato, a comissão do processo seletivo providenciará a sua devida análise.

14.2. Os recursos deverdos ser devidamente fundamentados, dirigido a Comissão do Processo Seletivo e protocolados no Departamento de Recursos Humanos, nos prazos e horários estabelecidos no tieno de Departamento de Recursos Humanos, nos prazos e horários estabelecidos no tieno de secursos interpostos dentro do prazo e formulados por intermédio da ficha constante no Anexo IV deste edital.

14.4. Não serão aceitos recursos interpostos por fac-simile, telegrama, correspondência, ou outro meio que não seja o especificado neste edital.

14.5. Os recursos serão recubidos sem efeito suspensivo, exceto nas hipóteses comprovadamente passiveis de causar prejuízos irreparáveis ao candidato, a critério da Comissão.

Comissão.

Comissão.

14.8. A comissão examinadora constitul última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

suas decisões, razão para quat nacionario recursos entretores.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

15.1 O Processo Simplificado de Seleção (PSS) afigura-se de iniciativa da Prefeitura do Município de Prasidente Castelo Branco, sendo que a classificação do candidato implica mera expectativa de direito que só se concretizará quando de sua convocação e contratação, de acordo com a conveniência e oportunidade da Administração.

15.2 Tratando-se de uma seleção simplificada, não tem validade de concurso público e os contratos decorrentes desta seleção terão duração pelo prazo necessário à execução do trabalino objeto da contratação, com prazo máximo de 01 (um) ano, porrogavel por liqual período uma única vez, nos termos do artigo 6" da Lei Municipal 1.7 26 de 0" de autil de 20/22).

15.3 Serão oferecidas vagas existentes junto aos órgãos da Administração Pública nas áreas de atuação de cada professional.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO - PR Rua José Peres Gonçales, 53 - Centro - CNPJ - 76 279 959/0001-70 CEP - 67, 180-000 - Fone: (44) 3135-0810

cesso Simplificado de Seleção (PSS), por ato da Co 10x Sera excurso do Processo simplificado de Seleção (PSS), por ato da Comissa Organizadora, o candidato que: a) Ter-se utilizado qualquer meio para burtar o Processo Simplificado de Seleção (PSS); b) Fizer, em qualquer documento declaração falsa ou inexata;

a) Ter-se utilizado qualquer meio para burlar o Processo Simplificado de Seleção (PSS); b) Fizer, em qualquer documento declaração falsa ou inexatz c) Deixar de apresentar qualsiquer documentos probentes dos requisitos exigidos.

15. Ficia fecultado à Administração Municipal o direito de promover as contratações à medida das necessidades emergenciais de serviço.

16.8. A inscrição do candidato implicará no conhecimento das presentes instruções e o compromisso de aceitar as condições do Processo Simplificado de Seleção (PSS), tais 15.7 O candidato aprovado no processo Simplificado de Seleção (PSS), tais 15.7 O candidato aprovado no processo Simplificado de Seleção (PSS) deverá manter atualizado o seu endereço e o número do telefone para contatos, pois poderá perder a tualga quando for convocado, caso as mudanças não sejam comunicadas ao Departamento de Recursos Humanos.

15. O Processos Simplificado de Seleção (PSS) obedecerá aos princípios da legalidade, impessosalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

15. O A Ficha de inscrição constam dos ANEXOS II e III, as quais serão submetidas os candidatos e documentação constam dos ANEXOS II e III, as quais serão submetidas os candidatos e documentação constam dos ANEXOS II e III, as quais serão submetidas os candidatos e documentação constam dos ANEXOS II e III, as quais serão submetidas os candidatos e documentação constam dos ANEXOS II e III, as quais serão submetidas os candidatos e documentação constam dos ANEXOS II e III, as quais perios porte de constante do candidade do candidade do candidade do candidade do candidade do candidade de eficiência e deventa do candidade do candidade do candidade do candidade de eficiência e entre expenso de para o candidado de candidade do candidado do candidade do candidado de candidade de candidade do candidade de candidade de candidade de candidade de candidade do candidade de cand

questionar qualquer item e devendo se securidad confarme.

15.12. É de inteira responsabilidade do candidato a interpretação deste Edital, bem como o acompanhamento da publicação de todos os atos, instruções e comunicados as logar do período em que se realiza este PSS, dele não podendo ser alegado desconhecimento configeranda que se realiza este PSS, dele não podendo ser alegado desconhecimento configeranda podendo ser alegado desconhecimento de se alegado desconhecimento de ser alegado desconhecimento de s do período em que se realiza este PSS, que nao podemos se asegado desconirectmento ou discordância.

15.13. Os casos omissos serão analisados, apreciados e deliberados pela Comissão Organizadora do Processo Simplificado de Seleção (PSS).

15.14. O candidato fica ciente que é civil, administrativa e penalmente responsável pelas informações declaradas e documentos apresentados no ato da inscrição, os quais serão comprovados, inclusive, quaindo do procedimento de contratação pelo setor competente. 51.15. Será eliminado do presente Processo Seletivo Simplificado, por ato da Comissão Organizadora, o candidato que agir com incorreção ou descortesia para com qualquer membro da equipe encarregada de aplicação do Processo Seletivo Simplificado e com autoridades presentes.

15.16. Este Edital entre em vigor na data de sua publicação.

Edificio da Prefeitura Municipal de Presidente Castelo Branco, 07 de junho de 2023 JOÃO PÉRICLES MARTINATI Prefeito Municipal



DESTACAR E ENTREGAR AO CANDIDATO EDITAL N.º 003/2023 COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO () INSCRIÇÃO () REINSCRIÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO - PR Rua José Peres Gonçales, 53 — Centro — CNPJ - 76 279, 959/0001-70 CEP - 87.180-000 — Fone; (44) 3135-0810

ANEXO II EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 003/2023 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

PONTUAÇÃO PELA ESCOLARIDADE e APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL PSICÓLOGO
HABILITAÇÃO PONTUAÇÃO TOTAIS

Consenu Classe
Cursos especializados na drea, com duração mínima igual ou superior a 40 horas, limitado a 2 cursos
Comprovação de conclusão em Pôs-graduação lato possibilização) com 05 (cinco pontos) por cada certificado apresentado Máximo de 10 (dez) pontos

Subtotal (máx. 70 pontos)

PONTUAÇÃO PELO TEMPO DE SERVIÇO - PSICÓLOGO
ANOS: MESES:

(Freção igual ou maior que a meses a 01 ano = 01 ano)
(Tempo de serviço no cargo de inscrição em instituição pública ou privarea vicinidad positiva de la contractiva del contractiva de la contracti Subtotal (máx. 30 pontos)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO - PR Rua José Peres Gonçales, 53 – Centro – CNPJ - 76.279.959/0001-70 CEP - 87.180-000 – Fone: (44) 3135-0810 Site: www.presidentecastelobranco pr.gov br

ANEXO III
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 003/2023
DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

CARGO: PSICÓLOGO REFERÊNCIA: GOPIC GRUPO OCUPACIONAL PROFISSIONAL PRÉ-REQUISTO: CURSO SUPERIOR EM PSICOLOGIA E REGISTRO NO CONSELHO

realizar tarafas inerentes à psicologia em gerai.
 Descrição detalhada
 prestar atendimento psicológico à população, quer seja preventivo, informativo ou psicoterapêutico, visando a promoção da saúde mental;
 restar atendimento psicoterapêutico, individual ou grupal, levando-se em conta as nocessidades da demanda existente e da problemática especifica do cliente;
 availar, disposicar e emitir parecer técnico no que se refere à acompanhamento e/ou

mental; • participar de programas de saúde mental, através de atividades com a comunidade, visando o esclarecimento e co-participação; • participar de alebarcação de normas programáticas de técnicas, materiais e instrumentos necessários à realização de atividades da área, visando dinamizar e padronizar serviços, para atingir objetivos estabelecidos;

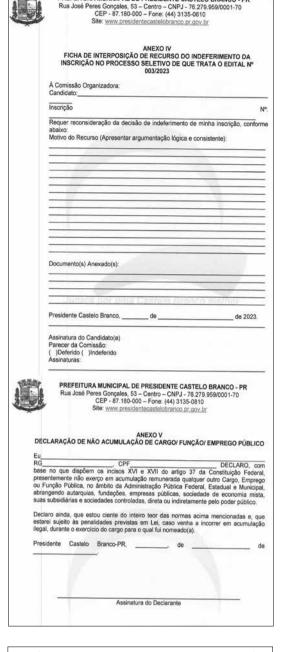
a aurigir cruyesvos estabelecidos; interpreta e acuridades de pesquisa e de projetos, de acordo n padrões fécinicos propostos visando incrementos, aprimoramento e desenvolvimento irreas de trabalho do interesse da instituição; trictopar de estudos e pesquisas epidemiológicas sobre incidência e a prevalência da 1945 no camero.

obençamenta, en presquesas epiacelinitoriguais sotre incuterica e a previencia da denença mental. « afluar no campo educacional estudando sistemas de motivação da aprendizagem novos metodos de ensino, a fim de contribuir para o estabelecimento de curriculo escolares e técnicas de ensino adequados, como parte dos educadores, de conhecimento de psicologia que laborar e executar procedimentos destinados ao conhecimento da relação professor aluno, em situações escolares específicas, visando a imprementação metodológica da celapenta en entre en entre entre



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO - PR Rua José Peres Gonçales, 53 – Centro – CNPJ - 76.279.959/0001-70 CEP - 87.180-000 – Fone: (44) 3135-0810

prestar orientação aos professores;
efetuar o recrutamento, seleção, treinamento, acompanhamento e avaliação de desempenho pessoal de testes e entrevistas a fim de fornecer dados utilizados pela administração de pessoal;
planejar, coordenar e/ou executar atividades de avaliação e orientação psicológica, participando de programas de apoio pesquisando e implantando novas metodologias de trabalho; cutar outras tarefas correlatas.











AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Nova Esperança, Estado do Paraná, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, no sistema de registro de preço, sob o n°, 051/2023-PMNE, do tipo menor preço por item, LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI, conforme especificado no Edital.

Do Objeto: Registro de preço para futura contratação de pessoa jurídica para formerimento de tipase a materials de cipitação aprilimento side interestado de contratação. necimento de tintas e materiais de sinalização viária. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: a partir das 10

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 08 horas do día 26/06/2023 INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09 horas do dia 26/06/2023. INICIO DA SESSAO DE DISPUTA DE PREÇUS: às un noras do dia 40/00/2012.

REFERÊNCIA DE TEMPO: hordro de Brasilia (DF). LOCAL: www.bl.gras.br "Acesso Identificado"
Mais informações do Edital poderão ser obtidas na Unidade de Compras e Licitações, no horário
de expediente, de segunda a sexta feira, das 08h às 13h30min, na Avenida Rocha Pombo,

1453, telefone (44-3252 4545) – "email" <u>licitacao@novaesperanca.pr.gov.br.</u>, e no site Nova Esperança, 07 de junho de 2023.

Moacir Olivatti Prefeito Municipal

Assinado por 1 pessoa: Para verificar a validade

www.jornalnoroeste.com

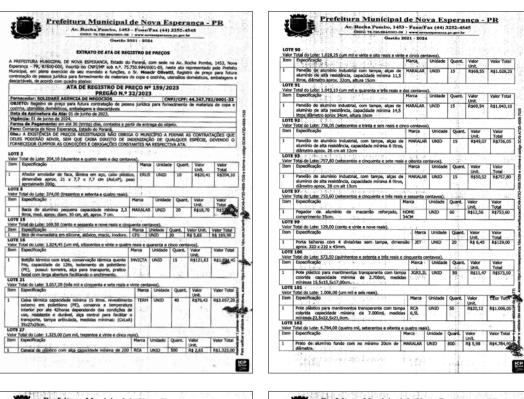
www.jornalnoroeste.com			Sexta-feira, 09 de Junho de 2023
Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR An. Rotha Pombo. 1453 - Fone Pax (444) 2323-4545 Central Statistica 10 - 1944 (144) 2323-4545 ANISO DE LICITAÇÃO O Municipio de Nova Esperança, Estado do Parand, torna público para conhecimento dos interessados, que fras realizar Licitação no modellidos Pregão Esterbicio, so do o re. 0527/2023- PMRE, do tipo memor preço global, LICITAÇÃO ENCLUSIVA PARA MEJEP/MEJ, conforme especificado no Edital. Do Objeto: Contratação de pessoa jurídica para execução de serviços de Deservolvimiento do novo layout de website de Municipio e Hospedagem de website e e-mail institucional na rede mundial de internet. RECESIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: a partir das 10 horas do dia 09/06/2023. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 09 horas do dia 27/06/2023. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 09 horas do dia 27/06/2023. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 09 horas do dia 27/06/2023. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasila (DP), LOCAL: moralização: A recesso Identificador Mais informações do Edital poderio ser ebidas na Unidede de Comprase Licitações, no horário de expediente, de segunda a sesta fera, das Olh às 13h/Jonni, na Avenda Rocha Pombo, 1453, telefone (44-3252 4545) - "enaul" Estacapilinoresegerariação pacho, e no site sexumante de comprase Licitações, no horário de expediente, de segunda a sesta fera, das Olh às 13h/Jonni, na Avenda Rocha Pombo, 1453, telefone (44-3252 4545) - "enaul" Estacapilinoresegeraria, no 27 de junho de 2023. MORAR Olivatti Prefeito Municipal	Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR Av. Rocha Pombo, 1483 - Fomer/Da x (44) 3252-4645 CREM 71 188-80001-81 Pure investesperants premis 2 Research 188 - Fomer/Da x (44) 3252-4645 CREM 71 188-80001-81 Pure investesperants premis 2 RETURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, Estado do Pramá, com sede na Av. Rocha Pombo, 1433, Nova Esperança - Pt. B-1900-000, Inscrito no CREPTE do Pramá, com sede na Av. Rocha Pombo, 1433, Nova Esperança - Pt. B-1900-000, Inscrito no CREPTE do Pramá, com sede na Av. Rocha Pombo, 1403, Nova Esperança - Pt. B-1900-000, Inscrito no CREPTE do Pramá, com sede na Av. Rocha Pombo, 1403, Nova Esperança - Pt. B-1900-000, Inscrito no CREPTE do Pramá, com sede na Av. Rocha Pombo, 1403, Nova Esperança - Pt. B-1900-000, Inscrito no CREPTE do Pramá, com sede na Av. Rocha Pombo, 1403, Nova Esperança - Pt. B-1900-000, Inscrito no CREPTE do Pramá, com sede na Av. Rocha Pombo, 1403, Nova Esperança - Pt. B-1900-000, Inscrito no CREPTE do Pt. B-1	Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR An. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Pax (44) 3252-4545 corret na 15 secondo el un una messagerana praga para para de Carella 2011-2024 I Colhene discortifues para bolo e sobremesa sid ultratherm RCTE 160 R53,60 R\$60R,00 I (2015, Bostos con 50 unidose. LOTE 42 Vider Total do Lote 5, 200,00 (seis mil e discertos reals). Illiamo Republica descartifues com capacidade de 180ns il ultratherm RCTE 100 R54,00 R56,00,00 mille discertos reals). LOTE 12 LOTE 150 R55,00 (nescentives com capacidade de 180ns il ultratherm RCTE 100 R54,00 R56,00,00 mille discertos reals). LOTE 151 R56,00 (nescentives com capacidade de 180ns il ultratherm RCTE 100 R56,00 R56,00,00 mille 100 R56,00 R56	Prefeitura Municipal de Nova Esperanca - PR Av. Rocha Promo Do. 1453 - Fone Prac (44) 3253-4545 CRYD. 11.1.1044 I Copo describirel para caté C.50, em poliropileno (Principal de Copo describirel para caté C.50, em poliropileno (Principal de Copo describirel para caté C.50, em poliropileno (Principal de Copo describirel para caté C.50, em poliropileno (Principal de Copo describirel para caté C.50, em poliropileno (Principal de Copo describirel para caté C.50, em poliropileno (Principal de Copo describirel de Copo de
Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR As. Rocha Pombo, 1455 Fonce Fax (44) 3252-4545 CNY6: 17.1 200600000 91 vere vacasseperation per shate Gestalo 2021 - 2024 Gestalo 2021 - 2024 EXTRATO DE ROMA ESPERANÇA, ISTADO DO NARAN, com sodo na Avenda Boch Pombo, 1-453, recotto os chemicales e funças, sombre fracción cum in respensable polo trattación os chemicales e funças, sombre fracción cum in respensable polo trattación e de complexa de medica e funças, sombre fracción cum in respensable polo trattación e de complexa de presenta de complexa com terror de complexa	Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR Av. Rocha Prosablos, 1453 - Fosset Pras. (44) 3353-4448 Deveta 3081 - 1982 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS A PREPETURA HUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, Estado do Paraná, con sede na Arr. Rocha Porto, 1453, Nova Esperança - PR, 87000-000, Inscrito no CPRIVE de no. 7, 3730-98000-000, nesta do representado pelo Frefeto Nunciasa, em pairo centrádo de sen mandas e funções, o S., Hosado Cellivatil, Registro de preço para futura descritarios, de acordo com quadro ababaso: ATA DE REGISTRO DE PREÇO NO 1509/2023 Fernancedor: CAPTIVE IND E CONL. 1700. ORBITO: Registro de preço para futura contratação de passos juridas para fornacimento de materiado de copo e contra de la completa de la copo de copo e completa de la completa de la completa de la completa de la copo de copo e completa de la completa de la copo de copo e completa de la copo de copo e completa de la copo de copo e completa de la copo de copo de copo de la copo de copo de la copo de copo de copo de la copo de copo de la copo de	Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR Av. Rocha Pounto, 1433 - Foner/Fax (44) 3252-4645 Control 1-1680-16001 - 2008 Rem Especificação I Seco pidesto para embalar taiher medindo 06023cm, pota silvari PCTE 10 R\$15.464 R\$164,40 LOTE 137 Vidor Total do Lote: 551,00 (quinheritos e droganda e um resta). Intern Especificação I Seco pidesto transparente, medidas (0615cm, pacota com silvari PCTE 100 R\$5.551, R\$551,00 I Seco pidesto transparente, medidas (0615cm, pacota com silvari PCTE 100 R\$5.551, R\$551,00 I Seco pidesto transparente, medidas (0615cm, pacota com silvari PCTE 100 R\$5.551, R\$551,00 I Seco pidesto transparente, medidas (0615cm, pacota com silvari PCTE 100 R\$5.511, R\$551,00 I Seco pidesto transparente, medidas (0615cm, pacota com silvari PCTE 100 R\$6.131, R\$613,00 I Seco pidesto transparente, medidas (0615cm, pacota com silvari PCTE 100 R\$6.131, R\$613,00 I Seco pidesto transparente, medidas (0610cm, pacota com silvari PCTE 100 R\$6.131, R\$613,00 I Tampe pidesto, material polienteros (Quinerenta resta). Imm Especificação R\$6.00 (rote mis, quinheritos e quinerenta resta). Imm Especificação R\$6.00 (rote mis, quinheritos e quinerenta resta). Imm Especificação R\$6.00 (rote mis, quinheritos e quinterenta resta). Imm Especificação R\$6.00 (rote mis, quinheritos e quinterenta resta). Imm Especificação R\$6.00 (rote mis, quinheritos e quinterenta resta). R\$6.00 (rote R\$6.00 (rote mis, quinheritos e quinterenta resta). R\$6.00 (rote R\$6.00 (ro	Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR Av. Rocha Pombo, 1433 - Fone/Fax (44) 3252-4545 CHYL 18 190 1800001-01 1 vvv
Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR As. Rocha Poulho, 1433 - FoneiFax (44) 3253-4455 CNF# 75.703-9540000 51 vive accessoration per prefeit of the production of the presentation	Profestura Municipal de Nova Esperanca - IAR An. Northa Pombro, 1453. Frome/Flax (44) 2353-4545 Certa 15 18 18 18 18 18 19 19 19 19 19 19 19 19 19 19 19 19 19	Profeitura Municipal de Nova Esperanca - PR Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone-Van (44) 3252-4546 Gritta T. Int. Int. Section 1971 Greate 2021 - 1, 2024 EXTRATO DE ATA DE RECISTRO DE PREÇOS A PREPETURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANCA, fisado do Perent, com sede na Av. Rocha Pombo, 1453, Nova-Esperança - PR. \$700000), sentro to CWI/PPI gol. nr. 7, 73730-99(001-07), notale ato representado peo Prefeto contratação de pessos puridos para finamentario de materiade ou que contrata, terestado peo Prefeto contratação de pessos puridos para finamentario de materiade ou peos contrata, terestado dendestos, embalagera e descretáreira, de acodo com quebra alebro. Fermacedario (1150N DE GLYPERA DE PREÇO Nº 153/2023 Fermacedario (1150N DE GLYPERA DE PREÇO Nº 153/2023 Fermacedario (1150N DE GLYPERA DE PREÇO Nº 153/2023 CORTO, finamento de propo para finame contradação de pessos puridos are foncedendo de materiade de copos e CORTO, describado comissiono, embalagera a describado. Uniginato (1) de petro à 2018 de partido acontrado de presso punto de materiado de materiado de pessos punto de materiado de materiado de pessos punto de materiado de materiado de materiado (1) de petro de mater	Prefeitura Municipal de Nova Esperanca - PR An. Rocha Prossiba, 1435 - Found'Pras (44) 3352-4548 Centro Britania Prossiba. EXTRATO DE ATA DE RECISTRO DE PREÇOS A PREPITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANCA, Estado de Pravad, con sede na for. Rocha Prossiba. 1433, Nova Esperança - PR, 25/00-000, securido de nova mandado e funções, o Sr. Heach's Objectival, Registro de prepo para futura contratação de pessoa partica en entrata de copa e confrais, securidos de presona partica de mandado e funções, o Sr. Heach's Objectival, Registro de prepo para futura contratação de pessoa partica en entrata de copa e confrais, securidos de presona partica de mandado e funções, o Sr. Heach's Objectival, Registro de prepo para futura contratação de pessoa partica confrais, securidos completos, entratados e de mandado e funções, o Sr. Heach's Objectival, Registro de prepo para futura contratação de pessoa partica confrais, securidos completos, entratados en funções, o Sr. Heach's Objectival, Registro de pessoa partica de confrais de copa e contrata de confrais de completos, entratados en funções, o desendo de pessoa partica de entrata de copa e contrata de copa
Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR Av. Rocha Pombo, 1453 - Foner/Fax (44) 3252-4645 CNR/I TRIB 894000000 I vew automatica per pro her Gestão 2021 - 2024 TERMO DE CANCELAMENTO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0308/2022. A Prefeitura Municipal de Nova Esperança - Pr., no uso de suas atribuições legals, após parecer jurídico, resolve CANCELAR a Ata de Registro de Preço nº, 0308/2022. Outomás do Pregola Eletrónico nº 1011/2022, firmado com a empresa SMALL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS PETROLEO LTDA. O cancelamento da ata de registro de preços em questão está previsto na ciduauda decima segunda - do cancelamento do preço registrados: 12.1 - A Ata de Registro de Preços em questão está previsto na ciduauda decima segunda - do cancelamento não restavam formecedores registrados e, por iniciativa dou Usuários da Ata de Registro de Preços deste Municipio quando: () c) Os preços registrados apresentarem-se superiores ao do mercado e não houver éxito na negoclação; Assim, a Contratante libera o fornecedor SMALL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS PETROLEO LTDA do compromisso assumido na ata de registro de preços em questão sem aplicação de penalidade Nova Esperança, 06 de junho de 2023.	Av. Rancha Pounto., 1433 - Fone-Frax (44) 2232-4455 Centri 1s 10 and 25 - Fone-Frax (44) 2232-4455 Centri 1s 10 and 25 - Fone-Frax (44) 2232-4455 Centri 1s 10 and 25 - Fone-Frax (44) 2232-4455 Centri 1s 10 and 25 - Fone-Frax (44) 2232-4455 Centri 1s 10 and 25 - Fone-Frax (44) 2232-4455 Centri 1s 10 and 25 - Fone-Frax (44) 2232-4455 Centri 1s 10 and 25 - Fone-Frax (44) 2232-4455 Centri 1s 10 and 25 - Fone-Frax (44) 2232-4455 Centri 1s 20 and 25 - Fone-Frax (44) 2232-4455 Centri 1s 20 and 25 - Fone-Frax (44) 2232-4455 Centri 1s 20 and 25 - Fone-Frax (44) 2232-4455 Centri 1s 20 and 25 - Fone-Frax (44) 2232-4455 Centri 1s 20 and 25 - Fone-Frax (44) 2232-4455 Centri 2s 25 - Fone-Frax (44) 2232-4455 Centri 2s 25 - Fone-Frax (44) 2232-4455 Centri 2s 25 - Fone-Frax (44) 2232-4455 Centri 1s 25 - Fone-Frax (44) 2332-4455 Centri 1s 2s 25 - Fone-Frax (44) 2332-4455 Centri 1s 2s	Prefettura Municipal de Nova Esperança - PR Av. Rocha Pombo, 1453. Fomer/Fax (44) 3252-6445 Corrul In St. 19084 EXTRATO DE RADISTRO DE PRECOS A PREFETTURA HUNICIPAL DE NOVA ESPERANCA, Estado do Pransi, com sode na Av. Rocha Pombo, 1453, Nova de Resistante de Presidente de Nova de P	Prefeitura Municipal de Nova Esperanca - PR An. Rocha Pominio, 1833 Praise Para (44) 2352-4545 correi in Transacciono de 1 percenta (44) 2452-4545 Correi in Transacciono
Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR AN. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 CRRIO TO	Prefeitura Municipal de Nova Esperanca - PR Average in terra de la company de la comp	Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR Av. Racha Pombo, 1433 - Foney/Rax (44) 3262-4545 CHP2 15 18 98 900001 20 Leve Assassantia program for Chesta State (14) 2602-4545 CHP2 15 18 98 900001 20 Leve Assassantia program for Chesta State (14) 2602-4545 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANCA, Estado do Pranda, com sede na Av. Riccha Pombo, 1453, Nova Esperança - PR, 8760-0000, juntimo no CHPPIO et on 1, 75, 730-7900001-09, netre do representado pido Prefeto Municipal, em piero exercico de sua mandito e funções, o 5: Meade Olivetti, Registro de preço para futura executaçãos, especial de manditud de capa e cultima, funcibilo de cespo capas futura executaçãos, especial de manditud de capa e cultima, funcibilo de cespo capas futura executaçãos, especial de manditud de capa e cultima, funcibilo de cespo capas futura executação executaçãos, especial de manditud de capa e cultima, funcibilo de cespo capas futura executação executaçãos, especial de manditud de capacida de manditud de capacida de manditud de capacidad executação exec	Prefeitura Municipal de Nova Esperanca - PR Ar: Rienta Ponaho, 1433 - France/Fax (44) 3252-4545 Onto 18 100 - Control 18 10

ICP

ICP See

ICP S

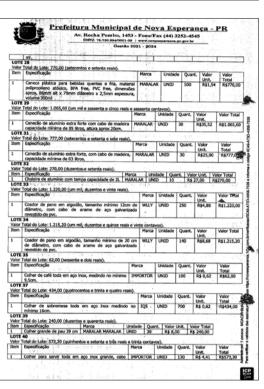
Sexta-feira, 09 de Junho de 2023



Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 CNPJ: 75.730.994/0001-09 | www.novassperanca.pr.gov.br Gentão 2021 - 2024 ERRATA DE EXTRATO DE TERMO ADITIVO Na publicação do extrato de Termo Aditivo de contrato nº 136/2019 da contratada ELOTECH GESTÃO PÚBLICA LTDA, veiculada na edição do dia 02.06.2023 do Jornal Noroeste ocorreu um erro, sendo assim:

ONDE SE LÉ: SÉTIMO TERMO ADITIVO ao Contrato nº 136/2019, Pregão nº 0119/2019. 9. o o valor global de R\$459,94(quatrocentos e cinqüenta e nove reais e noventa e quatro centavos). LELA-SE: OITAVO TERMO ADITIVO ao Contrato nº 136/2019, Pregão nº 0119/2019. Valor glogal de R\$400,00(quatrocentos) reais, sendo R\$100,00(cem) reais mensais durante o período de 4(quatro) meses. Nova Esperança, 05 de Junho de 2023. Moacir Olivatti Prefeito Municipal

Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 CNPJ: 75.730.9940001-00 | www.novasaperanca.pr.gov.hr Gestão 2021 - 2024 LEI № 2.922, DE 07 DE JUNHO DE 2023 Altera e acresce os \$§19, 2º e 3º ao art. 1º da Lei nº 2.278, de 06 de junho de 2012, que dispõe sobre o Centro de Eventos Municipal. A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE, Art. 1º. O art. 1º da Lei nº 2.278, de 06 de junho de 2012, passa a vigorar com a seguinte acrescido dos 551º, 2º e 3º: "Art. 19. Fica criado o Centro de Eventos Municipal, denominado "CENTRO DE EVENTOS MUNICIPAL ANTONIO EDIVAL GRESPAN", vinculado a Secretaria Municipal de Educação cultura, localizado an Riua Governado Reinto Munhos da Rocha Netos d'Art. 6, Guadra nº 145, Centro, neste Municipio de Nova Esperança, com 9.14.100 m², destinando à realização de manifestações artistas, culturals, municials, seminários, feiras, congressos e outros que contribuam para o enriquecimento sócio-cultural do município. §1º O Centro de Eventos Municipal Antonio Edival Grespan é um equipamento público cultural de relevância para o Município, assim constituído: I. Palco Municipal Sebastião Francisco Santana; II. Parque Infantil Raul Holanda Libanori; IV. Academia da Terceira Idade (ATI). §2º Todas as quintas-feiras, os galpões localizados no Centro de Eventos Municipal Antonio Edival Grespan serão de uso exclusivo dos pequenos produtores para a realização da tradicional Feira do Produtor Rural. §39 As normas para funcionamento e utilização do Centro de Eventos Municipal Antonio Edival Grespan serão regulamentas por Decreto." Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. PAÇO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, AOS SETE (07) DIAS DO MÊS DE JUNHO (06) DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS (2023).



Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

Av. Rocha Pombo, 1483 - Fone/Fax (44) 3282-4548

genda in tras setembro de l'aval acceptanta su gar les

Gesta 2021 - 2024 LOTE 106

Valor Total do Lote: 666,00 (seiscentos e sessenta e seis reals).

Item | Especificação | Marca | Unidade | Quant. | Valor | Merca Unidade Quant Valor Valor Total

Recipiente de pálatico quadrado transperente of tampa RCA2,IL UNID 100 R\$4,66 R\$666,00 Extra Colorida, capacidade mínima de 1,7L, medidas mínimas LOTE 167 . LOTE 107

Valver Total di Justin 3,110,00 (cm mi, cerdo e des resist).

Nerro La Geograficação

Nerro La Visidade Quarte, Voler Valver Total Justin 4, 100,00 (cm mi, cerdo e des resist).

Recipiemente de plistato retampular transparente of tampos (RCA UNID) 100 R\$11,10 (cm min) (cm 20:19,5k12,5cm.

LOTE 169 (20:19,5k12,5cm.
LOTE 169 (20:10,5k12,5cm.
L LOT 12.5 (a) Lot 1.5 (b) Clym ml, cmio e sesserta e oto maio).

The Expecticação

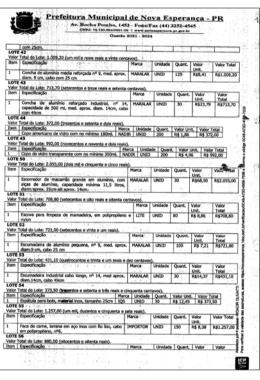
Seco ex LOTE 122 Vision Total do Lutte. 63,50 (sessentia e três reais e circipanta cerdavos). Vision Total do Lutte. 63,50 (sessentia e três reais e circipanta cerdavos). Micro Unidade Quant. Vision Total III Selecció de mace em plastico transparente com tampe del RICA UNID 25 82,54 (1945,59). Vision también por contra capacidade mínima form, medicas como también de facilitato place altane 4,64 (1945). Iminimas dâmetro 5,0cm atura 8,5cm.
LOTE 133
Valor Total do Lote: 169,40 (cento e sessenta e nove nesis e guarenta centavos).
Il Marca | Unidade | Quant, | Valor | Unidade | Unidade | Quant, | Valor | Unidade | Saleiro de piástico transparente com tampa colorida RCA UNID 20 R\$8,47 R\$169,40 capacidade 011, medidas aprox. 17cmCx112cmCx11_ScmA. LOTE 135
Valor Total o Lote 1,407,90 (um mit, quatrocentos e pete resi e novinta certavos).
Item Especificação
Especificação
I Suporte para condor de para - Cofé mancebo MARALAR UNID 30 R444,93 R51,407,90 minimalização, 15, fom Lengura s 20cm Abrus. ICP

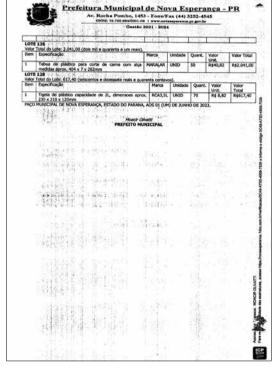
Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 CNPJ: 76.720.994/0001-09 | www.novaesperanca.pe.gov.br Gestão 2021 - 2024 Ata de Registro de Preços nº 0344/2022 - Pregão Eletrônico nº 0112/2022 O MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno com sede à Avenida Rocha Pombo, nº, 1.453, inscrito no CNPI/MF nº, 75.730.994/0001-09, neste ato representado pelo Prefeito Municípal, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Senhor <u>MOACIRI</u> QUIVATTI, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 901.700-3 SSP-PR e devidamente inscrito no CPF/MF sob nº 208.387.439-00, RESOLVE, nos termos da Ata de Registro de Preços nº 0344/2022, oriunda do Pregão Eletrônico nº 0112/2022, aplicar penalidade administrativa de MULTA, no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, conforme Cláusula Décima Primeira, b, 11.3.7 c/c aplicação de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAR DE LICITAÇÃO e IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM ESTE MUNICÍPIO PELO PERÍODO de 02 (DOIS) ANOS, conforme Cláusula Décima Primeira, 11.4. "a", em face de **02** (*DOIS*) ANOS, conforme Cláusula Décime Primeira, 11.4, "a", em face da empresa Contratada: HIGYA MED - SOLUCOES HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob n. 45.344.935/0001-23, com sede na RUA CORTE REAL, 55, CENTRO, NA CIDADE DE NOVO HAMBURGO-RS, CEP 93410-170, per esta, regularmente notificada sobre os diversos atrasos, <u>não ter procedido às entreasas devidas, não ter efetuado o posamento de multa anteriormente aplicada, não ter respondido às notificações e pela constatação da inexecução das obrigações assumidas no contrato.</u> Nova Esperança, 07 de junho de 2023. MOACIR OLIVATTI

Prefeito Municipal

Assinado por Para varificar ICP

Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545
CND: 78.700 9940001-09 | www.newseperanca.pr.gov.br LEI № 2.923, DE 07 DE JUNHO DE 2023 Institui o dia e a semana da agricultura familiar no Município de Nova Esperança, Estado do Paraná, e dá outras providências. A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI: Art.19. Fica instituído o Dia Municipal da Agricultura Familiar, a ser comemorado, mente, no dia 25 de julho e a Semana Municipal da Agricultura Familiar, a ser morada, anualmente, na semana em curso, a partir do dia 25 de julho de 2023. Art.2º. As comemorações referentes ao Dia e a Semana Municipal da Agricultura Familiar têm como objetivos: I - fortalecer, apoiar e incentivar o desenvolvimento da agricultura familiar e suas formas associativas e cooperativas de produção, gestão, comercialização, processamento e agro industrialização; II - incentivar a criação de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura III - viabilizar, profissionalizar, conscientizar e ofertar alternativas para o agriculto IV - debater com agricultores questões relacionadas ao tema e seu deser bem como sobre futuro do jovem rural. Art. 3º. O Poder Executivo, através do órgão municipal competente, poderá promover atividades e eventos como palestras, cursos e seminários visando ampliar o acesso às ações de apoio à agricultura familiar e aos produtores do Município de Nova Esperança - Paraná. Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE. PAÇO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, AOS SETE (07) DIAS DO MÊS DE JUNHO (06) DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS (2023).





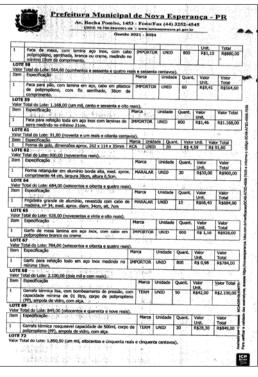
Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR
Av. Rocha Pombo, 1453 - Foar-Fre (17) Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 32:52-4545 CNPJ: 75.730:994/0001-09 | www.noraesperanca.pr.gov.he Gestão 2021 - 2024 Contan 2021 - 2024

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: PREPETTURA HUNICIPAL DE HOVA ESPERANCA, Estado de Paraná, con sodo no
Ar. Rocha Pombo, 1453, Niva Esperança - Re, 1760-000, Nivorito no CRIJIPAT esta n. P. 75-730,594/0031-00,
neste ato representado pelo Prietino Hunicipal, em pleno cuencido de sun amedido e funções, o Sr. Mosci Olivati a a empresa abalios decreta, coloctamo o presente Contrato, oriundo do Tomase de Preposa PT 7/2023, nos termos da Lei eri. 8.666/93, Lei complementar nº. 12706, Las Complementar nº. 14714, suas siterações e legislação pertinente, conforme quadro abaixo:

CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL Nº 090/2023 tratado: Extracon mineracao e obras Ltda Objeto do Coetrato: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia para Execucião de Pavimentação e Galerias de diversos trechos do Município de Nova Esperança – PR. Valor: 1.759.000,00 (um milhão, setecentos e cinquenta e nove mil reais) otação: 07.003.15.451.0007.1.015.4.4.90.51.00.00. - 41642 Data de Assinatura do contrato: 02 de junho de 2023. Vigênda: 02 de junho de 2024. Foero: Comarca de hova Esperança, Estado do Parasil. PAÇO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANIL, AOS 02 (DOIS) DE JURHO DE 2023. Moacir Olivatti
PREFEITO MUNICIPAL ICP S

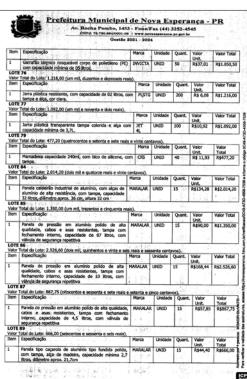
Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR
As Rocha Pombo, 1453 - FoneFax (44) 3163 - 447 Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 CNPJ: 18.730.9640001-09 | www.newspersons.pr.gov.br Gestão 2021 - 2024 LEI № 2.924, DE 07 DE JUNHO DE 2023 Altera as Metas do Plano Municipal de Cultura do Municipio de Nova Esperança, Estado do Paraná, (PMC 2015-2025), de que trata a Lei nº 2.488, de 26 de novembro de 2015 e dá outras providências. A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ APROVOU E EU, O MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE, Art. 1º. As Metas do Plano Municipal de Cultura do Municipio de Nova Esperança, Estado do Paraná, (PMC 2015-2025), de que trata a Lei nº 2-888, de 26 de novembro de 2015, passa a vigorar na forma aprovada pela "I Conferência Municipal de Cultura (CMC)", realizada no dia 23 de fevereiro de 2023, conforme Anexo integrante desta Lei. Art. 2*. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE. PAÇO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, AOS SETE (07) DIAS DO MÊS DE JUNHO (06) DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS (2023). 1 12

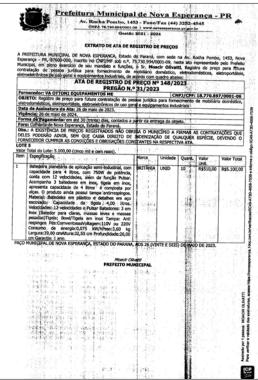


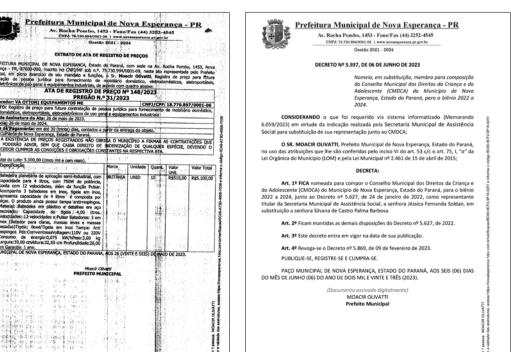


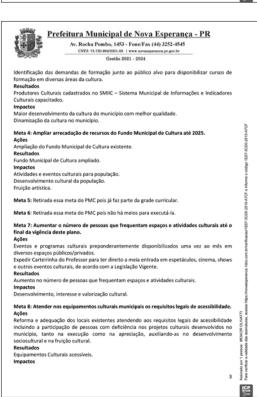












Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 CNPJ: 75.730.994/0001-09 | www.norsasperanca.pe.gov.he Gestão 2021 - 2024

Acessibilidade Cultural, promoção de lazer cultural, valorização dos produtores culturais e preservação cultural do município.

preservação curturat do mumicipio.

Meta 9: Constituir até 2025 espaços adequados para abrigar um Cineclube, um Museu, um Centro de Eventos e um Auditório, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal, Municípios e iniciativa privada.

Ações

Criação de um Cineclube, fornecendo programação em horários acessíveis a toda população para exibição de filmes de diversos gêneros e filmes de produtores locais.

Criação de um Museu, fornecendo programação em horários acessíveis a toda população, visando preservar a história e os patrimônios municípais.

Impactos

Desenvolvimento da apreciação cultural e artística, melhora na conduta dos participantes, valorização dos artistas e produtores culturais locais, preservação da história e patrimônio municipal, acessibilidade cultural e lazer cultural para a população. Meta 10: Instalar uma Secretaria Municipal de Cultura até 2025.

Secretaria Municipal de Cultura criada. Impactos

ento cultural do município. Meta 11: Cultura Tradicional do Município resguardada por meio de projetos específicos de proteção ao Patrimônio Material e Imaterial Municípal, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, implantando um Sistema Municípal de Patrimônio Cultural até 2025.

Pătrimonio curura ave zoza.
Ações
Criar um Siana Municipal de Patrimônio Cultural, com legislação específica e Conselho
Municipal de Patrimônio Cultural.
Criação de Festival de Folia de Reis.
Apolar os grupos existentes e cadastrados no SMIIC, de Folia de Reis à participação em Festivais
Recionals.

Regionais.

Redilara festividades típicas com tradições do município como a cultura da seda, festa de rodeio, cavalgadas, exposições entre outras tradições, preponderantemente em comemoração ao aniversário da cidade, por meio de projeto elaborado em parceria com o órgão gestor da cultura e diversos órgãos municipais em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Apoiar o Encontro de Veículos Antigos - CAR, evento tradicional no município, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Identificar prato típico tradicional do município que poderá ser inserido em festividades locais.

Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

Resultados
Cultura tradicional preservada.
Impactos
Preservação da cultura presente no município e difusão cultural.
Os patrimônios preservados não serão perdidos ou esquecidos com o passar dos anos, preservando a cultura e história do município.
Valorização da identidade cultural do município.
Valorização da identidade cultural do município.

Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 CNPJ: 75.730.994/0001-09 | www.novaesperanca.pr.gov.hr Geetão 2021 - 2024 LEI Nº 2.925, DE 07 DE JUNHO DE 2023

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, APROVARÁ E EU, PREFETTO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE,

Art. 1º. Nos termos do art. 165, inciso II, 52°, da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRP) e da Lei Orgânica do Município de Nova Esparança (LOM), ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias relativas ao exercido (financeiro de 2024, compreendendo:

1 - As metas e priorididade são Administração Poblica Municípia);

II - A organização e a estrutura dos orçamentos;

III - As diretrizes específicas para o Poder Legislatīvo;

IV - As diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do município e sua alterações.

suas aiterações. V - As disposições sobre as alterações na Legislação Tributária do Município e as disposições finais.

Demonstrativo un - Crecios Anteriores recisios Anteriores.

Demonstrativo IV- Evolução do Patrimônio Líquido;

Demonstrativo IV - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de

Demonstrativo VI - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e Demonstrativo VII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter

1900. | 2- Anexos: | - Anexo de Riscos Fiscais, contendo o demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências; || - Anexo de Metas e Prioridades.

CAPÍTULO I METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. As metas e prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2024 estarão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2022 a 2025, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta Lei.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2024 e dá outras providências.

Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 CNF2: 73.730-9840001-09 | www.novaseperanca.pr.gov.hr Gestão 2021 - 2024

Art. 10. As despesas com pessoal e encargos não poderão ter acréscimo real em relação aos créditos correspondentes e os aumentos para o próximo exercicio ficarão condicionados à esistência de recursos, espresa autorização legislativa, não podendo excelo limite de 54% (cinquenta e quatro por cento) ao Executivo e 6% (beis por cento) ao Legislativo da Receita Corrente Liquida.

Art. 13. O Município poderá conceder ajuda financeira, prevista na Lei Orçamentária a título de "Subvenções Socials" e Parcerias Voluntárias às entidades esm fins lucrativos, de atvidades de natureza continuada, que preencham as seguintes condições: l
- sejam de atendimento direto ao público, em funções compatíveis com as de responsabilidade do Município;

III - associações, cooperativas, organizações nalo governamentais, organizações da sociedade civil de interesse público («ou organizações sociais);

III - que se ache em dia quanto ao pagamento de tributos devidos ao ente transferidor.

§ 2º. Para habilitar ao recebimento das "Subvenções Sociais" a entidade deverá ntar declaração de funcionamento regular no último ano, emitida no exercício de 2023, e ovante do mandato de sua diretoria.

g 3+. A Municipalidade deverá, ao firmar convênio ou termo de parceria, observar o que estabelece a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com as alterações trazidas pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de decembro de 2015.

§ 4º. As entidades beneficiadas nos termos deste artigo prestarão contas ao Tribunal de Contas do Estado de acordo com a Resolução nº 28/2011, com as alterações da Resolução nº 46/2014, bem como da Instrução Normativa nº 06/2/2011 do TCE-PR, ficando proibido novo repasse caso tenha prestação de contas pendente.

Art. 11. A despesa total com Pessoal não ultrapassará em percentual da Receita e Líquida os limites definidos na forma do art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000. Art. 12. Na elaboração da proposta orçamentária serão atendidos preferencialmente ogramas constantes nesta Lei, podendo, na medida das necessidades, serem elencados programas, desde que financiados com recursos de outras esferas do governo ou mesmo

cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, em consonância com o plano de trabalho.

Art. 16. O Executivo Municipal poderá ainda conceder ou ampliar beneficio fiscal de tureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e das, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esse nefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu oacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois seequentes, nos termos do art. 1 de las leComplementar nº 101, de 2004.

Art. 17. A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhar ao Poder vo compor-se-á de:

Art. 18. Integrará a Lei Orçamentária Anual:

1 - Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções de governo;

11 - Sumário geral da receita de pesesa, por categorias económicas;

111 - Sumário da receita por fontes e respectiva legislação;

112 - Cuadre das étotações por dispão de governo e da administração.

Art. 19. O Poder Executivo enviará à Câmara Municipal, até 30 de setembro de cada ano, o Projeto de Lei Orçamentária, que o apreciará até o final da sessão legislativa, devolvendo-o a seguir para sanção e demais providências.

Art. 20. Constarão da proposta orçamentária do Município, demonstrativos nando a totalidade das receitas e das despesas das Entidades das Administrações Direta

ICP

ICP See

Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4445

ORD 2-1-70-84-00001-00 | Texas (44) 3252-4445 Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 CNPJ: 75.730.994/0001-09 | www.norsesperanca.pr.gov.hr Gestão 2021 - 2024

≶a a; I - Cobertura de créditos adicionais; III - Atender passivos contingentes; III - Cobertura de outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 26. Na elaboração da proposta orçamentária para 2024, o Poder Executivo poderá ar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa à receita estimada, de forma a preservar o equilibrio das contas públicas.

Art. 27. A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o t. 22, parágrafo único, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, conterá todos os Anexos igidos na legislação pertinente.

Art. 28. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistenciás, recreativo, cultural, esportivo, transporte coletivo urbano, e de cooperação tecinica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autoritação em le sepecífica, em consonância com o disposto no art. 4-1, "1" en oart. 26 da tel Conglementar en "101, de 2000.

Art. 29. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2024, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conoceder vantagena, admitir presoal approvado em conscipcibilico ou caráter temporário na forma de lei, observado os limites e as regras da Lei Complementar #1 031, de 2000 e art. 1.69, § 19. (la diconstituição Federa).

1 ICP

ICP

Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 CNPA: 75.730.994/0001-09 | www.novasaperanca.pr.gov.hr Geetão 2021 - 2024 § 1º. O Projeto de Lei Orçamentária Anual será elaborado em consonância com as prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

Art. 3º. O Orçamento Fiscal estimará as receitas e fixará as despesas dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como a de seus Orgãos e Fundos Municipais, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, respetados os princípios da unidade, da universalidade, da anualidade, da exclusividade, da publicidade e da legalidade.

Art. 4º. Será garantida a destinação de recursos orçamentários para a oferta de programas públicos de atendimento à infáncia e à adolescância no Município, conforme disposto no art. 227 da Constituição Federal e no art. 4º da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e suas alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA).

Art. 5º. A Lei Orçamentária obedecerá, na fixação da despesa e na estimativa da

aos principios de: 1- Prioridade de investimentos nas áreas sociais; II - Austeridade na gestão dos recursos públicos; III - Modernização na ação governamental; IV - Equilibrio Orgamentário, tanto na previsão como na execução orçamentária.

Parágrafo único. A discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far-se-á, no por categoria econômica, grupo de natureza da despesa e modalidade de aplicação.

CAPÍTULO II ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 6º. A Lei Orçamentária compreenderá o Orçamento Fiscal, o Orçamento da ide Social e o Orçamento de Investimento.

Art. 7º. O Projeto de Lei Orçamentária do Município de Nova Esperança, relativo ao o de 2024, deverá obedecer aos princípios da justiça social, do controle social, da rência na elaboração e execução do orçamento e da economicidade, observados os

seguintes:

1 - O princípio da justiça social implica assegurar, na elaboração e na execução do orçamento, projetos e atividades que possam reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões da cidade, bem como combater a exclusão social;

11 - O princípio do controle social implica assegurar a todos os cidadãos a participação no acomenhamento do orcamento do orcamento do orcamento do orcamento do orcamento.

Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-454 CNPJ: 75.730.994/0001-09 | www.novsesperanca.pr.gov.hr Gestão 2021 - 2024

em vigor;

Il- Realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do orçamento total das despesas, nos termos da legislação legite;

IV - Fica também autoritado e não será computada para efeito do limite fixado no item

III desde artigo, a abentura de Créditos suplementares pelo valor do provivel executos de arrecadação sobre a previsão orçamentária e por Superávit Financeiro oriundos de fontes de averción attentivo.

ontes de recursos os previstos no inciso il no 3 1º 00 art. 43 da Lei Federal nº 4.2.40, 0 e 1 / 0 en março de 1964, mediante cocrriência de excesso real ou tendência de excesso de arrecadação has respectivas fontes de recursos vinculados não sendo computados para fins do limite da utorização constante do item ill dete artigo. VI - Fica autorizada a redistribuição de parcelas das dotações de pessoal e encargos de uma para outra unidade orçamentária, conforme art. 66, parágrafo único, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, não sendo computados para fins do limite da autorização constante do item III deste artigo.

rtigo. VII - Transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de nação, sem prévia autorização legislativa; VIII - Contingenciar parte das dotações, quando a evolução da receita comprometer os

YIII - Contringencia para e asservantes de l'accidente de l'accidente para manutenção de suas atividades, bem como as do Município.

Art. 9º. Não sendo devolvido ao Poder Executivo o autógrafo de Lei orçamentária primeiro de janeiro de 2024, fica este autorizado a realizar a proposta orçamentária na for original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual. § 1º. Para atender o disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo

birá do seguinte: I - Estabelecer Programação Financeira e Cronograma da execução mensal de

realizar cortes de dotações;

III - O Poder Executivo emitirá ao final de cada quadrimestre, relatório de Gestão
Fiscal, avaliando o cumprimento das Metas Fiscals, em audiência pública, perante a Câmara de
Vergadores:

dores; IV - Os Planos, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Orçamentos, Prestação de Contas, rers do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), serão amplamente divulgados, ve na internet, e ficarão à disposição da comunidade;



Parágrafo único. Caso não seja necessária a utilização da Reserva de Contingência para ilidade, no todo ou em parte, até o mês de agosto, o saldo remanescente poderá ser o para abertura de créditos adicionais suplementarse e especiais.

6 ECP

ICP See

Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 CNPA: 75.730.994/0001-09 | www.noveseperanca.pr.gov.br Geetão 2021 - 2024

Art. 30. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, amente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá tar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não erem a 95% (noventa e cico por cento) do limite estabelecido no art. 20, III e art. 22, rafo único, V, da La Complementar nº 101, de 2000.

Art. 31. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 da Lei Complementar ñ 101, de 2000:

II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
II - eliminação das despesas com horas-extras;
III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
IV - demissão de servidores admitidos em acriatre temporário.

CAPÍTULO III DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA O PODER LEGISLATIVO

Art. 32. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsidios dos ereadores, não poderá ultrapassar o percentual relativo ao somatório da receita tribuária om as transferências previstas nos arts. 133, § § 5, 158 e 159 da Constituição Federal, etivamente realizado no exercício anterior, em conformidade com as Emendas nostitucionais nº 5,2000 en 18 \$42,000.

§ 2º A despesa total com folha de pagamento do Poder Legislativo, incluídos os g búdios dos Vereadores, não poderá ultrapassar a 70% (setenta por cento) de de acordo com o estabelecido no art. 29-A, § 1º, da Constituição Federal, e confon o na Lei Orgânica do Município. Art. 33. Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a proceder à abertura de seu adicionais suplementares, através de Resolução, até o limite de 25% (vinte e cinco p estabelecido nesta Lel, servindo como recurso para tais suplementações somente mento de dotações de seu próprio orçamento.

Art. 34. O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Exntária, para fins de consolidação até dia 31 de agosto do correrí ue estabelece o art. 16, inciso XII da Lei Orgânica Municipal.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 35. Ocorrendo alterações na Legislação Tributária em vigor, decorrente de lei aprovada até o término deste exercício, que impliquem acréscimo em relação à estimativa de

Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 CNPJ: 75.730.394/0001-09 | www.novasaperanca.pr.gov.br Gestão 2021 - 2024

Art. 36. Os tributos poderão ser corrigidos monetariamente segundo a variação ecida pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC), divulgado pelo Instituto de Art. 37. Na previsão da receita para o exercício de 2024, serão observad ros e os benefícios fiscais estabelecidos em Leis Municipais, se atendidas às exigi 14, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 38. Os projetos de lei de concessão de anistia, remissão, subsidio, crédito presumido, isenção em caráter não geral, de alteração de aliquotas ou de modificação de base de cádudo que impliquem redução discriminada de tributos e contribuições, e outros benédes, e outros benédes, que correspondem a tratamento diferenciado, deverão atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar n 1910, de 2000, devendo ser instrutivos com demonstrativo evidenciando que não serão afetadas as metas de resultado nominal e primário.

Art. 39. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em divida ativa, cujos custos de cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em tei, não se constituindo como remúncia de receita para efeito do disposto no art. 14, § 39, III, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 40. Os tributos municipais poderão ter desconto de até 12% (doze por cento) do

Art. 41. A Contribuição de Melhoria poderá ter desconto de até 30% (trinta por cento) do valor lançado para pagamento á vista, o número de parcelas, o percentual de desconto e os respectivos vencimentos serão estabelecidos, mediante Lei específica.

Art. 45. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar o Anexo de Metas e oridades dos orçamentos compreendendo LOA, LOO e PPA, sempre que houver necessidade, Decreto até o limite previsto no art. 8º desta Lei (LOO-2024) para fins de atender a Lei applementar nº 101, de 2000 no que tange a seu aspecto de planejamento. Art. 47. A administração da divida pública municipal tem por objetivo principal izar custos, reduzir o montante da divida pública e viabilizar fontes alternativas de os para o tesouro municipal. § 2º. O Município subordinar-se-á às normas estabelecidas em Resolução do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da divida pública consolidada e da divida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no artigo 52, incisos VI e DK, da Constituição Federal. Art. 48. A Lei Orçamentária de 2024, somente incluirá dotações para o pagamento de brios cujos processos contenham pelo menos um dos seguintes documentos: 1 - Certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução no todo ou da parte não

Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

Art. 49. A Procuradoria Geral do Município encaminhará à Secretaria Municipal da nda até 15 de julho do corrente exercicio, a relação dos débitos decorrentes de precatórios idiros inscritos até 1º de julho de 2023 a serem incluídos na proposta orçamentária de , especificando:

1 - Número e data do ajuizamento dia ação originária;
11 - Número do precatório;
111 - Tipo da causa (de acordo com a origem da despesa);
11/ - Enquadramento (alimentar ou não alimentar);
1/ - Data da autuação do precatório;
1/ - Nome do beneficiário;
1/ - Nome do beneficiário; V - Data dă autuațao up presenum. VII - Nome do beneficiário; VII - Valor do precatório a ser pago, atualizado conforme determinado pelo art. 100,6 nstituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 62/2009; onstituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 62/2009; VIII- Data do traisto em julgado. IX. - Número da vara ou comarca de origem, e X - Cópia do oficio requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da ão de pagamento no caso de ação cível. ICP S= Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

Parágrafo único. A forma de pagamento e a atualização monetária dos precatórios e secelas resultantes observarão, no exercício de 2024, os índices adotados pelo Poder rior espectivo, conforme disposto no art. 100, § 1º da Constituição Federal, na Emenda tucional nº 62/2009 e no Decreto nº 213/2010.

Art. 51. A Lei Orçamentária Anual poderá conter dotações relativas a projetos a serem plvidos por intermédio de consórcios públicos, conforme regulamentação fixada pela Lei

Art. 50. O pagamento das obrigações de pequeno valor de que trata o art. 100, § 3º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20 de 15 de dezembro de 1998, pela Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, sujeitar-se-á ao disposto na Lei Municipal nº 2.685, de 09 de julho de 2019.





88.743.476,06

105.274.596,03

115.255.672,05 121.152.337,53

154.482.836,95

177.393.472,93

168.524.203,36

162.082.726,15 159.607.964,80 157.438.814

148.656.644, 26 5 147.537.915, 26 5 146.531.577, 26 5



20.919.133,0

21.847.219,51

23.563.564,53

6.125.884,3

14.968.609,70 14.332.470,33

12.956.694,61

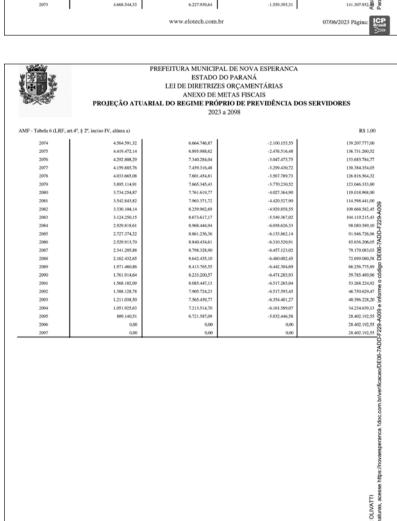
11.516.715,97

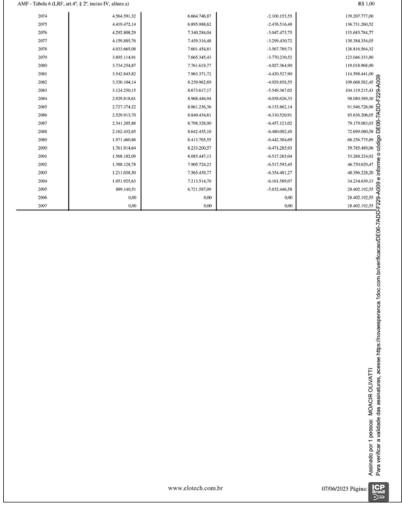
6.831.676,50

9.867.276,96

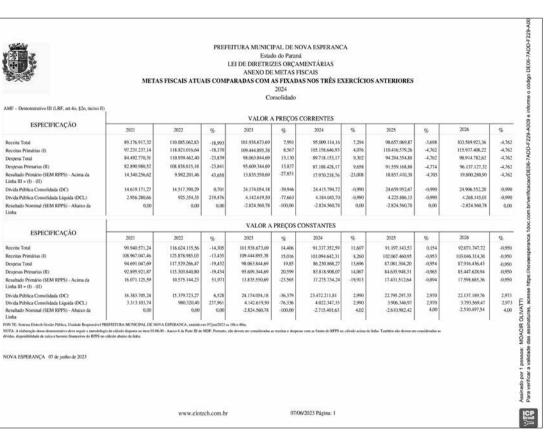
12.046.848,56

-2.474.761,35





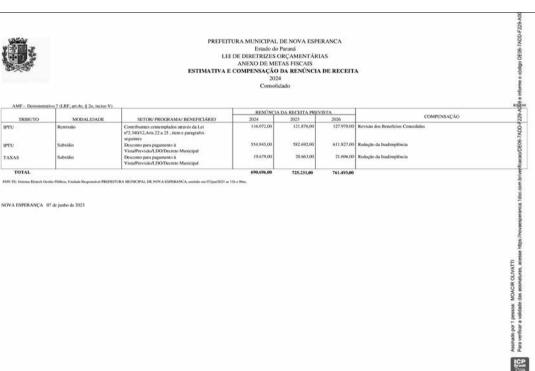
(†) ♥ ♥ □ □ □ ₩ www.**jornalnoroeste**.com



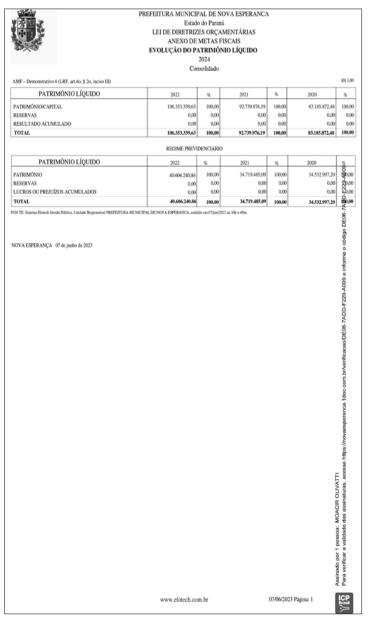
200 £			1	Estado do Parar	iOVA ESPERANCA tá AMENTÁRIAS				
	AV	LIAÇÃO DO CUMPI	ANEXO	DE METAS	FISCAIS	CÍCIO ANTI	ERIOR		
MF – Demonstrativo 2 (LRF, an	.40. 8 20. inciso D								R\$ 1,00
		Metas Previstas			Metas Realizadas			Variaçã	
ES	PECIFICAÇÃO	2022 (a)	% PIB	% RCL	2022 (b)	% PIB	% RCL	Valor (c) = (b - a)	% (c/a) x 100
Receita Total		98.668.086,34	0,005	115,79	131.106.194,98	0,006	153,86	32.438.108,64	32,88
eccitas Primárias (I)		89.775.608,84	0,004	105.36	107.870.002,90	0,005	126,59	18.094.394,06	20.16
espesa Total		98.668.086,34	0,005	115,79	127.580.118,75	0,006	149,72	28.912.032,41	29,30
Despesas Primárias (II)		93.482.086,34	0,005	109,71	122.320.267,17	0,006	143,55	28.838.180,83	30,85
Resultado Primário (SEM RPPS)	- Acima da Linha (III) = (I - II)	-3,706,477,50	0,000	-4,35	-14.450.264,27	-0,001	-16,96	-10.743.786,77	289,87
Resultado Nominal		-2.030.926,31	0,000	-2,38	-2.030.926,31	0,000	-2,38	0,00	0,00
Nvida Pública Consolidada (DC)		14.517.390,29	0,001	17,04	14.517.390,29	0,001	17,04	0.00	0,00
Divida Pública Consolidada Líqui	da (DCL)	925.354,35	0,000	1,09	925.354,35	0,000	1,09	0,00	0,00
Resultado Nominal (SEM RPPS)	- Abaixo da linha	-1.586.315,24	0,000	-1,86	-1.586.315,24	0,000	-1,86	0,00	0,00
item 03.06.00 - Anexo 6 receitas e despesas com a	demonstrativo deve seguir a metodologia da Parte III do MDF. Portanto, não dever s fontes do RPPS no cálculo acima da lin lívidas, disponibilidade de caixa e havere linha.	n ser consideradas ha. Também não			R\$ 1,00				
	Parâmetros	Valor Previs	sto	Valor Realizado 2022					
PIB Nominal			59.000.000,00		2.030.559.000.000,00 99.543.614.49				
PIB Nominal	Receita Corrente Líquida - RCL		105.476.630,92						



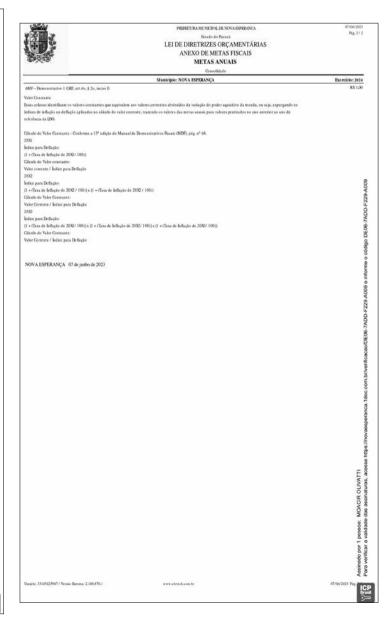
120200							
火秀國	₽ PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANCA						
7 -1-13	DEMONSTRATIVOS DOS PROJETOS E OBRAS EM ANDAMENTO						
1000	VALOES EXECUTADOS / SALDOS ATÉ 30/04/2023						
Projeto			_	Previsão	Orç.Atualizado	Execução	Saldo/Executar
Atividade						Empenhado	
		U. Medida	Qtde.	Valor	Valor	Valor	Valor
1004	Construção Banheiros ,Sala multiuso e passarela/espaço Brincar aprender .ASS.S	UM	1	42.000,00		334.913,86	42.000,00
1005	Construção de Cobertura metálica -CMEI-Pe.Monsenhor Lauria	UM	1	22.050,00			22.050,00
1015 1015-1	Obras de Pavim., Calç., Recape , Sinaliza., reforma e construção em prédios públi Pavimentação / Recape / Ciclovia e Ciclofaixa	M2 M2	1	3.738.550,00	11.724.033,35	0,00 165.855,71	8.255.042,86
1015-1	Pavimentação / Recape / Ciclovia e Ciclotaixa Pavimentação / Recape /CBOQ- Convênio SEDU	M2	-			70.957,74	
1015-2	Praça Fco.Sakae/ Galpão Ivatinga / Emenda Especial	M2	-			363.480,18	
1015-4	Pavimentação em Vias Urbanas/ Convênio Sedu	M2				1.000.000,00	
1015-5	Praça Fco.Sakae/ Emenda Especial	M2				111.245,22	
1015-6	Pavimentação em Vias Urbanas/revitalição Pça D.Pedro II - OP CRED. AG FOMEN	M2				1.313.423,93	
1015-7	Construção/ Reconstrução da Rede Galerias Águas Pluviais-Recursos FINISA	M2				444.027,71	
	and the state of t		-	SOMA		3,468,990,49	
1039	Construção /Reformas Centro de Eventos/museu/ Jardim Botânico	M2	1	10.500,00	33.500,00	30.521,45	2.978,55
1040	Construção Galpão Feira do Produtor/2ºmedida/ 2ºetapa	M2	1	10.500,00	47.026,33	36.526,33	10.500,00
1078	Construção /Reforma UBS - Ivaitinga	M2	1	10.500,00	159.482,37	148.982,37	10.500,00
1080	Construção do Prédio do Poder Legislativo Municipal	M2	1	10.500,00	1.587.521,78	1.577.021,78	10.500,00
	TOTAIS			3.844.600,00	14.051.889,83	5.698.318,42	8.353.571,41
							E
							3
							ā
							8
							Š
							2
							3
							ž
							3
							especies MARCIP OI IVATTI











CONTINUA NA PÁGINA 11

Nova Esperança-PR, 06 de Junho de 2023.

A razilo recursal apresentada dentro do dus sua inservição dentro do Processo Administrativo do dus sua inservição dentro do Processo Administrativo Disciplinar — PAD n° considerou e natisso a razilo recursal, e considerando que a decisido do Consetho Municipal dos Direitos da Cempe Composição de recurso centra o Edital Esperança foi munitida pela autoridade julgadora, a Comissão Especial do Processo de Ade Nova GMDCA n° 02/2023.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação

RECEITAS REALIZADAS

SALDO FINANCEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANCA Estado do Paraná LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

(g) = ((Ia-IId)+IIIh) (h) = ((Ib-IIe)+IIIi) (i) = (Ic-IIf)

Alienação de Bens Imoveis	1.332.741303	003,773,77	1.244.909,30
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	144.080,11	31.438,03	3.905,94
Total	1.714.321,16	1.022.979,85	1.389.625,30
	2022	2021	2020
DESPESAS EXECUTADAS	(d)	(e)	(f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	371.317.98	943.250,80	1.265.582.19
DESPESAS DE CAPITAL	371.317,98	943.250,80	1.265.582,19
Investimentos	371.317.98	943.250,80	1.265.582,19
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
Total	371.317,98	943.250,80	1.265.582,11

NOVA ESPERANCA 07 de junho de 2023





Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

cipal de Nova Esperança e a Secretaria Municipal de Administração, Estado do Paraná, no uso de conformidade com a Lei Municipal nº 2.161, de 15 de setembro de 2011;

CPF/MF

RESULTADO

Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 CNPJ: 75.730.9940001-09 | www.noraesperanca.pr.gov.br Gestão 2021 - 2024

RESOLVE: HOMOLOGAR, as inscrições do Processo Seletivo Público Simplificado, referente ao Edital nº 003/2023, destinado a contratação emergencial por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público para os cargos de Agente de Serviços Operacionais, Agente de Alimentação e Agente Operador de Máquinas Pesadas.

NOME

ADRIANA ALVES DA SILVA ADRIANA LUCIA FERREIRA DE ARAUJO

LOBINAM AUYS DA SILVA
ADRINAM AUYS PERRIPIRA DE ARAUJO
ADRINAM AUYS PERRIPIRA DE ARAUJO
ADRINAM SANTOS FINA
ALESSANDIO GORNES GORDO DOS SANTOS
ALLES POLIVANO DE OLIVERRA
ALESSANDIO GORNES GORDO DOS SANTOS
ALLES POLIVANO DE OLIVERRA
ANANORA NURS SERVANDET
ANA CADULAN BERTALULCO DE SOUZA
ANANORA NURS SERVANDES
ANA PAULA GOMES DA SILVA
ANDERA FACIN SURVA
ANDERA FACIN PERENANDES
ANDERA DE ANDERA DE ANTOSO
BEATRIC AMANDA SILVA GOMES GORDO
BEATRIC AMANDA SILVA GOMES GORDO
BERLINA DE SOUZA GOMES GORDO
BERLINA DE SOUZA SANTOS
BERLINA DE SOUZA SANTOS
CRILINE MACADODO DO NASCIMENTO RODRIGUES
CUENTED AS SILVA
CAMILLO DA SILVA CANDA
CONTRE MACADO DO NASCIMENTO RODRIGUES
CUENTED AS SILVA
ANDERA FARIANDO DO NASCIMENTO
DONNELA PROLINA DE SILVA BARDON
DONNELA POLIVA BAR

FABRIAN FERNANDES DOS SANTO FABRIAN FERNANDES FRANCELLE CISTINA ROSA FRANCELLY CRISTINA ROSA OFFERA FRANCIMARA RAS DA SILVA GABRILLA DE OUVEIRA GOMÉS GABRILLA DES GONÇALVES GABRILLA LES GONÇALVES GABRILLA ESTANADA DA SILVA FERREIRA GEGSBEL DE CLIVEIRA

CHADYS JOSY OF ALMIDIA

CHRISTER DE CANALIDAS

GUILLERME ESPIRODA

GUILLERME ESPIRODA

FELEN REGERO DA SILVA

HELEN REGERO DA SILVA

HELEN REGERO DA SILVA

HELEN REGERO DA SILVA

HELEN REGERO DA SILVA

HUMA DE AMORIMO

HENNE PASS LISHA DA SILVA

FROMET BEZERRA DA SILVA

FROMET BEZERRA DA SILVA

JANIANA MARRADA DA SILVA

JANIANA MARRADA DA SILVA

JANIANA MARRADA DA SILVA

JESSCA BELIEN FERRERA DOS SANTOS

JESSCA ALINER ADA GOSTA

JOSENA CATARIONA FARIA

JANIANIFE SALES DA SILVA

JESSCA MILITAR FARIA

JANIANIFE SALES DA SILVA

JESSCA MILITAR FARIA

JOSENA CATARIONA FARIA

JOSENA CATARIONA

JOSENA CATARIONA

JOSENA CATARIONA

JOSENA PARICONA

JOSENA PARICONA

JOSENA PARICONA

JOSENA PARICONA

JOSENA

JOSENA PARICONA

JOSENA

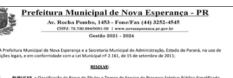
JO

LIARISA GABRILLA DE OLIVERA PINTO
LILIANA CASIANO
MANDILLA AURA DE CLUPERA
MANDILLA AURA DE CLUPERA
MARATA ANALILA DOS SANTOS
MARICA CRISTINA DUS RODORQUES
MARICA CRISTINA DUS RODORQUES
MARILA CRISTINA DUS RODORQUES
MARILA DE RATIONA DE SINO
MARILA PERMANDES
MARILA PERMANDES
MATANY BARBOSA
MILTON DE CUN'ERIA
PARMELA MATELI BORDIGUES COSTA
PATRICLA DE CULVERA DA SILVA
PERDO HEMBOSO
PARMELA MATELI DO GOUERRA DA SILVA
PERDON HEMBOSO
PERDO HEMBOSO
MATON DE CULVERA DA SILVA
PERDO HEMBOSO
MATON DE OLIVERA DA SILVA
PERDO HEMBOSO
MATON DE OLIVERA DA SILVA

PANELA NAVIEL MONOSTE ALGANI PATRICIA DE COLVERRA DA SILVA PUDIO MENDOLE DA SILVA SAVIOS SAVIA SERVIZIONE DA SILVA SAVALE REMODESSANI DA DILVA RAPALE APARCODA SILVA BURDO RAPALE APARCODA SILVA BURDO RAPALE A PARECODA SILVA RAPALE DE SILVA ROSALE DA GENERA SANTOS ROSALE DA GENERA SANTOS ROSELE DA GENERA DE PARECE ROSELE MAZOLO DA PARHEZ ROSELE MAZOLO DE SOLVA ROSELEM TEODOZO DA SILVA FACICA ROSELEM TEODOZO PARECONI ROSELEM TEODOZO PARECONI ROSELEM TEODOZO PARECONI ROSELEM TEODOZO

10

D



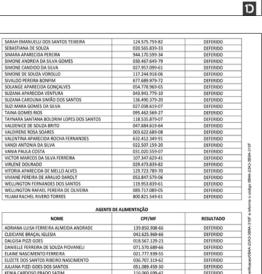
1*		054,778,969-65	100
2*	SOLANGE APARECIDA GONÇALVES		100
3*	VALENTINA APARECIDA ROCHA FERNANDES	632.412.349-91	
4*	ROSINEY PERUGINE	170.353.858-78	90
5*	ROSANA PERUGINI FERREIRA	189.246.808-54	80
	IVONE MARIA DA SILVA	904.154.349-04	70
6*	SIMONE ANDREIA DA SILVA GOMES	030.467.649-79	65
7*	GILBERTO DOS SANTOS LIMA	037.986.739-77	60
8*	MARCIA CRISTINA DIAS RODRIGUES	905.177.339-00	60
9*	RAFAEL CARLOS PASSARELI DA SILVA	068.664.539-17	60
10°	SUZI MARA GOMES DA SILVA	027.038.619-07	50
11"	TAINA GOMES RIOS	095.462.569-27	50
14"	KATIANE RAMOS DA SILVA	055.052.739-71	50
12"	SANDRA REGINA DOS SANTOS	010.066.469-57	50
13"	SANDRA GOES LIMA	076.265.639-56	50
15°	VIVIANE PEREIRA DE ARAUJO DAROLT	053.847.579-06	50
16"	ROBERTO DE ASSIS DOS SANTOS	052.109.189-63	45
17"	VANDI ANTONIA DA SILVA	022.507.159-20	45
18*	BRUNA FERNANDES	096.450.519-32	45
19°	SEBASTIANA DE SOUZA	020.565.839-33	40
20"	ROSALINA LUCILIA	053.339.569-01	40
21"	VALDIRENE ROSA SOARES	003.622.689-08	40
22"	LARISSA GABRIELA DE OLIVEIRA PINTO	116.223.819-47	40
23"	CIRLENE MACHADO DO NASCIMENTO RODRIGUES	736.188.619-15	35
24"	DOMINGA RIBEIRO DOS SANTOS	968.271.495-87	35
25"	EDILENE ALVES DOS SANTOS CHIOGNA	079.651.489-51	30
26"	NILTON DE OLIVEIRA	750.102.249-68	30
27"	LAIRTON DE OLIVEIRA ASSIS	815.237.699-04	30
28"	ROSELI MAZZONI DE SOUZA	068,720,809-22	30
29"	JAIRA LOPES MAGALHĀES	040.013.219-20	25
30"	ROSILENE TEODOZIO DA SILVA FALCÃO	029.164.339-61	25
31"	ROSELI DAS GRAÇAS SANTOS	597.026.649-34	25
32"	ROSELI LOURENCO ALPANHEZ	869.608.309-15	25
33"	ELIZABETH DE OLIVEIRA	076.090.589-47	20
34"	HELEM CAROLINE SILVA DE SOUZA	071.612.759.89	20
35"	CLEUNICE DA SILVA	677.679.079-53	20
36"	SIMONE DE SOUZA VOROLLO	117.244.918-06	20
37"	ERIK HENRIQUE FERNANDES DOS SANTOS	120.930.669-71	20
38"	MARIA ROSALIA FERNANDES	025.516.429-73	20
30	MINION INCOMENT L'EURONADES	023.310.423.13	20

39" GERCINA MARIA DA SILVA MAGRI 826.546.909-78 20 40" ANA PAULA GOMES DA SILVA 026.983.049-95 15

40.	ANA PAULA GOMES DA SILVA	026.983.049-95	15
41"	FRANCIELLE CRISTINA ROSA	076.911.259-50	15
42"	YILIAM RACHEL RIVERO TORRES	800.821.549-61	15
43"	GEGISBEL DE OLIVEIRA	342.018.738-62	10
44"	MARAYSA ANGELA DOS SANTOS	083.827.159-66	10
45"	LILIAN CASSIANO	072.323.039-04	10
46"	CAMILA DANIEU DE CASTRO	079.854.519.43	10
47"	RAYANA CAROLINE PEREIRA FONTES	127,476,219-79	10
48"	BRUNA DE SOUSA GOMES	996.401.712-04	10
49"	DEBORA FUGIHARA DA SILVA GIBIN	082.835.739-00	10
50"	NEUZA VIEIRA DOS SANTOS SOUZA	861.652.249-20	10
51"	ADRIANA LUCIA FERREIRA DE ARAUJO	612.456.409-25	10
52"	FRANCIMARA RAIS DA SILVA	053.557.239-50	10
53*	ROSIMEIRE PENA DE CASTRO		10
54"	JHANNIFFER SALES DA COSTA	944.180.129-15	10
55"		102.073.359-40	
	HILDA APARECIDA DA SILVA	052.242.659-08	10
56"	GLADYS JOSY DE ALMEIDA	068.457.329-65	10
57*	JESSICA BELINI PEREIRA DOS SANTOS	080.891.859-16	10
58"	ADRIANA SANTOS FIM	091.766.339-00	10
59"	ALICE POLIANA DE OLIVEIRA	109.688.929-30	10
60"	AMANDA NUNES ARNAUT	065.139.189-50	10
61°	ANDREA FACIN SOARES	006.242.149-23	10
62"	ANDREINA DE ANDRADE ANTONIO	129.561.759-55	10
63"	CRIS REGINA DE CARVALHO	030.101.799-95	10
64"	CRISTINA MOREIRA DE OLIVEIRA	056.311.479-71	10
65"	EDUARDO LOBATO DEQUIQUE	091.645-119-44	10
66"	ELIANE TEODORO DA SILVA FARIAS	057.453.329-05	10
67"	GABRIELA DE OLIVEIRA GOMES	113.520.829-85	10
68"	GABRIELA DEUS GONCALVES	103.470.729-92	10
69"	GABRIELA FERNANDA DA SILVA FERREIRA	117.457.179-94	10
70°	GUILHERME ESPINDOLA	122.687.709-58	10
71*	IRENE PAES LEMES DO NASCIMENTO	066.604.489-93	10
72"	IVONETE BEZERRA DA SILVA	005.639.169-23	10
73"	JESSICA JANAINA NUNES DA SILVA	111.084.719-00	10
74"	MATEUS BATISTA DA CONCEIÇÃO CALERAN	120.740.369-57	10
75"	NAISA ARIANE BARBOSA	078.347.679-50	10
76*	NATALIA FERNANDA SENA DE MORAES	103.627.139-01	10
77*	PAMELA NATIEU RODRIGUES COSTA	119.971.909-90	10
78"	PATRICIA DE OLIVEIRA DA SILVA	004.494.479.95	10
79"	PEDRO HENRIQUE DA SILVA SANTOS	125.531.629-28	10
80"	ROSILENE MATOLLA DA SILVA RODRIGUES	086.763.977-67	10
81"	SIMONE CANDIDO DA SILVA	027.957.099-61	10
82"	VANIA PAULA COSTA	031.020.559-07	10
83"	VITORIA APARECIDA DE MELLO ALVES	129.723.789-70	10
84"	WELLINGTON FERNANDES DOS SANTOS	119.953.839-61	10
85"	DANIELLE DAYANNE DA SILVA BARONI	068.754.559-51	10
86"	MARIA DE FATIMA DA SILVA	004.743.249-74	10
87"	RAFAELA APARECIDA SILVA BUENO	067.642.649-29	10
88"	GRISIELE DE CARVALHO SILVA	316.717.788-80	10
89"	SIMARA APARECIDA PEREIRA	944.170.599-34	5
90°	JESSICA MILENE FARIAS	083.723.099-30	5
91"	NATANY RAFAELA DE QUEIROZ	090.614.489-21	5
92"	RENATO MOREIRA	077.319.259-00	0
93"	ELISANGELA DE OLIVEIRA	074.486.919-61	0
94"	WELLINGTON RAFAEL PEREIRA DE OLIVEIRA	089.717.089-05	0
95"	MANGELA AURA DE OLIVEIRA	105.869.859-13	0
96"			0
97"	VIRLENE DOURADO	029.473.839-82	0
	ANA IARA ALVES BERNARDES	091.926.059-40	

1° 2° 3° 4° 5° 6° 7° 8° 9° 10° 11' 12' 13'	AGENTE DE ALIMENTAÇÃO NOME AMAILL SOLNES ANTERO SILAMAN PEZZ GOST DOS SANTOS DANIGRA PEZZ GOST DOS SANTOS DANIGRA PEZZ GOST DOS SANTOS DANIGRA PEZZ GOST DOS SANTOS ELARIE NASCINIÉRO FERREIRA AMEDIA ANDRADE ROSANDELLA ROBILANA DA RIOCHA ELUZITE GOS SANTOS RIBERRO NAGIOMENTO ELUZITE GOS SANTOS RIBERRO NAGIOMENTO ELUZITE GOST ANTOS RIBERRO DANIGLAS ENNA CARDOSO PRADO SATIM DANIELLE TERREIRA DE SOLZA POVANELL MAGALI DE CASSIA ZARADON FURIO CLEICANE RESIRERA EL SOLZA DA SILAM TERRIZIMIA DOS SANTOS DA SILVA MERCAL DELSAS. TERRIZIMIA DOS SANTOS DA SILVA ROBINET OPERADOR DE MAQUINAS PESADA NOME	CPF/ME 053.564.729-86 053.089-859-30 018.567.129-23 021.777.939-55 030.745.189-52 030.745.189-52 074.735.559-05 071.757.089-66 072.037.969-67 072.037.969-67 072.037.969-67	PONTUAÇÃO 40 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10
2* 3* 4* 5* 6* 7* 8* 9* 10° 11*	NOME MARIU SOAMES ANTRIO RULANA POZZ GOES DOS SANTOS DALGISA POZZ GOES ELANIE NAGOMIETO FERREIRA ADDIANA LUISA FERREIRA ALMEDA ANDRADE ELAZET DOS SANTOS RIBERIO NASCIMINITO FALLA APARECIDA OLIVERA DE SOLIZA KINIA CARDOSO PRADO SATIM DANNELLE FERRIERA DE SOLIZA POVANELL MAGALU DE CASOSA PARADO NEIDO TEREZINHA DOS SANTOS DA SILVA	053.564.729-86 051.089.459-30 018.567.129-23 021.777.939-55 139.850.908-65 030.745.189-52 036.707.319-62 074.734.509-05 116.060.699-42 071.570.689-65 017.354.779-66 042.625.969-66 569.254.339-72	40 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 0 0
1* 2* 3* 4* 5* 6* 7* 8* 9* 10* 11*	NOME MARIL SOARES ANTERO JULIANA PEZE SOES DOS SANTOS DAGISAS PEZE SOES DOS SANTOS EJANE NACCIONENTO FERREIRA ADRIMA LUISO AFFORMENA ALACEDA ANDRADE EJAZETE DOS SANTOS INBERIO NASCIMINITO PARLA PAPARAGO O QUIVERO SOUZIA ENNA CARDOSO PARADO SANTIM DAMELLE FERREIRA DE SOUZIA POVANILLI MAGAJI DE CASSIA ZARAJON FUJIDI CELECIANE RESPERIA DE SOUZIA POVANILLI MAGAJI DE CASSIA ZARAJON FUJIDI CELECIANE RESPALA JUGESSA	053.564.729-86 051.089.459-30 018.567.129-23 021.777.939-55 139.850.908-66 030.745.189-52 036.707.319-62 074.734.509-05 116.096.099-92 071.570.689-66 042.625.909-66	40 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 0 0
1* 2* 3* 4* 5* 6* 7* 8* 9* 10* 11*	NOME MARIL SOARES ANTERO JULIANA PEZE SOES DOS SANTOS DAGISAS PEZE SOES DOS SANTOS EJANE NACCIONENTO FERREIRA ADRIMA LUISO AFFORMENA ALACEDA ANDRADE EJAZETE DOS SANTOS INBERIO NASCIMINITO PARLA PAPARAGO O QUIVERO SOUZIA ENNA CARDOSO PARADO SANTIM DAMELLE FERREIRA DE SOUZIA POVANILLI MAGAJI DE CASSIA ZARAJON FUJIDI CELECIANE RESPERIA DE SOUZIA POVANILLI MAGAJI DE CASSIA ZARAJON FUJIDI CELECIANE RESPALA JUGESSA	053.564.729-86 051.089.459-30 018.567.129-23 021.777.939-55 139.850.908-66 030.745.189-52 036.707.319-62 074.734.509-05 116.096.099-92 071.570.689-66 042.625.909-66	40 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 0 0
1* 2* 3* 4* 5* 6* 7* 8* 9*	NOME MARILI SOAMS, ANTER BILLANA PUZZ GOSS DOS SANTOS DALGISA PUZZ GOSS DOS SANTOS DALGISA PUZZ GOSS ELAME NASCAMINTO FERREIRA ADRIANA LUISA FERREIRA RAMEIDA ANDRADE ROSANGELA ROBINANO DA BOCIA ELIZITI DOS SANTOS RIBERIO NASCIDADO ELIZITI DOS SANTOS RIBERIO NASCIDADO ELIZITI DOS SANTOS RIBERIO NASCIDADO ENTAL CARDOS PRADO SANTO DANIELLE FERREIRA DE SOUZA POVANELI DANIELLE FERREIRA DE SOUZA POVANELI MAGALU DE CASSOS ZAFALON TURIO	053.564,729.46 051.089.459-30 018.567,129-23 021.777.939-55 139.850.908-66 030.745,189-52 074.734.509-05 116.060.699-42 071.570.689-66 017.554,779-66	40 10 10 10 10 10 10 10 10 10 5
1* 2* 3* 4* 5* 6* 7* 8*	NOME MARU SOARES ANTERO JULIANA PZZ GOES DOS SANTOS DAGISA PZZ GOES DOS SANTOS DAGISA PZZ GOES DOS SANTOS EANNE INACIDIENTOS FERREIRA ELANE INACIDIENTOS FERREIRA ELANE INACIDIENTOS ELIZETE DOS ANTOS RIBERIO NASCIMINTO PALILA PARAGODO OLIVERRO SOUZIZ ENINA CARDOSO PRADO SANTIM DAMBELE FERREIRA DO SOUZIA PROVANCIJ	053,564,729.86 051,089,459.30 018,567,129.23 021,777,939-55 139,850,908-66 030,745,189-52 036,707,319-62 074,734,509-05 116,060,699-42 071,570,689-66	40 10 10 10 10 10 10 10 10 10 5
1* 2* 3* 4* 5* 6* 7* 8*	NOME MARIU SOANES ANTRE RULANA PUZZ GOTS DOS SANTOS DALGISA PUZZ GOTS CALANE NACIONENTO FERREIRA ADDIANA LUISA FERREIRA RAMEDA ANDRADE ROMANDEL AGROMANO DA ROCIA FALAR APARECORO DUVERRA DE SOLIZA KENNA CARRODO PRADO SATIN	053.564.729.86 051.089.459.30 018.567.129.23 021.777.919.55 139.850.908.66 030.745.189.52 036.707.319.62 074.734.509.05	40 10 10 10 10 10 10 10
1* 2* 3* 4* 5* 6* 7*	NOME MARIL SOARES ANTERO JULIANA PIZZ GOES DOS SANTOS DALGISA PIZZ GOES ELANE NASCIMENTO FERRERA ADRIANA LUSI FERRERA ANDRADE ROSANGELA ADRIANA DA ROCHA ELIZETE DOS SANTOS RIBERRO NASCIMENTO ELIZETE DOS SANTOS RIBERRO NASCIMENTO	053.564.729.86 051.089.459-30 018.567.129-23 021.777.919-55 119.850.908-66 030.745.189-52 036.707.319-62	40 10 10 10 10 10
1* 2* 3* 4* 5* 6*	NOME MARIL SOARES ANTERO JULIANA PIZZI GOES DOS SANTOS DAGISIA PIZZI GOES ELANIE NAZIONIMETO FERREIRA ADRIANA LUISA FERREIRA RAMEIDA ANDRADE ROSANGELA ADRIANA DA RODIA	053.564.729-86 051.089.459-30 018.567.129-23 021.777.939-55 139.850.908-66 030.745.189-52	40 10 10 10 10
1* 2* 3* 4* 5*	NOME MARLI SOARES ANTERO JULIANA PIZZI GOES DOS SANTOS DALGISRA PEZZI GOES ELANIE NASCIMENTO FERREIRA ADRIANA LUISA FERREIRA ALMEIDA ANDRADE	053.564.729.86 051.089.459.30 018.567.129.23 021.777.939.55 139.850.908-66	40 10 10 10 10
1* 2* 3* 4* 5*	NOME MARLI SOARES ANTERO JULIANA PIZZI GOIS DOS SANTOS DAIGISA PIZZI GOIS ELANIN NASCIMENTO FERREIRA	053.564.729.86 051.089.459.30 018.567.129-23 021.777.939-55	40 10 10 10
1* 2* 3*	NOME MARLI SOARES ANTERO JULIANA PIZZI GOES DOS SANTOS DALGISAS PIZZI GOES	053.564.729-86 051.089.459-30 018.567.129-23	40 10 10
1* 2*	NOME MARU SOARES ANTERO JULIANA PIZZI GOES DOS SANTOS	053.564.729-86 051.089.459-30	40 10
1*	NOME MARU SOARES ANTERO	053.564.729-86	40
	NOME		
CLASSIFICAÇÃO		CPF/MF	PONTUAÇÃO
	AGENTE DE ALIMENTAÇÃO		
124*	VICTOR MARCOS DA SILVA FERREIRA	107.347.629-41	0
123*	VALDENICE DE SOUZA BRITO	047.684.619-64	0
122*	TAYNARA SANTANA BOLDRIM LOPES DOS SANTOS	118.535.879-07	0
121"	SUZANA CAROLINA SIMÃO DOS SANTOS	136.490.379-20	0
120°	SUZANA APARECIDA VENTURA	043.941.779-10	0
119°	SIVALDO PEREIRA BONFIM	677.689.979-72	0
118"	SARAH EMANUELLI DOS SANTOS TEIXEIRA	124.575.759-82	0
117"	ROSANGELA GOMES GONÇALVES	087.331.869-28	0
116°	RAFAELA SIMAS DE ARAUJO	117.694.389-80	0
115*	KELNYA APARECIDA SILVA ALVES	104.801.439-86	0
114*	JOSIANE CATARINA FARIAS	078.217.339-03	0
113*	JANAINA SUZANA DE OLIVEIRA SCARSO	087.444.539-65	0
112*	JANAINA MIRANDA DA SILVA PIMENTEL	080.594.129-06	0
111"	ILMA DE AMORIM	068.759.889-33	0
110°	HELEN RIBEIRO DA SILVA	152.190.009-42	0
109°	FRANCIELLY CRISITNA FARTO PEREIRA	086.178.199-60	0
108°	FABIANA FERNANDES	086.945.459-50	0
107*	BRUNA PERES DE SANTANA	102.045.349-41	0
106*	BEATRIZ AMANDA SILVA GOMES GORDO	113.631.519-59	0
105°	ÁQUILA DA SILVA TELES DOS SANTOS	104.443.829-09	0
104°	ANA CAROLINA BERTULUCCI DE SOUZA	063.828.769-33	0
103°	ALEXSANDRO GOMES GORDO DOS SANTOS	080.918.099-56	0
102*	JOSELI APARECIDA DA SILVA ELIAS	031.547.609-54	0
	RAFAEL HENRIQUE GIBIN	063.730.489-69	0
101"	DANIELA PADILHA DE BORBA DOS SANTOS	100.838.289-23	0
100°		035.278.029-08	0
	ELISANGELA DE SOUZA ALMEIDA		

	D
II. ESTABLECER, em conformidade com o Cronograma das Atividades contido no Anexo I do Edital nº 001/2022, os dias 12/04/2023 à 13/04/2023 como Período de Recursos da Prova de Titulos e Tempo de Serviço.	
Nova Esperança, 07 de Junho de 2023.	
Moacir Olivatti Prefeito Municipal	
Dalherto Torsi Secretário de Administração	nforme a código 0844-2243-3894-310F



VELLINGTON FERNANDES DOS SANTOS	119.953.839-61	DEFERIDO
WELLINGTON RAFAEL PEREIRA DE OLIVEIRA	089.717.089-05	DEFERIDO
ILIAM RACHEL RIVERO TORRES	800.821.549-61	DEFERIDO
The state of the s		Derenbo
AGENTE I	DE ALIMENTAÇÃO	
NOME	CPF/MF	RESULTADO
ADRIANA LUISA FERREIRA ALMEIDA ANDRADE	139.850.908-66	DEFERIDO
LEICIANE BRAÇAL IGLESIA	042.625.969-66	DEFERIDO
DALGISA PIZZI GOES	018.567.129-23	DEFERIDO
DANIELLE FERREIRA DE SOUZA PIOVANELI	071.570.689-66	DEFERIDO
LAINE NASCIMENTO FERREIRA	021.777.939-55	DEFERIDO
LIZETE DOS SANTOS RIBEIRO NASCIMENTO	036.707.319-62	DEFERIDO
ULIANA PIZZI GOES DOS SANTOS	051.089.459-30	DEFERIDO
ENIA CARDOSO PRADO SATIM	116.060.699-42	DEFERIDO
MAGALI DE CASSIA ZAFALON FURIO	017.354.779-66	DEFERIDO
MARLI SOARES ANTERO	053.564.729-86	DEFERIDO
AULA APARECIDA OLIVEIRA DE SOUZA	074.734.509-05	DEFERIDO
IOSANGELA ADRIANA DA ROCHA	030.745.189-52	DEFERIDO
EREZINHA DOS SANTOS DA SILVA	569.254.339-72	DEFERIDO
AGENTE OPERADO	OR DE MAQUINAS PESADAS	
NOME	CPF/MF	RESULTADO
DIEGO ALBERTO DA SILVA	343.340.988-94	DEFERIDO
ABIO DOS SANTOS SIMOA	411.544.298-06	DEFERIDO
EFTER PEDROCHE PRIETO	107.929.739-17	DEFERIDO
OCASTA ELAINE CASSIANO	067.075.869-80	DEFERIDO
MAYCON CESAR DE OLIVEIRA	078.454.849-89	DEFERIDO
IDNEYS CORREA	930.453.289-20	DEFERIDO

Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 CNPJ: 75.730.994/0001-09 | www.novaesperanca.pr.gov.br Gestão 2021 - 2024 EXTRATO DE TERMO ADITIVO O MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ com sede na Avenida Rocha Pombo, 1.453, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 75.730.994/0001-09, neste ato representado pela Prefetio Municipal, em plemo exercicio de seu mandato e funções. Sembor MOACIR OLIVATTI, sensilerio, casado, residente e domicillado na Rau Presidente Kennedy, n.º 104, nesta cidado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 9017003-SSP-PIA e devidamente inscrito no CPF/MF sob n.º 2003-874-99-00, e a 19017003-SSP-PIA e devidamente inscrito no CPF/MF sob n.º 2003-874-99-00, e a possona física ababixo descrita, resolvem alterar o contrato de trabalho por tempo determinado, oriundo do Processo Seletivo Público Simplificado e Regulamentado pola Regime CLT Edital nº 905/2022, conforme Lei Municipal nº 2.151/2011 e Decreto nº 3.783/2011, conforme quadro ababixo; Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado N.º 038/2022 - PSS Contratada: THAIS FERNANDA BATISTA DA SILVA CPF: 101.957.559-01 Objeto: CONSIDERANDO o Memorando nº 8003/2022 e Memorando nº 5890/2023, onde fundamenta a necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços da Secretaria a necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços da Secretaria Municipal de Educação e Cultura/CMEI Mons. María Lauria para suprir vaga de servidora que se encontra afistada em Licença Sem Vencimento "GLAUCIA PRIETO DE BEM", e, obedecendo às disposições legais e o regulamento à espécio e a qualidade de seu cargo, solicita a Prorrogação do Comitato de Trabalho por Tempo Determinado nº 108/2022, no cargo de Agente de Apoio Educacional, de acordo com a Lei Municipal nº 12 e16/2011 e 0 Clausula 2º do referido contrato, tende em vistas o aumento do prazo de vigência contratual por mais 47 (quarenta e sete) dias, compreendidos no periodo de (30/06/2023 a 15/08/2023), por 40 horas semanais, reajustando o valor do saláriro de acordo com a Lei nº 2907 de 1901/2023, com pagamento de RS 143,68,2 km mil. Tiexentos e quarenta e cinco reais e citenta e dois centavos) mensais, valor este que será utilizado como base do cálculo dos tributos incidentes e o adioma de insalabridade no valor de RS 284,00, totalizando RS 1509.82 km mil. seiscentos e nove reais e otetra e dois centavos mensais, an emensa data de 1.609,82 (um mil, seiscentos e nove reais e oitenta e dois centavos) mensais, na mesma data de pagamento dos demais servidores do Município de Nova Esperança – PR

Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

Data de Assinatura e Vigência: 30/08/2023 A 15/08/2023
PAÇO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, AOS TRINTA (30) DIAS DO MÊS DE JUNHO (06) DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS (2023).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

O MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ com sede na Avenida Rocha Pombo, 1.453, inscrito no CNPJMF sob n.º 75.730.994/001-09, neste ato representado pela Prefeto Municipal, em pleno exercicio de seu mandato e funções, Senhor MOACIR CUNATTI, brasiletiro, casado, residente e demicillado na Rua Presidente Kennedy, n.º 104, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG n.º 9017003-SSP-PR e devidamente inscrito no CPFMF sob n.º 2 08.387.439-00, e a pessoa física abaixo descrita, resolvem alterna o contrato de trabalho por tempo determinado, orlundo do Processo Seletivo Público Simplificado e Regulamentado pelo Regime CLT Edital nº 0.05/2022, conforme Lei Municipal nº 2.161/2011 e Decreto nº 3.783/2011, conforme quadro abaixo;

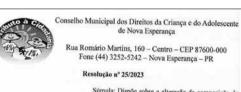
Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho por Tempo Determinado N.º 035/2022 - PSS CONTRATADA: DANIELE SALAZAR F. DE ARAUJO GIBIN CPF: 057.928.629-07

CONTRATADA: DANIELE SALAZAR F. DE ARALUO GIBIN CPF: 057.928.629-07

OBJETO: CONSIDERANDO os Memorandos nº 8003/2022 e Memorando nº 5889/2023, onde fundamentam a necessidade temporária de oxeopcional interesse público, prestando serviços na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para suprir vaga de servidora que se encontra atastada em Lisença Sem Vencimento "JESSICA FRANCO RODRIGUES" e, obedecando às disposições legais e o regulamento à espécia e a qualidade de seu cargo, solicita a Prorrogação do Contrato de Trabatho por Tempo Determinado nº 035/2022, no cargo de Agente de Agoio Educacional, de acordo com a Lei Municipal nº 2.161/2011 e Clausular 2º do referido contrato, tendo em vistas o aumento do prazo de vigência contratual por mais 34 (trinta e quatro) dias, comprenendidos no período de (300/8/2023 a 02/08/2023), por 40 horas semanais, reajustando o valor do salário de acordo com a Lei nº 2.907 de 1901/2023, com pagamento de RS 1.345.82 (um mil. trecentos e quarenta e cinco resis e otienta e diois centravos) mensais, valor este que será utilizado como base de cálculo dos tributos inicidentes e o adicional de insalúntidade no valor de RS 264.00, totalizando RS 1.609.82 (um mil. sessentos e nove reais e otienta e dois centravos) mensais, na mesma data de pagamento dos demais servidores do Municipio de Nova Esperança – PR.

Data de Assinatura e Videncia: 30106/2023 a 02/08/2023

Data de Assinatura e Vigência: 30.06/2023 a 02/08/2023
PAÇO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, AOS TRINTA (30)
DIAS DO MÊS DE JUNHO (06) DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS (2023).



Súmula: Dispõe sobre a alteração da composição da mesa diretora referente ao cargo de Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente — CMDCA do município de Nova Esperança/PR.

ICP See

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Esperança, no uso de suas atribuições que conferem a Lei Federal nº 8.069/1990 e a Lei Municipal nº 2.461 de 15 de Abril de 2015, e

CONSIDERANDO a substituição de membro representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, que substitui a Sr^a Silvana de Castro Palma Barbosa;

CONSIDERANDO a nova eleição para o cargo de Presidente;

CONSIDERANDO a plenária realizada em 06 de Junho de 2023.

Art. 1º – Alterar a composição da mesa diretora, referente ao cargo de Presidente em substituição a Silvana de Castro Palma Barbosa, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do município de Nova Esperança/PR, ficando como Presidente a Srª Jéssica Fernada Soldan.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Nova Esperança-PR, 06 de Junho de 2023. Presidente do CMDCA



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Esperança

Romário Martins, 160 – Centro – CEP 87600-000 Fone (44) 3252-5242 – Nova Esperança – PR

Resolução nº 26/2023

Súmula: Dispõe sobre a recomposição da Comissão Especial, para o Processo de Escolha, dos membros do Conselho Tutelar do município de Nova Esperança, para o quadriênio 2024/2028.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Novo O Consenno Municipai dos Jufettos da Changa e do Adolescenie de Avoa Esperança, no uso de suas artibuições que conferem a Lei Federal nº 8.069/1990 e a Lei Municipal 2.461 de 15 de Abril de 2015, e

CONSIDERANDO a indicação efetuada pela Secretaria Municipal de Assistência Social apresentada durante Reunião Ordinária do dia 06 de Junho de 2023;

CONSIDERANDO a plenária ordinária realizada em 06 de Junho de 2023.

Resolve:

Art. 1º – Aprovar a recomposição da Comissão Especial, para o Processo de Escolha, dos membros do Conselho Tutelar do município de Nova Esperança, para o quadriênio 2024/2028, a seguir:

I – Aparecida Caeiro dos Santos, representante governamental; II – Jéssica Fernanda Soldan, representante governamental; III – José Carjos Mignaea, representante da sociedade civil; VI – Nacyr Cury, representante da sociedade civil.

Parágrafo Único. A presente Comissão tem como Presidente o Sr. Nacyr Cury.

Art. 2º -- Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação. Nova Esperança-PR, 06 de Junho de 2023

Presidente do CMDCA



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do

Rua Romário Martins, 160 – Centro – CEP 87600-000 Fone (44) 3252-5242 – Nova Esperança – PR

Resolução nº 27/2023 Súmula: Dispõe sobre a publicação do resultado da

análise do recurso interposto contra o indeferimento da inscrição de Sandra Mara da Silva, para o Processo de Escolha Unificado para membros do Conselho Tutelar de Nova Esperança, quadriênio 2024/2028 2024/2028.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Esperança, no uso de suas atribuições que conferem a Lei Federal nº 8.069/1990 e a Lei Municipal 2.461 de 15 de Abril de 2015, e

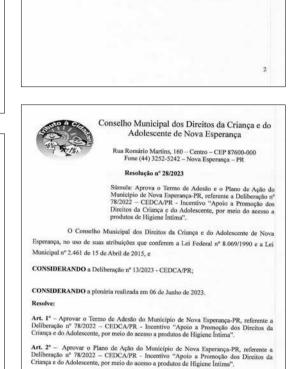
CONSIDERANDO o EDITAL nº 01/2023/CMDCA; CONSIDERANDO o EDITAL nº 02/2023/CMDCA;

CONSIDERANDO o Despacho nº 001/2023 da Secretaria Municipal de Assistência Social

CONSIDERANDO o Recurso Administrativo referente ao Processo Administrativo Disciplinar – PAD nº 002/2022, que contém solicitação de suspensão de indeferimento de

CONSIDERANDO a deliberação da Comissão Especial, para o Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar, que considerou e analisou a razão recursal apresentada contra o indeferimento da inscrição, no Processo Administrativo Disciplinar – PAD nº 002/2002. CONSIDERANDO a plenária ordinária realizada em 06 de Junho de 2023.

Moacir Olivatti feito Municipal Assinad Para ver 10 Art. 1º – Publicar, para todos os fins de direito, as razões de indeferimento do recurso apresentado pela candidata Sandra Mara da Silva, com inscrição indeferida no Processo de Escolha Unificado para membros do Conselho Tutelar de Nova Esperança, conforme segue:





Nova Esperança-PR, 06 de Junho de 2023. Jessica Fernanda Soldar Presidente CMDCA

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

DECRETO №670/2023

Dispõe sobre a Nomeação de Aprovado no Processo Seletivo Simplificado (PSS) de que trata o Edital Nº 002/2023 e da outras

O Prefeito em exercício do Município de Presidente Castelo Branco, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

DECRETA:

Art. 19 - Fica Nomeada, para efeitos de direitos e legais, da candidata aprovada no Processo Seletivo Simplificado (PSS) de que trata o Edital Nº 002/2023, para o preenchimento da vaga, a partir do dia 12 de Junho 2023. Cargo Classificação
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 138 Nome
DENIZIA PAVANELI DA SILVA Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sus publicação.

Presidente Castelo Branco, em 07 de Junho de 2023. JOÃO PÉRICLES MARTINATI





Art. 1°. CONCEDER à senhora LUCIANA GONÇALVES DE LIMA, devidamente inscrita no CPF/MF sob o n° 190.794.488-50, em conformidade com o art. 101, da Lei Complementar n°. 2-510, de 2016. AUXILIO-PUERAL, em virtude do falecimento de ANTONIO CARLOS GONÇALVES, ex-servidor público municipal aposentado, cocordo m 03 de junho de 2023, conforme Certidado de Obton n° 013/90 15 5 2023 4 00017 013 0006299 28, lavarda no Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais do Município e Comarca de Nova Esperança, Estado do Parania em data de 05 de junho de 2023.

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

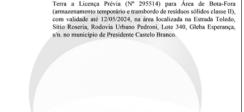
PAÇO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, AOS SETE (07) DÍAS DO MÊS DE JUNHO (96), DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS (2023).

10

Dalberto Toná Secretário de Administração



O município de Presidente Castelo Branco inscrito sob CNPJ nº76.279.959/0001-70 torna público que recebeu do Instituto Água e Terra a Licença Prévia (Nº 295514) para Área de Bota-Fora (armazenamento temporário e transbordo de resíduos sólidos classes II), com validade até 1205/2024, na área localizada na Estrada Toledo, Sítio Roseria, Rodovia Urbano Pedroni, Loca 340, Gleba Esperança, s/n. no município de Presidente Castelo Branco.







Osvaldo Vidual



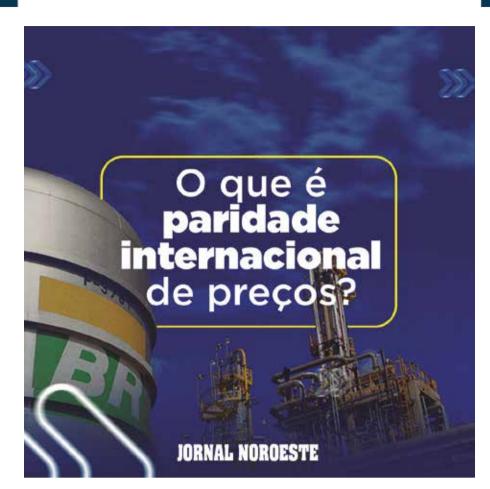
Casal que representa
o top da sociedade
de Alta Floresta MT,
Aline Pianowski
Sierra e Alex Sierra,
ele, agropecuarista
e empresário, que
aniversariou e
recebeu os parabéns
de familiares, amigos
e de seus inúmeros
colaboradores.





A professora
Rachel Correa
Guandalin
comemorou idade
nova, rodeada pelo
carinho do esposo
Edno Guandalin,
seu filho Gabriel,
amigos e
professores.

NOROESTE NAS MÍDIAS



O Preço de Paridade Internacional é uma política de preços implementada em 2016, no governo do ex-presidente Michel Temer.

O índice é baseado nos custos de importação, isso significa levar em conta transporte e taxas portuárias como principais referências. O que vinha acontecendo desde então com o cálculo dos combustíveis, por exemplo.

Por que esse tipo de índice é criticado por muitos? Porque está vinculado ao sistema internacional e conta com a variação do dólar e, no caso dos combustíveis, com a variação também do barril de petróleo, podendo prejudicar as pessoas mais pobres devido às constantes altas de preço.







VISITE NOSSO SITE Www.jornalnoroeste.com



VAMOS RECICLAR?

Atenção população de ATALAIA!

Temos observado uma quantidade muito grande de materiais recicláveis sendo descartados junto com o lixo comum.

Esse tipo de atitude, fere não só a natureza, como nossos coletores, pois alguns desses materiais causam ferimentos!

Vamos colaborar! Separar o lixo não custa nada, e gera renda para nossos coletores.



ATALAIA agradece!





Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Prefeitura Municipal de Santa Fé

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 055/2023-PMSF

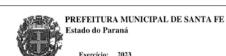
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé - PR

CONTRATADO: JOSE PEREIRA RESTAURANTE LTDA

RESUMO DO OBJETO: Registro de preços para aquisição fracionada de REFEIÇÕES "CAFÉ DA MANHÃ /ALMOÇO", de empresa especializada e sediada no Município de Maringá - Paraná, que possua restaurante/lanchonete localizado em um raio aproximado de até 800 metros de qualquer um dos pontos de referência, quais sejam, HOSPITAL SANTA RITA e HOSPITAL MARINGA para os servidores da Prefeitura Municipal de Santa Fé em viagens a trabalho, treinamentos e cursos, mediante requisição emitida pela Secretaria responsável pelo servidor.

VALOR TOTAL: R\$ 76.439,00 (setenta e seis mil quatrocentos e trinta e nove reais). DATA DA ASSINATURA: 02 de Junho de 2023.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.



** Elotech **

6.000,00

Decreto nº 125/2023 de 01/06/2023

GABINETE DO PODER EXECUTIVO

SAÚDE (DUS) MANUTENÇÃO DA SAUDE PUBLICA

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras

O Prefeito Municipal de SANTA FÉ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2242/2022 de 30/11/2022.

Decreta

01303 DIÁRIAS - CIVIL

01000 MATERIAL DE CONSUMO

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 75.916,64 (setenta e cinco mil novecentos e dezesseis reais e sessenta e quatro centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

CHEFIA DE GABINETE DO PODER EXECUTIVO (CGPE)
MANUTENÇÃO DO POSTO DO DETRAN E CIRETRAN

JURÍDICA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE (SMS) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - DIRETORIA DE UNIDADE DE

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - DIRETORIA DE VIGILANCIA SANITARIA E EPIDEMIOLOGICA (DVSE) MANUTENÇÃO DO FUNDO DE SAÚDE - VIGILÂNCIA SANITÁRIA 6494 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 20.916.6

(SECE)
DIRETORIA PEDAGÓGICA (DPED)
MANUTENÇÃO - CMEI PROF. ANTONIO PEDRO MACHADO PRÉ
01000 MATERIAL DE CONSUMO 2.000

MANUTENCÃO - CMEI PROF. IVONE MALAVAZI CRECHE

JURÍDICA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

MANUTENÇÃO - CMEI PROF. MARLY BATISTA A. E SILVA CRECHE

Suplementação

11.000.00.000.0000.0.000 1.001.00,000.0000.0.000 11.001.04.122.0002.2.118 47 - 3.3.90.30.00.00 49 - 3.3.90.39.00.00 01000 MATERIAL DE CONSUMO 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA

18.002.10.301.0016.2.183

18.005.00.000.0000.0.000 18.005.10.304.0016.2.189. 410 - 3.3.90.39.00.00

300 - 3.3.90.14.00.00

19.000.00.000.0000.0.000

19.002.12.365.0010.2.195 1358 - 3.3.90.30.00.00

19.002.12.365.0010.2.198. 1359 - 3.3.90.30.00.00 19.002.12.365.0010.2.243.

01000 MATERIAL DE CONSUMO

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto

publicação, revogadas as disposições em contrário

pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação; 55.000,00

Receita:1.7.1.1.51.11.00.00000000 Fonte: 1000 Receita:1.7.1.3.50.11.00.00000000 Fonte: 6494

20.916.64 Total da Receita: 75,916,64 Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho aos 01 de junho de 2023, SANTA FÉ, Estado do Paraná.

FERNANDO BRAMBILLA PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Santa Fé

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SANTA FÉ, pessoa jurídica de cireito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.291.418/0001-67, com sede na Avenida Presidente Kennedy, 717, no Município de Santa Fé, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Exmon. Prefetio Municípia, Senhor Fernando Brambilla, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na Rua Joba Bilha 303 no município de Santa Fé, portador da cédula de identidade nº 3.467.250-4 e inscrito no CPF/MF sob o 1025.792.829-47, doravante denominado CONTRATANTE e a Empreso DiSFRIARA DISFRIARA DISTRIBUIORA LOTA, inscrita do CNPJ/MF sob o nº 46.288.524/0001-45, com sede na Rua Ariramba Pardo, 248 – no Município de Arapongas, Estado do Paraná, neste ato, representadapor Maria Agueda Locateli, brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada na Rua Ariramba Pardo, 248 – no Município de Arapongas, Estado do Paraná, portadora de Cédula de Identidade n° 4217.518-8.585/P/Re niescrita no CPF/MF sob, o n° 588.486.8039.40 doradora da Cédula de Identidade nº 4.217.518-8 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob o nº 585.848.039-04.doravante denominada CONTRATADA, resolvem registrar o preço dos itens relacionados na Cláusula Primeira em razão do resultado final e homologação da licitação pela modalidade Pregão Presencial, autuada sob o nº 025/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Registro de preços para aquisição fracionada de CARNE E FRIOS, de acordo com as especificações dos itens detalhadas no Anexo 01 deste Edital, para atender todos os setores da administração Pública Municipal, nos termos do presente Edital e seus anexos, salientando que os produtos serão solicitados em qualsquer quantidades no decorrer da vigência da Ata de Registro de Preço, podendo ou não atingir a totalidade licitada. Unidade Quant. Marca Valor Valor Máx. Máx. Linit. Total. (R\$)

					(R\$)	Total. (Na)
01	MANTEIGA com ingredientes mínimos: creme de leite, cloreto de sódio (sal) e corante natural de urucum, embalagem de 500 gramas com identificação do produto e prazo de validade.	und	1.800	Lider	17,00	30.600,00
02	MARGARINA CREMOSA COM SAL - Composta por cleos vegetais e interesterificados, com 80% de lepidios, água, sal (cloreto de sódio), soro de leite em p.o. leite em pó desnatado, vitamina A, valor energésico de 72kcal em cada 10g, em pote de 1 kg com identificação do produto e prazo de validade.	und	600	Doriana	10,00	6.000,00
03	ACÉM BOVINO, a matéria prima a ser utilizada deverá ser animais menores do 3 anos, de primeira qualidade, estar la estar la estar de teciciós inferiores como ossas, esto, estar la estar la estar de teciciós inferiores como ossas, estados, codejudos, notos inferiores, perceita, aponeviroses, tendos, codejudos, notos inferiores, espara ou aditivos. O produto deverá estar en embalagem transparente e à vicuo etiquetado data produção e vencimento. O produto deverá estar moida, e entregue em embalagem de 1 kg. Este deverá ser transportado em ambiento refrigerado, vistoriado pelo SIM, SIP ou SIF com selo comprovante.	kg	2.500	Zac	20,20	50.500,00

los ou processados devem ter registro no órgão competente do Ministério §2º O prazo de validade dos produtos industrializados ou processados deverá ser de no mínimo 50% contado

a partir da data de entrega dos mesmos.

\$3º O preço unitário a ser pago é o constante da presente Ata de Registro de Preço conforme proposta apresentada pela empresa vencedora, sendo em caso de diversidade de mercadorias, considerados para fins indenizatórios e rescisórios os valores individuais de cada item, bem como, para abatimento no preço por devolução de mercadorias. §4º O valor total da ata de Registro de Preço é de R\$ 87.100,00 (oitenta e sete mil e cem reais).

Prefeitura Municipal de Santa Fé

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS: A presente Ata de Registro de Preço terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

Parágrafo Unico: Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Prefeitura Municipal de Santa Fé não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de formecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA SOLICITAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO DO OBJETO: A solicitação e a verificação da entrega do objeto contratado ficarão a cargo dos setores competentes

ação Municipal. ação do(s) produto(s) será realizada pelo setor competente da Administração Pública Municipal missão da NAD - Nota de Autorização de Despesa que será encaminhada à Contratada, juntamente ro do empenho, por meio eletrônico e-mail ou fax-símile, devendo ser comprovado o recebimento

pelo formecedor(a).

I- Cada NAD - Nota de Autorização de Despesa conterá, no mínimo:
a) Número do Contrato e da respectiva licitação;
b) Quantidade e descrição do produto solicitado;
c) Dotação orçamentária onerada;

d) Valor.
§2º A contratada deve efetuar a entrega dos produtos alimentícios dentro das Normas Sanitárias de Transporte de Alimentos para o Consumo Humano, principalmente os produtos que necessitam de refrigeração, e em perfeitas condições de embalagem e higiene, merecendo à devida fiscalização no ato da entrega dos produtos, de acordo com o prazo de entrega e demais condições estabelecidas nas alineas a seguir.

a) A Contratada deve entregar os produtos que compõem os, no município de Santa Fé, Estado do Paraná, de acordo com as solicitações da Administração Municípal, nos locais indicados nas solicitações e em horário de expediente, em até 07 (sete) dias úteis contados da data da solicitação, de acordo com as solicitações, nos Centros de Educação Infantal e Escolas Municípal de Santa Fé, Estado do Paraná, nos dias e horários determinados pelo setor competente da Sacretaria Municípal de Educação.

§3º A contratada é a dínica responsável por todos os custos e riscos relacionados com a execução e entrega dos produtos solicitados.

determinados pelo setor competente da Secretaria Numicipas de Loucação.

§3º A contratada é a única responsável por todos os custos e riscos relacionados com a execução e entrega dos produtos solicitados.

§4º Reserva-se a Contratante, no ato do recebimento das mercadorias, quantas vezes forem necessárias, o direito de solicitar ao órgão competente de fiscalização em Vigilância Sanitária a inspeção dos velculos utilizados para o transporte dos produtos alimenticios, bem como o direito de recursar e devolver à Contratada os produtos transportados em desacordo com as Normas Sanitárias de Transporte de Alimentos para Consumo Humano ou sem condições adequadas de embalagem e higiene, e, ainda, os produtos cuja marca não atenda as especificações definidas no Anexo 01 do presente Edital, devendo a Contratada, às suas expensas, promover a imediata substituição ha porte produtos recursados, salvo quando a substituição não puder coorrer no mesmo dia da devolução por tazão de horário, nesse caso, a Contratada deverá efetuar a entrega dos produtos a serem substituíços até as 11 h00min do primeiro dia útili posterior à sua devolução por tazão de horário, nesse caso, a Contratada de qualquer condição estabelecida para a entrega dos produtos estar motivo de notificação imediata pelo Contratande, o permanecendo o descumprimento, polação das sanções e multas previstas na Clâusula Nona.

§6º A Contratada de a única responsável pela qualidade e segurança do produto entregue, ficando obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, deficios ou incorreções resultantes de axecução ou de materiais empregados.

§7º O recebimento dos produtos encomendados não significará a respectiva aceitação, a qual será efetivada apos a devida fiscalização quanto da atendiemto das específicações e, em sendo o caso, após perícia e sprovaçõe para sua.

l Gerrida Inscensoros y a de Carlos de Carlos

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até trinta dias após a entrega fracionada do objeto, de acordo com as solicitações da Administração Municipal, mediante a apresentação da competente nota fiscal eletrônica, juntamente com as Certidões Negativas de Débito Federal, Trabalhista e FGTS, e (Certidão Negativa de Tributos Municipais no caso de empresa sediada em Santa FPG), expedidas pela Contratada e em plena vigência, devidamente atestada pela administração, e em caso de devolução da mesma para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação. §1º A Tesouraria providenciará o respectivo pagamento, desde que os impostos federais do proponente estejam em día, e não haja nenhuma pendência tributária com a Contratante.

<u>Prefeitura Municipal de Santa Fé</u>

§2º A despesa com a contratação correrá à conta da Dotação Orçamentária vigente na época da emis nota de empenho: 19.002.123.0800.1021.92.33.90.32.00.00

CLÁUSULA QUINTA - DOS REAJUSTES: Quanto ao reajuste dos preços registrados, será adotado o seguinte

CLAUSULA QUINTA – DOS REAJUSTES: Quanto ao reajuste dos preços registrados, será adotado o segunite procedimento:
§1º Quaisquer tributos ou encargos legals criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legals, quando ocorridos apões a adjudicação da presente licitação, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.
§2º Como inituito de garantir a plena preservação do equilibrio econômico-financeiro do contrato, assim definido como a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos à empresa com preços contratados pela Administração a er armuneração correspondente recebida pelo objeto licitado, fica assegurada a recomposição, reajuste e atualização monetária dos preços constantes no Termo de Contrato.
§3º Para efeitos de concessão de recomposição, reajuste e atualização monetária à empresa com preços contratados pela Administração, fica definido que será preservado o equilibrio econômico-financeiro estabelecido no instante em que a proposta foi formulada, em caráte final, pela empresa.
§4º Fica definido que havará ensajo à aplicação de recomposição, atualização monetária, reajuste e garantia do equilibrio econômico-financeiro diante da superveniência de fatos imprevielveis ou previsiveis de consequencias incalculadas, capazos de retardar ou impedir a execução do ajuste, ou alnda de casos de forçamaior, caso fortuito ou fato do principe, com a configuração de alex aconómica extraordinária e extracentratual.
§5º Será deferida a aplicação de recomposição, atualização monetária e reajuste dos preços registrados ou contratados sempre que for verificado e devidamente comprovado pela empresa o romplmento do equilibro econômico-financeiro.

econômico-financeiro. \$6º A solicitação da empresa deverá estar devidamente fundamentada e comprovar, de forma incontestável e irrefutável, que houve o rompimento do equilibrio econômico-financeiro, salientando-se que a Administração poderá recusar o pleito formulado mediante a ausência dos pressupostos necessários para o deferimento, dentre

eles:
a) ausáncia de elevação dos encargos da empresa;
b) ocorrência do evento causador do desequilibrio antes da formulação da proposta;
c) ausáncia de vínculo de causalidade entre o evento ensejador do desequilibrio e a majoração dos encargos
da empresa com preços registrados ou contratados;
d) culpa exclusiva da empresa com preços registrados ou contratados pela majoração dos encargos, incluindose a previsibilidade da ocorrência dos eventos ensejadores.
§7º Fica expressamente previsto que, da mesma forma, poderá haver a redução do valor registrado e/ou
contratado caso a Administração venifique a oscilação, para baixo, dos preços de mercado.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES:

l- São obrigações da Contratada:
a) manter, durante a vigância desta Ata, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas no respectivo Editar;
b) Efetuar a entrega dos produtos conforme as solicitações da Administração Municipal e de acordo com as normas do Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078/890, as condições de entrega, estabelecidas na Cláusula Terceira, e as Normas Sanitárias de Transporte de Alimentos para Consumo Humano;

Caussial ferceira, e as Normas Samilaras de Triasporte de Amientos para describario funiarios.

Assumir inteira responsabilidade pelos danos ou prejuízos causados ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa na execução do objeto contratado, diretamente por seu preposto e/ou empregado, não excluindo ou reduzindo esas reaponsabilidade à fiscalização ou acompanhamento felio pelo Contratante;

d) Comunicar ao Contratante às alterações que forem efetuadas em seu Contrato Social;

e) Proporcionar ao Contratante todas as facilidades para a boe execução do objeto contratado, elegendo representante para acompanhar a entrega e conferência dos materiais e dirimir eventuais dúvidas a ele vinculados, junto às Secretarias responsáveis;

f) Paralisar, por determinação do e autoridade competente, qualquer fornecimento de produtos que estejam sob suspeita de contaminação ou condenado por autoridade sanitária;

o) A Contratada deverá reagrar, corrígir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, o objeto do

evapemento de contaminiação ou condendado por autoridade sanitária; g) A Contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais emprenandas.

impregados. I- Constitui-se em obrigações do Contratante:

II- Constitui-se em obrigações do Contratante:
a) Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização da presente Ata;
b) Prestar as informações e os esclarecimentos relacionados à execução do objeto, que venham a ser
solicitados pelo representante da Contratada;
c) Efetuar o pagamento pelo efetivo formecimento, dentro das condições estabelecidas na Cláusula Quarta;
c) Efetuar o pagamento pelo efetivo formecimento, dentro das condições estabelecidas na Cláusula Quarta;
c) Efetuar o pagamento pelo efetivo formecimento, dentro das condições perfeitas condições de embalagem e /
normas de segurança, transporte e higiene, responsabilizando a Contratada por qualquer dano causado //

<u>Prefeitura Municipal de Santa Fé</u>

resultante da má qualidade do produto fornecido.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO: A fiscalização será exercida pelo contratante, através do servidor responsável o Sr². Silvana da Silva Colombo, inscrito no CPF sob o r². 028.461.049-64, pelo recebimento dos produtos, o qual poderá, junto ao representante da Contratada, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo 12 horas, serão objeto de comunicação oficial à Contratada, a qual submeter-se-â à aplicação das penalidades previstas na Cláusula

Parágrafo Único: As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado serão registradas pelo contratante.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO: A rescisão do presente Termo Contratual poderá se dar nas condições previstas no Artigo 13 do Decreto Municipal nº 083/2022 e nos Artigos 77 a 80 da Lei Federal 8666/93, e suas

alterações.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES: A Contratada responderá perante o Contratante por todos e qualisquer prejuízos de que for responsável em razão da assinatura da presente Ata de Registro de Preço, seja por defeito decorrente do objeto solicitado e entregue, seja por infringência das disposições regulamentares. §19 Pela inexecução total ou parcial do objeto contratado a Administração Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as sanções descritas nas alineas a seguir:
a) Advertência, em simples ocorrências não remissíveis a outras penalidades;
b) Multa nas formas previstas no parágrafo segundo desta cláusula;
c) Demais sanções, previstas no parágrafo segundo desta cláusula;
c) Demais sanções, previstas no parágrafo anterior, a Administração Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes multas:
a) multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Termo Contrataul/Ata de Registro de Preço, no caso da Contratada fraudar na execução do objeto contratado, comportar-se de modo inidênce o/ou cometer fraude fiscal.

Contratada fisaciam na execução do objeto cominando, comportar-se de rincus inscribe eros contenta nature fiscal.

b) multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Termo Contratual/Ata de Registro de Preço, pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, bem como pelo fornecimento irregular dos produtos solicitados; c) Multa de 1% (um por cento) ao día, até o 5º (quinto) dia de atraso na entrega dos produtos será considerado inexecução total do objeto contratado.

5º (quinto) dia de atraso na entrega dos produtos entrega dos produtos entrega dos produtos estabelecida para a entrega dos produtos, conforme definido na Cláusula Terceira, bem como o não atendimento das especificações dos produtos entregues com as especificações detalhadas no Anexo 0 1 do referido Edital.

5ª Em qualquer hipótese, a Contratada será notificada para apresentação de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

5º No caso de aplicação de multa pela Administração Municipal, fica expressamente autorizado pela Contratada, nos termos do 5 3º do Art. 86 da Lel Federal 8.660/1993, o seu imediato abatimento, em eventual refeitio avaitante, nodendo a er retido am qualquer en eventual pela contratado, nos termos do 5 3º do Art. 86 da Lel Federal 8.660/1993, o seu imediato abatimento, em eventual refeitio avaitante, nodendo a er retido am qualquer empoho, ainda que não retalcionado com este instrumento.

contratada, nos termos do § 3º do Art. 86 da Lei Federal 8.686/1933, o seu imediato abatimento, em eventual crédito existente, podendo ser retido em qualquer empenho, ainda que não relacionado com este instrumento, ou no caso de não haver saldo suficiente para o abatimento, o valor deverá ser recolhido aos cofres municipais, junto a Tesouraria da Administração Municipal, no prazo do quinze dias, contados a partir da data de notificação. §6º Espotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada ao Contratante, este será encaminhado para inscrição em divida ativa, devendo ser cobrado por via judicial. §7º As multas legais e as previstas neste Edital não eximem a Contratada, ainda, da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que venha a acarretar ao contratante. §8º Dos atos da Administração Municipal decorrentes da aplicação de penalidade e/ou multa, caberá a Contratada a apresentação de recurso nos termos do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93, observados os prazos ali fixados.

prazos ali fixados.
\$9º Os recursos contra as decisões de aplicação de penalidade e/ou multa, devem ser dirigidos à Autoridade superior da Administração Municipal.
\$10º Não serão conhecidos recursos enviados pelo correlo, telex, fac-símile, correlo eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em Lei, sua petição de interposição original não tiver sido protocolizada na Prefeitura Municipal de Santa Fé, Estado do Paraná.
\$11º As notificações/intimações de aplicação de penalidades seafeo publicadas, pela Administração Municipal, no órgão oficial do Municipio de Santa Fé, cuja data de publicação valerá como início do prazo recursal.
\$12º Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná, para dirimin

Prefeitura Municipal de Santa Fé

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:
§1º O vencimento da validada da Ata de Registro de Preços não cessa a obrigação da CONTRATADA de cumprir
os termos contratuais assinados até a data de vencimento da mesma.
§2º Os Contratos, celebrados no prazo de validade da presente Ata, terão vigência máxima de 12 (doze) meses,
observadas as disposições do Art. 57 da Lei 8.686/93 podendo ser alterados de acordo com o disposto no Art.
§3º A Administração Municipal não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços se durante a sua vigoconstatar que os preços registrados estão superiores aos praticados no mercado, nas mesmas específicações

lições previstas na Ata de Registro de Preços. §4º A Administração Municipal, ao seu exclusivo critério, poderá, durante os últimos 30 (trinta) dias de vigência da ata de Registro de Preços, determinar a gradativa redução ou aumento do fornecimento, até a elaboração de um novo contrato.

um novo contrato.

§6º Todos os prazos constantes em cada termo contratual serão em dias corridos, salvo disposição expressa em contrário e em sua contagam excluir-se-ã o dia de início e incluir-se-ã o dia do vencimento.

§6º Integram a presente Ata, independente de transcrição, as condições estabelecidas na licitação respectiva e as normas contidas na Lei Federal nº 8.669(39 a alterações posteriores, Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº 083/2022, as quais serão aplicadas aos casos omissos.



Prefeitura Municipal de Santa Fé

Pregão Nº 025/2023. VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SANTA FÉ, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJMF sob o nº 76.291.418/0001-67, com sede na Avenida Presidente Kennedy, 717, no Município de Santa Fé, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municípal, Senhor Fernando Brambilla, Prasileiro, casado, atvogado, residente e domiciliado na Ruo Jado Bilha 303 no município de Santa Fé, portador da cédula de identidade nº 3.467.250-4 e inscrito no CPF/MF sob o nº 025.792.829-47, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa RAPHAELLY CARNES E ASSADOS LTDA. inscrita do CNPJMF sob o nº 42.152.943/0001-90, com sede na Avenida Doutor Alexandre Rasgulaeff, 4429 – no Município de Maringá, Estado do Paraná, neste ato, representada por Jane Raphaelly de Carvaino Barbisan, brasileira, casada, empresaria, residente e domiciliada na Viela Francisca Fumiko Oda dos Santos, 08 – no Município de Maringá, Estado do Paraná, portadora da Cédula de Identidade nº 9.399,768-9 SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob o nº 404.061.859-10,doravante denominada CONTRATADA, resolvem registrar o preço dos itens relacionados na Cláusula Primeira em razão do resultado final e homologação da licitação pela modaldade Pregão Presencial, autuada sob o nº 025/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidase.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Registro de preços para aquisição fracionada de CARNE E FRIOS, de acordo com as especificações dos itens detalhadas no Anexo 01 deste Edital, para atender todos os setores da administração Pública Municipal, nos termos do presente Edital e sous anexos, seliendo que os produtos serão solicitados em quaisquer quantidades no decorrer da vigência da Ata de Registro de Preço, podendo ou não atingir a totalidade licitada. Unidade Quant. Marca Valor

	Lapouncayau	Officiace	Quant.	Marca	Máx. Unit. (R\$)	Total. (R\$)
04	MUSCULO BOVINO, a materia prima a ser utilizado deverá ser animais menores de 3 anos, de primeira qualidade, estar isenta de tecidos inferiores como ossos, sebo, cartilagens, gordura parcial, aponevroses, tendões, ceágulos, nodos linfáticos, velas, artifais e também sem nenhum tipo de sangue, água ou aditivos. O produto deverá estar em emballagem transparente e a vicuo ediquetado data produção e vencimento. O produto deverá estar em colda, antegue em embalagem de 1 kg. Este deverá set iransportado em ambiente refrigerado, vistoriado pelo SIM, SIP ou SIF com selo comprovante.	kg	2.500	Ribeiro	20,50	51.250,00
05	COXAO MOLE BOVINO. a matéria prima a ser utilizada deverá ser animais menores de 3 anos, de primeira qualidade, estar isenta de tecidos inferiores como ossos, sebo, cartilagens, gordura parcial, aponevroses, tendões, codejulos, nodos linfátos, velas, artérias e também sem nenhum tipo de sangue, água ou aditivos. O produto deverá estar en embalagem transparente e à vácuo etiquetado data produção e vencimento. O produto deverá estar disposto em bifes, e entregue em embalagem de 1 kg. Este deverá transportado em ambiente refrigerado, vistoriado pelo SIM ou SIP com selo comprovante.	kg	2.000	Ribeiro	29,50	59.000,00
07	MICLO DE PALETA, a matéria prima a ser utilizada deverá ser animais menores de 3 anos, de primeira qualidade, estar isenta de tecidos interiores como ossos, sebo, cardilagens, gordura parcial, aponevroses, tendões, coâgulos, nodos linfácos, vales, artérias e também sem nenhum tipo de sangues, agua ou adiflovos. O produto deverá estar em embalagem transparente e à vácuo etiquetado data produção e vencimento. O produto deverá estar produção e vencimento. O produto deverá estar	kg	2.000	Ribeiro	23,00	46.000,00

Prefeitura Municipal de Santa Fé

tado em cubos, entregue em embalagem de 1 kg PATINHO BOYINO. a matéria prima a ser utilizada deverá ser animais menores de 3 anos, de primeira qualidade, estar isenta de tecidos intériores crita qualidade, estar isenta de tecidos intériores crita porte por la composição de la composição d 2.000 28.00 56.000.00

da Saúde.

§2º O prazo de validade dos produtos industrializados ou processados deverá ser de no mínimo 50% contado a partir da data de entrega dos mesmos.

§3º O preço unitário a ser pago é o constante da presente Ata de Registro de Preço conforme proposta apresentada pela empresa vencedora, sendo em caso de diversidade de mercadorias, considerados para fins indenizatórios e rescisórios os valores individuais de cada item, bem como, para abatimento no preço por devolução de mercadorias. §40 valor total da ata de Registro de Preço é de R\$ 212.250,00 ((duzentos e doze mil du cinquenta reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS: A presente Ata de Registro de Preço terá validade por 12 (doxe) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

Parágrafo Unico: Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Prefeitura Municipal de Santa Fé não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornacimente em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA SOLICITAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO DO OBJETO: A solicitação e a verificação da entrega do objeto contratado ficarão a cargo dos setores competentes

da Administração Municipal.

§1º A solicitação do(s) produto(s) será realizada pelo setor competente da Administração Pública Municipal,

mediante a emissão da NAD - Nota de Autorização de Despesa que será encaminhada à Contratada, juntamente
com o número do empenho, por meio eletrônico e-mail ou fax-símile, devendo ser comprovado o recebimento
pelo fornecedor.

selo fornecedor(a). - Cada NAD - Nota de Autorização de Despesa conterá, no mínimo:

d) Valor;

§2º A contratada deve efetuar a entrega dos produtos alimenticios dentro das Normas Sanitárias de Transporte
de Alimentos para o Consumo Humano, principalmente os produtos que necessitam de refrigeração, e em
perfeitas condições de embalagem e higiene, merecendo à devida fiscalização no ato da entrega dos produtos,
de acordo com o prazo de entrega e demais condições estabelecidas nas alineas a seguir.
a) A Contratada deve entregar os produtos que compõem os, no município de Santa Fé, Estado do Paraná, de
acordo com as solicitações da Administração Municípal, nos locais Indicados nas solicitações e em horário de
expediente, em até 0º feste) dias úteis contados da data da solicitação, de acordo com as solicitações, nos
Centros de Educação Infantil e Escolas Municípalis de Santa Fé, Estado do Paraná, nos dias e horários
determinados pelo setor competente da Secretaria Municípal de Educação.
§3º A contratada é a única responsável por todos os custos e riscos relacionados com a execução e entregos
se festados produtos solicitados.
§4º Reserva-se ao Contratante, no ato do recebimento das mercadorias, quantas vezes forem necessárias,
fierto de solicitados.

dos produtos solicitados. §4º Reserva-se ao Contratante, no ato do recebimento das mercadorias, quantas vezes forem necessárias, o direito de solicitar ao órgão competente de fiscalização em Vigilância Sanitária a inspeção dos veículos utilizados para o transporte dos produtos alimentícios, bem como o direito de recursar e devolver à Contratada os produtos transportados em desacordo com as Normas Sanitárias de Transporte de Alimentos para Consumo Humano ou sem condições adequadas de embalagem e higiene, e, ainda, os produtos cuja marca não atenda as.

Prefeitura Municipal de Santa Fé

CNPJ 76.291.418/0001-67

especificações definidas no Anexo 01 do presente Edital, devendo a Contratada, às suas expensas, promover a imediata substituição dos produtos recusados, salvo quando a substituição não puder ocorrer no mesmo dia de devolução, por razão de horário, nesse caso, a Contratada deverá efetuar a entrega dos produtos a serem substituídos até as 11h00min do primeiro dia útil posterior à sua devolução.

§6º O descumprimento por parte da Contratada de qualquer condição estabelecida para a entrega dos produtos será motivo de notificação imediata pelo Contratante, e, permanecendo o descumprimento, aplicação das sanções e muitas previstas na Cláusula Nona.

§6º A Contratada é a única responsável pela qualidade e segurança do produto entregue, ficando obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, ás suas expensas, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defelios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

§7º O recobimento dos produtos encomendados não significará a respectiva aceitação, a qual será efetivada apos a devida fiscalização quanto do atendimento das especificações e, em sendo o caso, após perícia e aprovação para uso.

aprovação para uso. \$8º A rejejcão do objeto não justificará atrasos em relação ao prazo de entrega fixado. \$9º A presente relação contratual será regida pelo Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vicios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme o artigo 18 do referido diploma legal.

CLÁUSULA QUARTA — DO PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até trinta días após a entrega fracionada do objeto, de acordo com as solicitações da Administração Municipal, mediante a apresentação da competente nota lisical eletrônica, juntamente com as Certidões Negativas de Débito Federal, Trabalhista e FGTS, e (Certidão Negativa de Tributos Municipais no caso de empresa sediada em Santa F6), expedidas pela Contratada e em plena vigência, devidamente atestada pela administração, e em caso de devolução da mesma para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

§1º A Tescuraria providenciará o respectivo pagamento, desde que os impostos federais do proponente estejam em dia, e não haja nenhuma pendência tributária com a Contratante.

§2º A despesa com a contratação correrá à conta da Dotação Orçamentária vigente na época da emissão da nota de empenho:

nota de empenho: 19.002.123.0600.1021.92.33.90.32.00.00

CLÁUSULA QUINTA - DOS REAJUSTES: Quanto ao reajuste dos preços registrados, será adotado o seguinte

CLAUSULA QUINTA - DOS REAJUSTES: Quanto ao reajuste dos preços registrados, será adotado o seguinte procedimento: §1º Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a adjudicação da presente licitação, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso. §2º Como inituito de garantir a plena presenvação do equilibrio econômico-financeiro do contrato, assim definido como a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos à empresa com preços contratados pela Administração e a remuneração correspondente recebida pelo objeto licitado, fica assegurada a recomposição, reajuste e atualização monetária dos preços constantes no Termo de Contrato. §3º Para efeitos de concessão de recomposição, reajuste e atualização monetária à empresa com preços contratados pela Administração, fica definido que será preservado o equilibrio econômico-financeiro estabelecido no instante em que a proposta foi formulada, em caráter final, pela empresa. §4º Fica definido que haverá ensejo à aplicação de recomposição, atualização monetária, reajuste e garantia do equilibrio econômico-financeiro diante da superveniência de fatos impreviáveis su previsiveis de consequiência incalculadas, capazas de retardar ou impedir a execução do ajuste, ou ainda de casos de forçamaior, caso fortuito ou dato do príncipe, com a configuração de álea econômica extracontratula. §5º Será deferida a aplicação de recomposição, atualização monetária e reajuste dos preços registrados ou contratados sempre que for verificado e devidamente comprovado pala empresa o rompinento do equilibrio econômico-financeiro.

economico-inanceiro. §ºº A solicitação da empresa deverá estar devidamente fundamentada e comprovar, de forma incontestável el irrefutável, que houve o rompimento do equilibrio econômico-financeiro, salientando-se que a Administração poderá recusar o pletto formulado mediante a suaéncia dos pressupostos necessários para o deferimento, dará

ales: a) ausência de elevação dos encargos da empresa; o) ocorrência do evento causador do desequilibrio antes da formulação da proposta; c) ausência de vínculo de causalidade entre o evento ensejador do desequilibrio e a majoração dos encargos da empresa com preços registrados ou contratados; o lo perio exclusiva da empresa com preços registrados ou contratados pela majoração dos encargos, incluindo-so a previsibilidade da ocorrência dos eventos ensejadores.

§7º Fica expressamente previsto que, da mesma forma, poderá haver a redução do valor registrado e/ou contratado caso a Administração verifique a oscilação, para baixo, dos preços de mercado.

Prefeitura Municipal de Santa Fé

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES:

L'AUSULA SEXTA – DAS DIRIGAÇOES DOS CONTRATANTES:

I- São obrigações da Contratada:
a) manter, durante a vigência desta Ata, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitações qualificações evaldas no respectivo Edital;
b) Eletuar a entrega dos produtos conforme as solicitações da Administração Municipal e de acordo com as normas do Código de Defeas do Consumidor, Lei nº 8.07890, as condições de entrega, estabelecidas na Classula Tercelora, e as Normas Sanitárias de Transporte de Alimentos para Consum Humano;

Cidusuta Terceira, e as Normas Sanitárias de Transporte de Alimentos para Consumo Humano;

c) Assumir inteira responsabilidade pelos danos ou prejulzos causados ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa na execução do objeto contratado, diretamente por seu preposto elou empregado, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento feito pelo Contratante;
d) Comunicar ao Contratante às alterações que forem efetuades em seu Contrato Social;
e) Proporcionar ao Contratante todas as facilidades para a bos execução do objeto contratado, elegando representante para acompanhar a entrega e conferência dos materiais e diminir eventuais dividas a ele vinculadas, junto às Socretarias responsáveis;
f) Paralisar, por determinação de autoridade competente, qualquer fornecimento de pordições que astalam pob

suspeita de contaminação ou aurondade competente, qualquer fornecimento de produtos que estejam sob suspeita de contaminação ou condenado por autoridade sanitária; g) A Contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

contrato em que empregados.

Il: Constituée en obrigações do Contratante:
Il: Constituée en obrigações do seu representante, o acompanhamento e a fiscalização da presente Ata;
Il: Prestar as informações e os esclarecimentos relacionados à execução do objeto, que venham a ser solicitados pelo representante da Contratada;
I.: Efetuar o pagamento pelo esfetivo fornecimento, dentro das condições estabelecidas na Cláusula Quarta;
III: Receber os materiais, na quantidade solicitada, assegurando-se das perfeitas condições de embalagem e normas de segurance, transporte e higiene, responsabilizando a Contratada por qualquer dano causado resultante da má qualidade do produto fornecido.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO: A fiscalização será exercida pelo contratante, através do se responsável o St². Silvana da Silva Colombo, inscrito no CPF sob o 1º. 028.461.049-64, pelo recebimen produtos, o qual poderá, junto ao representante da Contratado a ricinado a correção de eventuais falh irregularidades que forem verificadas, as qual sua, se não forem sanadas no prazo 1º boras, serão cóji-comunicação oficial à Contratada, a qual submeter-se-á a palicação das penalidades previstas na Cli

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO: A rescisão do presente Termo Contratual poderá se dar nas condições previstas no Artigo 13 do Decreto Municipal nº 083/2022 e nos Artigos 77 a 80 da Lei Federal 8666/93, e suas

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES: A Contratada responderá perante o Contratante por todos e quaisquer prejuizos de que for responsável em razão da assinatura da presente Ata de Registro de Preço, seja por defeito decorrente do objeto solicitado e entregue, seja por infringência das disposições regulamentares. §1º Pela inexecução total ou parcial do objeto contratado a Administração Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as sanções descritas nas alineas a seguir:
a) Advertência, em simples ocorrências não remissíveis a outras penalidades;
b) Multa nas formas previstas no parágrafo segundo desta cláusula;
c) Demais sanções previstas no parágrafo segundo desta cláusula;
52º Além das sanções, previstas nas alineas do parágrafo anterior, a Administração Municipal poderá, garantida a prévis defesa, aplicar à Contratada as seguintes multas:
a) multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Termo Contratual/Ata de Registro de Preço, no caso da Contratada fraudar na execução do objeto contratado, comportar-se de modo inidênee e/ou cometer fraude fiscal.

b) multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Termo Contratual/Ata de Registro de Preço, pela inexecução

do objeto contratado. \$3º Considera-se fornecimento irregular o descumprimento por parte da Contratada de qualquer condição estabelecida para a entrega dos produtos, conforme definido na Cláusula Terceira, bem como o não atendimento das especificações dos produtos entregues com as especificações detalhadas no Anexo 01 do referido Edital. §

Prefeitura Municipal de Santa Fé

Transporte imporese, a commanda sera nolinciada para apresentação de delesa previa, no prazo de 05 (clinco) dias úteis, contados da notificação. \$5° No caso de aplicação de multa pela Administração Municipal, fica expressamente autorizado pela Contratade, nos termos do § 3º do Art. 86 da Lei Federal 8.666/1993, o seu imediato abatimento, em eventual Contratada, nos termos do § 3º do Art. 86 da Lei Federal 8.696/1943, o seu imediato adaitmento, em evenuerédito existente, podendo ser retido em qualquer empenho, ainda que não relacionado com este instrumento,
ou no caso de não haver saldo suficiente para o abatimento, o valor deverá ser recolhido aos cofres municipais,
junto a Tescouraria da Administração Municipal, no prazo de quinze dias, contados a partir da data de notificação,
gör Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada ao Contratante, este
será encaminhado pará inscrição em divida ativa, devendo ser cobrado por via judicial.

§º As multas legals e as previstas neste Edital não eximem a Contratada, ainda, da reparação dos eventuais
danos, perdas ou prejuízos que venha a acarretar ao contratante.

§º Dos atos da Administração Municipal decorrentes da aplicação de penalidade e/ou multa, caberá a
Contratada a apresentação de recurso nos termos do artigo 109 da Lei Federal nº 8.686/93, observados os
reazes ali fixedes.

uer hipótese, a Contratada será notificada para apresentação de defesa prévia, no prazo de 05

Comitatible à apresentação de tecunion de la companion de la presentação de penalidade e/ou multa, devem ser dirigidos à Autoridade sou multa, devem ser dirigidos à Autoridade superior da Administração Municipal.

superior da Administração Municipal.

§10º Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-simile, correio eletrônico ou qualquer outro
meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em Lei, sua petição de interposição original não tiver sido
protocolizada na Prefeitura Municipal de Santa Fé, Estado do Paraná.

§11º As notificações/infirmações de aplicação de penalidades serão publicadas, pela Administração Municipal,
no órgão oficial do Município de Santa Fé, cuja data de publicação valerá como início do prazo recursal.

§12º Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou
caso fortulto.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou procedimentos relacionados com o cumprimento das cláusulas contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: is não cessa a obrigação da CONTRATADA de cumprir \$1° O vencimento da validade da Alta de Registro de Preços flad cessa a compação da CUPITAN AUX de unimiza os termos contratusias assinados até a data de vencimento da mesma. \$2° Os Contratos, celebrados no prazo de validade da presente Ata, terão vigência máxima de 12 (doze) messe. Observadas as disposições do Art. 5° da Leil 8.686/83 podendo ser alterados de acordo com o disposito no Art.

observadas as disposições do Art. 57 da Lei 8.666/83 podendo ser alterados de acordo com o disposto no Art. 56 da Lei nº 8.666/83. §3º A Administração Municipal não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços se durante a sua vigência constatar que os preços registrados estão superiores aos praticados no mercado, nas mesmas específicações constatar que os preços registrados estão supenores aos praticacios no mercado, has incensas espenados e condições previstas na Ata de Registro de Preços. §4º A Administração Municipal, ao seu exclusivo critério, poderá, durante os últimos 30 (trinta) dias de vigência da ata de Registro de Preços, determinar a gradativa redução ou aumento do fornecimento, até a elaboração de

da atá de Registro de Praços, determinar a gradativa redução ou aumento do infriedimento, as o disconsigue um novo contrato.

§5º Todos os prazos constantes em cada termo contratual serão em dias corridos, salvo disposição expressa em contrário e em sua contagem excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento.

§6º Integram a presente Ata, independenţa de transcrição, as condições estabelecidas na licitação respectiva e as normas contidas na Lei Federal nº 46.68/30 e alterações posteriores, Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº 083/2022, as quais ecrão policadas aos casos omissos.

Santa Fé, 02 de junho de 2023 CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SANTA FÉ

RAPHAELLY CARNES

MUNICIPIO DE SANTA FE

RAPHAELLY CARNES

E ASSADOS LTDA:
42152943000180

RAPHAELLY CARNES E ASSADOS LTDA ng da Silva Co FISCAL DO CONTRATO:

Silvana da Silva Colombo CPF sob o nº. 028.461.049-64 TESTEMUNHAS: 1 Colon 11 Mayren CPF: 04677 9989-X

Prefeitura Municipal de Santa Fé

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SANTA FÉ, pessoa juridica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.291.418/0001-67, com sede na Avenida Presidente Kennedy, 717, no Município de Santa Fé, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipia, Senhor Fernando Brambilla, brasileiro, casado, advogado, residente e domicilado na Rua João Bilha 303 no município de Santa Fé, portador da códula de identidade nº 3.467.250.4 e inscrito no CPF/MF sob o nº 625.792.829-47, doravante denominado CONTRATANTE a e Empresa COMBRCIÁL BEIRA RIO LTDA, inscrita do CNPJ/MF sob o nº 40.138.949/0001-77, com sede na Rua Monteiro Lobato, 297 – no Município de Jataizinho, Estado do Paraná, neste ado, representada por Valdenir Rosa, brasileiro, casado, empresario, residente e domiciliada na Rua Euzebio Monteiro, 504 – no Município de Jataizinho, Estado do Paraná, portadora da Cédula de Identidade nº 3.971.039 o ESEP/PR e inscrita no CPF/MF sob o nº 647.080.7991-56, doravante denominada CONTRATANDA, resolvem registrar o preço dos Itens relacionados na Cláusula Primeira em razão do resultado final e homologação da licitação pela modelidade Pregião Presencial, autuada sob o nº 025/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Registro de preços para aquisição fracionada de CARNE E FRIOS, de acordo com as especificações dos itens detalhadas no Anexo 01 deste Edital, para atender todos os setores da administração Pública Municipal, nos termos do presente Edital e seus anexos, salientando que os produtos serão solicitados em quaisquer quantidades no decorrer da vigência da Ata de Registro de Preço, podendo ou não atingir a totalidades licitada.

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Marca	Valor Máx. Unit. (R\$)	Valor Máx. Total. (R\$)
06	PETTO DE FRANCIO DESOSSADO produto de primeira qualidade, isento de cartilagem e osso. O produto deverá ser entregue em embalagem transparente com eliquate de pesso e data de validade, e entregue em ambiente refrigerado. O produto deverá ser entregue em ambienta refrigerado, vistoriado pelo SM, SIP ou SIF com selo comprovante. EMBALADO IGF.	kg	3.000	Pioneiro	11,80	35.400,00
09	Filé de tilápia embalagem plastica com 400g Este deverá transportado em ambiente refrigerado, vistoriado pelo SiM, SIP cou SIF com selo comprovante, com etiqueta de peso e data de validade.	PACOTE	500	Estancia Alvorada	16,20	8.100,00

§1º Todos os alimentos industrializados ou processados devem ter registro no órgão competente do Ministério

§2º O prazo de validade dos produtos industrializados ou processados deverá ser de no mínimo 50% contado a partir da data de entrega dos mesmos.

\$3º O preço unitário a ser pago é o constante da presente Ata de Registro de Preço conforme proposta spresentada pela empresa vencedora, sendo em caso de diversidade de mercadorias, considerados para fins indenizatórios e rescisórios os valores individuais de cada item, bem como, para abatimento no preço por

devolução de mercadorias. \$4° O valor total da ata de Registro de Preço é de R\$ 43.500,00 (quarenta e três mil e quinhentos reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS: A presente Ata de Registro de Preço terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

Parágarafo Único: Durante o prazo de validade desta Atla de Registro de Preço, a Prefeitura Municipal de Santa Fé não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornacimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA SOLICITAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO DO

Prefeitura Municipal de Santa Fé

OBJETO: A solicitação e a verificação da entrega do objeto contratado ficarão a cargo dos setores competentes da Administração Municipal.
§1º A solicitação do(s) produto(s) será realizada pelo setor competente da Administração Pública Municipal, mediante a emissão da NAD - Nota de Autorização de Despesa que será encaminhada à Contratada, juntamente com o número do empenho, por meio eletrônico e-mail ou fax-símile, devendo ser comprovado o recebimento pelo formeadodría).

mediante a trinssava da Prof. i Nota de Adoltzágica de Despesa que se com o número do empenho, por melo eletrônico e-maila du fac-se mile pelo fornecedor(a).

I- Cada NAD - Nota de Autorização de Despesa conterá, no mínimo: a) Número do Contrato e da respectiva licitação;

b) Quantidade e descrição do produto solicitado;

c) Dotação orçamentária onerada;

d) Valor:

ci Joticaco orgamentaria onerata;
d) Valor;
§2º A contratada deve efetuar a entrega dos produtos alimenticios dentro das Normas Sanitárias de Transporte
de Alimentos para o Consumo Humano, principalmente os produtos que necessitam de refrigeração, e em
perfeitas condições de embalagem e higiene, merceando à devida fiscalização no ato de entrega dos produtos,
de acordo com o prazo de entrega e demais condições estabelecidas nas alimeas a seguir.
a) A Contratada deve entregar os produtos que compõem os, no município de Santa Fé, Estado do Paraná, de
acordo com as solicitações da Administração Municípai, nos locais indicados nas solicitações e em horário de
expediente, em até 0º (sete) dias úteis contados da data da solicitação, de acordo com as solicitações, nos
Centros de Educação Infanti e Escolas Municípais de Santa Fé, Estado do Paraná, nos dias e horários
determinados pelo selor competente da Secretaria Municípai de Educação.
§3º A contratada é a única responsável por todos os custos e riscos relacionados com a execução e entrega
dos produtos solicitados.

\$33" A contratada á a única responsável por todos os custos e riscos relacionados com a execução e entregal dos produtos solicitados.

\$44" Reserva-se ao Contratante, no ato do recebimento das mercadorias, quantas vezes forem necessárias, o direito de solicitar ao órgão competente de fiscalização em Vigilância Sanitária a inspeção dos veículos utilizados para o transporta dos produtos alimentícios, bem como o direito de recursar e devolver à Contratada os produtos para o transporta dos produtos alimentícios, bem como o direito de recursar e devolver à Contratada os produtos cui sem condições adequadas de embalagem e higiene, e, ainda, os produtos cuja marca não atenda as específicações definidas no Anexo O1 do presente Edital, devendo a Contratada, às suas expensas, promover a imediata substituição dos produtos recusados, salvo quando a substituição não puder ocorrer no mesmo dia devolução por razão de horário, nesse cao, a Contratada deverá efetuar e entrega dos produtos a serem substituidos até as 11h00min do primeiro dia útil posterior à sua devolução.

\$5" O descumprimento por parte da Contratada de qualquer condição estabelecida para a entrega dos produtos será motivo de notificação imediata pelo Contratante, e, permanecendo o descumprimento, aplicação das anções e multas previstas na Cidisuala Nona.

\$6" A Contratada é a única responsável pela qualidade e segurança do produto entregue, ficando obrigada reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de matérials empregados.

\$7" O recebimento dos produtos encomendados não significarãa a respectiva aceitação, a qual será efetivada apos a devida fiscalização quanto do atendimento das especificações e, em sendo o caso, após perícia e aprovação para uso.

apos a cervan meciazaren querrio vo eserciamento de securio de servicio de para uso.

§8º A rejeição do objeto não justificará atrasos em relação ao prazo de entrega fixado.

§8º A presente relação contratual será regida pelo Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme o artigo 18 do referido diploma legal.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até trinta dias após a entrega fracionada do objeto, de acordo com as solicitações da Administração Municipal, mediante a apresentação da competente nota fiscal eletrônica, juntamente com as Cartidões Negativas de Débito Federal, Trabahista e FGTS, o (Certidão Negativa de Tributos Municipais no caso de empresa sediada em Santa Fé), expedidas pela Contratada e em plena vigência, devidamente atestada pela administração, e em caso de devolução da mesma para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação. §1º A Tescuraria providenciará o respectivo pagamento, desde que os impostos federais do proponente estejam em dia, e não haja renhuma pendência tributára com a Contratante. §2º A despesa com a contratação correrá à conta da Dotação Orçamentária vigente na época da emissão da nota de empenho:

19.002.123.0600.1021.92.33.90.32.00.00 CLÁUSULA QUINTA - DOS REAJUSTES: Quanto ao reajuste dos preços registrados, será adotado o segu

Prefeitura Municipal de Santa Fé

\$2° Com o intuito de garantir a piena preservação do equilibrio econômico-financeiro do contrato, assim definido como a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos à empresa com preços contratados pela Administração a e remuneração correspondente recebida pelo objeto ficiado, fica assegurada a recomposição, reajuste e atualização monetária dos preços constantes no Termo de Contrato. \$3° Para efeitos de concessão de recomposição, reajuste e atualização monetária à empresa com preços contratados pola Administração, fica definido que será preservado o equilibrio econômico-financeiro estabelecido no instante em que a proposta foi formulada, em carafter final, pela empresa. \$4° Fica definido que haverá ensejo à aplicação de recomposição, atualização monetária, reajuste e garantia do equilibrio econômico-financeiro dante da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculadas, capazes de retearda ou impedir a execução do ajuste, ou ainda de casos de forçamaior, caso fortuito ou fato do principe, com a configuração de álea econômica estaractilidaria e a extracontratual. \$5° Sará deferida a aplicação de recomposição, atualização monetária e reajuste dos preços registrados ou contratados sempre que for verificado e devidamente comprovado pela empresa o rompimento do equilibrio econômico-financeiro.

§6º A solicitação da empresa deverá estar devidamente fundamentada e comprovar, de forma incontestável e irrefutável, que houve o rompimento do equilibrio econômico-financeiro, salientando-se que a Administracia;

sausência de elevação dos encargos da empresa; ocorrência do evento causador do desequilibrio antes da formulação da proposta; ausância de vinculo de causalidade entre o evento ensejador do desequilibrio e a majoração dos encargos

c) ausância de vínculo de causalidade entre o everno entreporto de ampresa com preços registrados ou contratados;
d) culpa exclusiva da empresa com preços registrados ou contratados pela majoração dos encargos, incluindosea a previsibilidade da corrência dos eventos ensejadores.
§7º Fica expresamente previsto que, da mesma forma, poderá haver a redução do valor registrado e/ou contratado caso a Administração verifique a oscilação, para balxo, dos preços de mercado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES:

I- São obrigações da Contratada:
a) manter, durante a vigência desta Ata, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas no respectivo Edital;
b) Efetuar a entrega dos produtos conforme as solicitações da Administração Municipal e de acordo com as normas do Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.07/880, as condições de entrega, estabelecidas na Cláusula Terceira, e as Normas Sanitárias de Transporte de Alimentos para Consumo Humano;

Cassumir inteira responsabilidade pelos danos ou prejuízos causados ao Contratanto ou a terceiros, c) Assumir inteira responsabilidade pelos danos ou prejuízos causados ao Contratanto ou a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa na execução do objeto contratado, diretamente por seu preposto e/ou empregado, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento feito pelo Contratante; d) Comunicar ao Contratante às alterações que forem efetuadas em seu Contrato Social; e) Proporcionar ao Contratante todas as facilidades para a boa execução do objeto contratado, elegendo representante para acompanhar a entrega e conferência dos materiais e dirimir eventuais dúvidas a ele vinculadas, junto às Sacretarias responsáveis;

vinculadas, junto às Secretarias responsáveis;

(i) Paralisar, oy determinação de autoridade competente, qualquer fornecimento de produtos que estejam sob suspeita de contaminação ou condenado por autoridade sanitária;

(j) A Contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defetos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais

contrato em que se rempregados.

Il- Constitui-se em obrigações do Contratante:
a) Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização da presente Ata;
b) Prestar as informações e os esclarecimentos relacionados à execução do objeto, que venham a ser solicitados pelo representante da Contratada;
c) Efetuar o pagamento pelo efetvo fornecimento, dentro das condições estabelecidas na Cláusula Quarta;
c) Efetuar o pagamento pelo efetvo fornecimento, dentro das condições estabelecidas na Cláusula Quarta;
c) Efetuar o pagamento pelo efetvo fornecimento, dentro das condições des perfeitas condições de embalagem estable de embalagem estable de condições de embalagem estable de embalagem e

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO: A fiscalização será exercida pelo contratante, através do servidor responsável o Sr⁴. Silvana da Silva Colombo, inscrito no CPF sob o nº. 028.461.049-64, pelo recebimento dos produtos, o qual poderá, junto ao representante da Contratada, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo 12 horas, serão objeto de comunicação oficial à Contratada, a qual submeter-se-á à aplicação das penalidades previstas na Cláusula

<u>Prefeitura Municipal de Santa Fé</u>

Nona. **Parágrafo Único:** As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relaci

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO: A rescisão do presente Termo Contratual poderá se dar nas condições previstas no Artigo 13 do Decreto Municipal nº 083/2022 e nos Artigos 77 a 80 da Lei Federal 8666/93, e suas

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES: A Contratada responderá perante o Contratante por todos e quaisquer prejuízos de que for responsável em razão da assinatura da presente Ata de Registro de Preço, seja por defeito decorrente do objeto solicitado e entregue, seja por infringência das disposições regulamentares. §1º Pela inexecução total ou parcial do objeto contratado a Administração Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratado as sanções descritas ansa dinesa a seguir:
a) Advertência, em simples ocorrências não remissíveis a outras penalidades;
b) Multa nas formas previstas no parágrafo segundo desta cláusula;
c) Demais sanções previstas no Art. 87 da Lel Federal nº 8.666/1993.
82º Alám das sanções cervistas nas alíneas do parágrafo anterior, a Administração Municipal poderá.

Se Aladi des anções, previstas no alinea do parágrafo anterior, a Administração Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes multas: a) multia de 20% (vinte por cento) do valor total do Termo Contratual/Ata de Registro de Preço, no caso da Contratada fraudar na execução do objeto contratado, comportar-se de modo inidôneo e/ou cometer fraude

fiscal.
b) multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Termo Contratual/Ata de Registro de Preço, pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, bem como pelo formecimento irregular dos produtos solicitados; e) dutla de 1% (um por cento) ao dia, até o 5º (quinto) dia de atraso na entrega dos produtos, do valor total dos produtos solicitados; solos dos solos de contratados de atraso na entrega dos produtos solicitados; após o 5º (quinto) dia de atraso na entrega dos produtos será considerado inexecução total dos produtos solicitados; após o 5º (quinto) dia de atraso na entrega dos produtos será considerado inexecução total dos produtos solicitados; após o 5º (quinto) dia de atraso na entrega dos produtos será considerado inexecução total dos destados de considerados de consid

do objeto contratado.

do objeto contratado.

do se recupida dos produtos, do valor total dos especiales de contratados de considerado inexecução total §3º Considera-se fornecimento irregular o descumprimento por parte da Contratada de qualquer condição estabelecida para a entrega dos produtos, conforme definido na Cláusula Terceira, bem como o não atendimento das especificações dos produtos entregues com as especificações destabadas no Anexo 01 do referiod Edital. §4º Em qualquer hipótese, a Contratada será notificada para apresentação de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) días úteis, contados da notificação.

§5º No caso de aplicação de multa pela Administração Municipal (contratada, nos termos de 5º de desea de defesa previa).

ilas úteis, contados da notificação. caso de aplicação de multa pela Administração Municipal, fica expressamente autorizado pela ida, nos termos do § 3º do Art. 86 da Lei Federal 8.666/1993, o seu imediato abatimento, em eventual

comrasada, nos termos do § 3º do Art. 86 da Lei Federal 8.686/1993, o seu imediato abatimento, em eventual crédito existente, podendo se retidio em qualquer empenho, ou no caso de não haver saldo suficiente para o abatimento, o valor deverá ser recolhido aos cofres municipais, junto a Tescuraria da Administração Municipal, no prazo de quinze disa, contados a partir da data de notificação. §6º Esgolados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelos o partir da deta de notificação. §6º Esgolados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelos da partir da deta de notificação. §6º Esgolados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelos do contratados a Contratados, a ministração pelos estas estadas de contratados a contratados. §6º Dos atos da Administração Municipal decorrentes da aplicação de penalidade e/ou multa, caberá a Contratados, a persentação de recurso nos termos do artigo 109 da Lei Federal nº 8.686/93, observados os prazos al fixados.

prazos all'fixados.
\$\frac{8}{9}^2\text{ Os recursos contra as decisões de aplicação de penalidade e/ou multa, devem ser dirigidos à Autoridade superior da Administração Municipal.
\$\frac{1}{9}^2\text{ Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em Lei, sua petição de interposição original não tiver sido protocolizada na Prefeitura Municipal de Santa Fé, Estado do Paraná.
\$\frac{1}{9}^2\text{ Não notificações/intimações de aplicação de penalidades serão publicadas, pela Administração Municipal, os dos publicação auteria como início do prazo recursal.
\$\frac{1}{2}^2\text{ Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou procedimentos relacionados com o cumprimento das cláusulas contratuais.

\$1° O vencimento da validade da Ata de Registro de Preços não cessa a obrigação da CONTRATADA de cumprir os termos contratusis assinados até a data de vencimento da mesma.
\$2° Os Contratos, celebrados no prazo de validade da presente Ata, terão vigência máxima de 12 (doze) meses, observadas as disposições do Art. 57 da Lei 8.666/33 podendo ser alterados de acordo com o disposto no Art.
\$3° A Administração Municipal não se obriga o cumpra. dministração Municipal não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços se durante a sua vigên lar que os preços registrados estão superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificaçõ

Prefeitura Municipal de Santa Fé

CNPJ 76.291.41800001-67

e condições previstas na Ata de Registro de Preços.

§4º A Administração Municipal, ao seu exclusivo critério, poderá, durante os últimos 30 (trinta) dias de vigência da ata de Registro de Preços, determinar a gradativa redução ou aumento do fornecimento, até a elaboração de um novo contrato.

§5º Todos os prazos constantes em cada termo contratual serão em dias corridos, salvo disposição expressa em contrário e em sua contagem excluir-se-á o dia de inícilo e incluir-se-á o dia do vencimento.

§6º Integram a presente Ata, independente de transcrição, as condições estabelecidas na licitação respectiva e as normas contidas na Lei Federal nº 8.66/93 e alterações posteriores, Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº 083/2022, as quais serão aplicadas aos casos omissos. Santa Fé, 02 de junho de 2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA FÉ VALDENIR SEASON OF THE CONTRATADA: ROSA:54798079915 SEASON OF THE COMERCIAL BEIRA RIOLIDA

FISCAL DO CONTRATO: Silvané da Silva Colombo CPF/sob o nº. 028.461.049-64

TESTEMUNHAS: 1 Cate M. Mosson .
CPF: 046 8779 89. 30

Prefeitura Municipal de Santa Fé

PORTARIA Nº. 17 DE 07 DE JUNHO DE 2023.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o

RESOLVE

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) días de ferías regulamentares a servidora Cláudia Aparecida Machado, Auxiliar de Enfermagem-ESF, pelo periodo trabalhado de 06:03/22 a 05:03/23, determinando a mesma o pagamento da quantía equivalente a 1/3 (um terço) de férias, conforme determinação do artigo 129 da Constituição Federal, com inicio em 05:06/23 e término em 04/07/23.

Art. 2°- Conceder 15 (quinze) dias de férias restantes a servidora Flávia Renata Blasques, Psicóloga, ente ao período de trabalho de 04/01/22 a 03/01/23, determinar a mesma o pagamento da quantía equivalente a um terço) de fírias proporcionais, conforme determina o artigo 104, 110 § 1°, da Lei Complementar n° 003/11, nício em 03/07/23 e término em 17/07/23.

Art. 3º Alterar o artigo 2º da Portaria nº 10/23, referente as férias do Conselheiro Antônio Cesar Ribeiro de Sá, "onde se lê 22/05/23 a 05/06/23. "Lê-se 05/06/23 a 19/06/23".

Art. 4°. Conceder 45 (quarenta e cinco) días de licença para tratamento de saúde a servidora Marciele Aparecida de Oliveira, agente comunitário de saúde, sendo 15 (quinze) días de 26/05/23 a 09/06/23 pela prefeitura e o restante encaminhado a 01855, conforme atestado apresentado, perícia realizada, e determinação do artigo 134, da Lei-54/22 de 01/05/1943.

Art. 5º - Conceder 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade as servidoras abaixo relac pectivos cargos, conforme determinação do artigo 122, da Lei Complementar nº 003/11.

NOM E	CARGO	DIAS	PERIODO DA LICENÇA		
Patrícia Leite da Silva	Ag. de Serv. Operacionais	180	retroat.	26/05/23 a 21/11/23	
Raquel dos S. Leite Martins	Ag. de Serv. Operacionais	180	retroat.	31/05/23 a 26/11/23	

Art. 6°- Conceder 30 (trinta) dias, de licença prêmio a servidora Andrea Conti, professora, 20 horas, pelo período trabalhado de 01/04/11 a 31/03/16, nesse período a servidora usufruiu 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde, seu novo período será 31/05/16, conforme determinação do artigo 136, § 1°, inciso I, da Lei Complementar nº 003/11, a partir de 08/06/23 e termino em 07/07/23, ficando 30 (trinta) dias para usufruir Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições, em contrário

Paco Municipal Prefeito Salvador de Domenico Sobrinho, 07 de junho de 2.023.

EVANEIDE APARECIDA COLOMBO SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

Prefeitura Municipal de Santa Fé

DECRETO Nº. 126/2023

Dispõe sobre exoneração e dá

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora Sônia Aparecida Molinari, RG nº. 4.929.929-0/SSP-PR e CPF nº.775.558.729-00, matricula 401-554, do cargo em comissão de Assistente, a partir do dia 11 de junho de 2023. Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as

Paco Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, aos 07 de junho de 2023.

<u>Prefeitura Municipal de Santa Fé</u> CNPJ 76.291.418

DECRETO Nº.127/2023

Dispõe sobre nomeação de candidatos aprovados em público e dá outras providên

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o resultado final do Concurso Público – Edital de Homologação do Resultado Final nº 024/2022 – Cargo Público e o Edital de Convocação nº 029/2023,

DECRETA

Art. 1º - Ficam nomeados os candidatos abaixo relacionados para os respectivos cargos, conforme aprovação em Concurso Público, cargo público, sendo que os mesmos deverão cumprir o Estágio Probatório nos termos da Lei Municipal nº 003/2011, a partir do dia 12 de junho de 2023.

CARGO - AGENTE ADMINISTRATIVO - 40 HORAS

- JANAÍNA APARECIDA FERREIRA DA SILVA - CPF nº.081.186.819-20 e RG nº. 10.303.461-2/SSP-

CARGO - AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS - 40 HORAS

- IZANETI MARTINS LAMPA – CPF nº 0.40. 276. 149-92 e RG nº 5.575.722-8/SSP-PR. - FRANCISCO JOÃO DE FARIAS – CPF nº . 786.348.229-15 e RG nº . 5.475.172-9/SSP-PR. CARGO - AGENTE OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS - OP. PÁ CARREGADEIRA - 40

RICHARD GABRIEL WOLLMANN MACAGNAN - CPF nº. 112.065.139-50 e RG nº. 14.044.108-

CARGO - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - 40 HORAS

- IZABELLA CAVALLARI - CPF nº. 074.320.959-14 e RG nº. 10.222.537-6/SSP-PR

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domenico Sobrinho, aos 07 junho de 2023.

Prefeitura Municipal de Santa Fé

DECRETO Nº.128/2023

Dispõe sobre nomeação de candidata aprovada em concurso público e dá outras providências. O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas

atribuições legais, tendo em vista o resultado final do Concurso Público – Edital de Homologação do Resultado Final nº.024/2022 – Cargo Público e o Edital de Convocação nº. 029/2023,

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeada a candidata abaixo relacionada para o respectivo cargo, conforme aprovação em Concurso Público, cargo público, sendo que a mesma deverá cumprir o Estágio Probatório nos termos da Lei Municipal nº 003/2011, a partir do dia 12 de junho de 2023. CARGO - AGENTE ADMINISTRATIVO - 40 HORAS

- SÔNIA APARECIDA MOLINARI. CPF nº.775.558.729-00 e RG nº. nº.4.929.929-0/SSP-PR. Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domenico Sobrinho, aos 07 de junho de 2023.

CG W Câmara Municipal de Santa Fé

EXTRATO DE CONTRATO Nº 008/2023.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA FÉ - PR.

CONTRATADA: SOFTCAM SOLUÇÕES LTDA

CNPJ: 24.092.271/0001-82.

PROCESSO LICITATÓRIO: Dispensa de Licitação 023/2023. DATA DA ASSINATURA: 07/06/2023.

VALOR: R\$ 10.200,00.

Câmara Municipal de Santa FOLHAS

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Câmara Municipal de Santa Fé, Estado do Paraná, com sede na Rua Ponta Grossa, nº 504, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.583.490/0001-69, neste ato representado pelo Presidente da Câmara, em pleno exercício de seu mandato e funções, ratifica a DISPENSA de licitação nº 023/2023, nos termos do Artigo 24, caput, inciso II, respectivamente, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Medida Provisória nº 1167, de 2023.

DISPENSA DE LICITAÇÃO - Nº 023/2023.

CONTRATADA: SOFTCAM SOLUÇÕES LTDA

CNPJ: 24.092.271/0001-82.

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SISTEMA DE PROCESSO LEGISLATIVO E WEBSITE.

VALOR: R\$ 10.200,00. VENCIMENTO: 12 MESES

FORO: Comarca de Santa Fé. Estado do Paraná.

Plenário Vereador Antonio Fermino de Souza, 07 de junho de 2023.

ADEILDO PEREIRA CARNAÚBA Presidente da Câmara



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO BRANCO CNPJ: 76.279.959/0001-70 Rua Jose Peres Gonçales, nº 53 – Centro – CEP: 87.180-000

Estado do Paraná DECRETO Nº 668/2023.

DECRETO Nº 668/2023.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional
Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO, ESTADO DO
PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E AUTORIZADO PELA LEI
MUNICIPAL Nº 1179/2022, DE 14 DE DEZEMBRO DE 202;
DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do
Municipio para o Exercício Financeiro de 2023, um Crédito Adicional Suplementar no valor de
R\$ 18.000.00 dézoito mil reais bara a inclusão da securide datadão o caramentária.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atrili no expensiva fue de Municipio para o Exercicio Financeiro de 2023, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reals), para a inclusão da seguinte dotação orçamentária:

8 SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA
SOCIAL

08.244.0005.2801 MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL
BASICA
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - 000 R\$ 18.000,00
PESSOA JURIDICA

R\$ 18.000,00 PESSOA JURIDICÁ

TOTAL DE CRÉDITO SUPLEMENTAR R\$ 18.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO Art. 3° - Autoriza o poder Executivo Municipal a incluir no PPA – Plano Plurianual do Municipio de Presidente Castelo Branco - 2022/2025, objeto da Lei Municipal 1144/21 e na LDO – Lei de Diretrizes Orgamentárias, objeto da Lei Municipal 1168/22, os valores constantes no Art. 1° desta Lei, conforme demonstrativo no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Art. 4° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edificio da Prefeitura Municipal de Presidente Castelo Branco, aos sete dias do mês de junho de 2023.

JOÃO PÉRICLES MARTINATI PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO
CNPJ: 76.279.959/0001-70
Rua Jose Peres Gonçales, nº 53 – Centro – CEP: 87.180-000

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

40.000,00

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 1179/2022, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022; IZEMBRO DE 2022;

DECRETA:

Art. 1° - Abre no Orçamento Geral do Município para o Exercicio Financeiro de 202 rédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), para

nclusão da seguinte dotação orçamentária: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E SECRETARIA | GESTÃO | GESTÃO | GERAL | GE 000 R\$ 30.000,00
 07
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

 001
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

 10.301.0006.2701
 MANUTERIÇÃO DOS SERVIÇOS ATENÇÃO BASICA

 3.3.90.30.00.00
 MATERIAL DE CONSUMO

TOTAL DE CRÉDITO SUPLEMENTAR R\$ 70.000,00

Art. 2º - Como Recursos para atender a presente abertura de Crédito Adicional mencionado no Art. 1º, o Municipilo usará a Fonte acima citada, perfazendo no valor R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), conforme preceitua o inciso I do § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/84, o municipio usará o superávit financeiro.

Art. 3º - O poder Executivo Municipal inclui no PPA – Plano Plurianual do Municipio de Presidente Castelo Branco - 2022/2025, objeto da Lei Municipal 1144/21 e na LDO – Lei de Direttizes Orçamentárias, objeto da Lei Municipal 1168/22, os valores constantes no Art. 1º desta Lei, conforme demonstrativo no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), conforme autorização disposta no art. 6º da Lei 1179/ 2022 (Lei Orçamentária Anual).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Presidente Castelo Branco, aos sete dias do mês de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO - PR Rua José Peres Gonçales, 53 – Centro – CNPJ - 76.279.959/0001-70 CEP - 87.180-000 – Fone: (44) 3135-0810 E-mail: www.presidentecastelobranco.pr.gov.br EXTRATO DE 1º ADITIVO DE PRAZO CONTRATUAL

ESPÉCIE: Contrato nº 069/2022.

Termo de aditivo nº 01 Termo do contrato nº. 069/2022, objetivando "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELACIONADOS AO INVENTÁRIO DE BENS/LEVANTAMENTO PATRIMONIAL DOS MÓVEIS PERMANENTES, IMÓVEIS E DOMICÍLIO PÚBLICO", que entre si celebram MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO e a empresa ACÁCIA SOLUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 20.962.649/0001-09, aditivam o contrato com término em 09/06/2023 para 09/08/2023, as prorrogações serão consideradas efetuadas nas datas de vencimento respectivas do contrato original admitindo-se nova prorrogação nos termos da Lei de licitações n.º 8.666/93.

Fundamentação Legal: art.57, INCISO I e § 1º inciso "II" da Lei de Licitações nº 8.666/93.

Presidente Castelo Branco, 06 de junho de 2023.











Parlamentares vão acompanhar revisão do Tratado da Usina de Itaipu

Negociação do tratado será delicada e longa

Parlamentares que fazem parte da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados vão acompanhar de perto as negociações entre Brasil e Paraguai para a revisão do Anexo C do Tratado de Itaipu, que começam no próximo mês de agosto, quando o acordo para a construção da usina hidrelétrica completa 50 anos. A decisão foi tomada na quarta-feira (31), durante audiência pública do colegiado, presidida pelo deputado federal Beto Richa (PSDB-PR). Participaram do encontro o diretor-geral da Itaipu, Enio Verri, o prefeito de Foz do Iguaçu, Chico Brasileiro, e representantes dos ministérios de Relações Exteriores e Minas e Energia.

"Com esse grupo que estamos formando vamos promover um estreitamento com todos os envolvidos nesse processo de revisão do tratado e manter contato com nossos colegas do parlamento paraguaio que também estão tratando do tema", explicou Beto Richa, que foi o autor do pedido de audiência.

De acordo com o deputado, as maiores divergências entre os dois países se referem ao valor da tarifa de energia e a questão dos royalties que são pagos a estados e municípios impactados pela usina. "No Paraná, temos 15 municípios chamados lindeiros, que sofreram diretamente esses efeitos. Então, precisamos acompanhar essa negociação entre os dois países, especialmente porque ela aborda a questão financeira do tratado. E trata-se de um montante bilionário".

Para Beto Richa, esse debate deve levar em conta a possibilidade da usina conseguir vender sua energia a um preço cada vez menor. "E esse é o momento, já que a dívida para a construção da usina, que representava um de seus maiores custos, foi liquidada esse ano. Nossa intenção é defender o interesse dos consumidores brasileiros, que clamam por uma tarifa menor. É certo que esse impacto não será muito grande, já que a energia gerada em Itaipu representa 9% do mercado brasileiro. Mas essa redução, aliada a outras políticas públicas de governo, podem beneficiar a população".

O diretor Enio Verri explicou aos deputados que a Itaipu está subsidiando tecnicamente o Ministério de Relações Exteriores, que é quem vai negociar a revisão do acordo e apontou a questão chave da revisão. "A tarifa é motivo de muito ruído com nossos sócios (do Paraguai). O Paraguai quer vender (a energia) pela maior tarifa e o Brasil quer a menor", disse, lembrando que nos próximos anos o Paraguai, que hoje vende a energia que não consome ao Brasil, vai conseguir utilizar toda a energia a que tem direito e vai passar a defender uma tarifa menor.



Ele acrescentou ainda que existe uma grande pressão da sociedade Paraguai para que o país obtenha ganhos na negociação com o Brasil. No entanto, Verri ponderou que o desafio é buscar um acordo que beneficie os dois países. "Ou a gente faz integração ou não tem Itaipu", resumiu.

Já secretária de América Latina e Caribe do Ministério das Relações Exteriores, Gisela Padovan, frisou que a Itaipu é o eixo central das relações bilaterais entre Brasil e Paraguai. "Para nós interessa uma negociação que preserve a relação entre os dois países", disse, lembrando que esse passo só deve ser dado com mais intensidade no fim deste ano. "É uma negociação complexa. Não nos interessa conflito", ponderou.

Gisela Pandovan explicou ainda que, enquanto os dois países não chegarem a um acordo, permanece o que já está estabelecido no tratado, que tem prazo indeterminado. Após o término das negociações, o acordo precisa ser assinado pelos presidentes do Brasil e Paraguai e ser aprovado pelos seus respectivos parlamentos.

Já o subsecretário de Assuntos Econômicos do Ministério de Minas e Energia, Gustavo Manfrin, afirmou que o produto da renegociação pode impactar o mercado brasileiro de energia. "O Ministério levantou diferentes modelos de comercialização da energia de Itaipu e possíveis estratégias para negocia-

Para ele, a negociação vai se entender por um longo tempo e levará em conta a decisão do Paraguai em vender o excedente da energia que tem direito ao Brasil ou para o mercado livre.

Royalties Já o prefeito de Foz do Iguaçu, Francisco Brasileiro, que também é secretário da Associação Nacional dos Municípios Sedes de Usinas Hidroelétricas e Alagados (AMU-SUH), pediu aos representantes dos ministérios que os municípios atingidos pela usina sejam ouvidos no processo de negociação. Lembrou que essas cidades perderam, com a formação do lago da usina, recursos que vinham da agricultura, da pecuária e do turismo. Além disso, muitos tiveram que mudar. Nesse sentido, para ele a questão dos royalties é central nessa discussão.

"Nós queremos que os municípios lindeiros (impactados diretamente pela usina) tenham participação ativa no debate sobre a revisão do tratado", disse ele, que citou estudos que apontam que as cidades atingidas deveriam receber quatro vezes mais do que os royalties a que têm direito hoje para serem realmente compensadas,.

Histórico

O Tratado de Itaipu, assinado em 1973 por Brasil e o Paraguai, trata sobre o aproveitamento hidrelétrico dos recursos hídricos do Rio Paraná, pertencentes aos dois países. Depois de um longo processo de discussão, ocorrido desde a década de 1960, seu objetivo principal foi a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Pelo tratado, o Brasil tem direito a 50% da energia gerada pela usina e o Paraguai aos outros 50%. Hoje o país vizinho não tem demanda para toda a energia que a hidrelétrica dispõe e vende o excedente ao Brasil, como está previsto no acordo. Com a revisão do tratado, esse ponto pode ser alterado.

Clima tem favorecido o plantio de trigo e colheita de feijão no Paraná

O início de junho mais seco, mas mantendo a umidade no solo, tem favorecido o plantio de trigo no Paraná. A ausência de chuvas também ajuda na colheita e na qualidade do feijão. Essas são duas das culturas agropecuárias comentadas pelos técnicos do Departamento de Economia Rural (Deral), da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Seab), no Boletim de Conjuntura Agropecuária referente à semana de 2 a 7 de junho.

O trigo, principal cultura do outono/inverno paranaense, já está semeado em 75% da área estimada de 1,38 milhão de hectares. A umidade que se manteve no solo após chuvas no final de maio e a presença do sol no momento imediatamente posterior foram benéficos e permitiram o avanço dos trabalhos no campo.

No entanto, os produtores de trigo começam a se preocupar com a rentabilidade financeira. Em maio a saca valia R\$ 69,01 em média, ou 30% inferior aos R\$ 98,60 do mesmo mês no ano passado. Esse valor é também inferior aos custos variáveis para produzir a saca, calculados em R\$ 73,21.

FEIJÃO - Os produtores de feijão já colheram 54% dos 299 mil hectares cultivados. Ainda que a falta de chuvas ajude nesse processo e na qualidade do produto colhido, as lavouras que em maio estavam em fases que necessitavam de umidade tiveram redução na produtividade, segundo os técnicos de cam-

O preço do feijão está em queda contínua tanto para o produtor quanto no atacado, resultado do aumento da oferta neste período. Na última semana o feijão tipo cores foi vendido no atacado a R\$ 215,00 o fardo de 30 quilos, com queda de 7% no período de uma semana. Já o preto ficou em R\$ 145,00, redução de 2%.

MILHO E MANGA - Para o desenvol-

vimento do milho, a falta de chuvas é prejudicial, podendo influenciar na produtividade. Nesta semana 85% da área tem condição boa, 13%, mediana e 2%, ruim. As primeiras colheitas do milho segunda safra

alguns pontos da região Sul. O boletim também anali-

já podem ser verificadas em

sa a produção e comercialização da manga. No Paraná, a área colhida em 2021 foi de 410 mil hectares, o que rendeu 7,6 mil toneladas e Valor Bruto de Produção (VBP) de R\$ 19,6 milhões. A maior concentração produtiva (31,4%) está na região de Cascavel, mas Uraí, no Norte Pioneiro, é o maior produtor individual, com 12,5% das colheitas paranaenses.

O Brasil figura como o sexto maior produtor e tem parcela de 3,6% do total, com 1,6% da área mundial. Segundo o Censo Agropecuário 2017, há 14,8 mil estabelecimentos com cultivo comercial da espécie em todo o

LEITE E AVES – Com 830.448 litros de leite industrializados no primeiro trimestre de 2023, o Paraná se mantém na segunda colocação no ranking de maiores produtores nacionais, atrás de Minas Gerais. Na última semana os produtores paranaenses receberam em média R\$ 2,92 por litro entregue nos laticínios, com pequena diferença em relação à semana anterior – R\$ 2,94.

O documento apresenta ainda os números de exportação brasileira de carne de frango no primeiro quadrimestre de 2023. Foram enviadas 1,7 milhão de toneladas para o Exterior, 13,5% superior ao acumulado de 2022 (1,5 milhão de toneladas). Em faturamento, o aumento foi de 20,2%. Foram US\$ 3,3 bilhões contra US\$ 2,7 bilhões.

DISPENSA Nº 044/2023

Prefeitura Municipal de Santa Fé

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé – PR CONTRATADO: SSBARCAR VEICULOS LTDA

RESUMO DO OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço em revisão de 20.000 Km dos veículos Ambulância modelo: W42055. Master placas: SDV7E62 em VALOR TOTAL: R\$ 6.634,64 (seis mil e seiscentos e trinta e quatro reais e sessenta

DATA DA ASSINATURA: 07 de Junho de 2023.

VIGÊNCIA: 12 (doze) mes

Capital do Frio Paranaense ficou em evidência com reunião da ADJORI/PR

Associados da entidade de diferentes regiões do Estado participaram das discussões e conheceram as belezas turísticas da cidade

Fotos: Divulgaçã

Palmas, a Capital do Frio Paranaense, recepcionou 20 proprietários de jornais, associados na Associação dos Jornais do Interior do Paraná (ADJORI/PR), para uma reunião no sábado (03), na sede do Lions Clube, localizado no Parque da Gruta. No ato, a discussão de temas relacionados a entidade. Após o almoço, visita em pontos turísticos da cidade e na PRC-280, que recentemente foi inaugurada pelo governador Carlos Massa Ratinho Jr. Para encerrar a programação, à noite, confraternização.

O presidente da ADJO-RI/PR, o palmense, Cidenei Cristian Allebrandt (Alemão do Jornal), agradeceu aos participantes pela adesão ao evento, pois, além das questões administrativas, foi apresentada a prestação de contas, novos sócios e a definição para a data da realização dos próximos eventos e do congresso.

O Presidente deu início a reunião. "Sejam bem vindos, tenho a certeza que os debates serão produtivos. Também é o momento para que vocês conheçam as belezas naturais da Mãe do Sudoeste", destacou o presidente.

Turismo

Visitas em alguns pontos turísticos de Palmas também fizeram parte da programação de evento da ADJORI/ PR, no município. Foram vi-



Prefeito de Palmas Dr. Kosmos Nicolaou recepcionou os associados da Adjori, na foto, O presidente da ADJORI/PR, o palmense, Cidenei Cristian Allebrandt (Alemão do Jornal), agradeceu aos participantes e o apoio do Prefeito.

sitados, Parque da Gruta, Jornal A Folha do Sudoeste, Pomar Lovo, Cervejaria Insana, Santuário Nossa Senhora de Fátima e 15ª Cia E Cmb Mec. A Prefeitura deu o apoio através do transporte para estes locais.

Confraternização

Após um dia de reuniões e passeios, à noite foi servido jantar para os proprietários de jornais e convidados. O prefeito de Palmas, Dr Kosmos, saudou os visitantes e se colocou à disposição da ADJORI/PR. "Para Palmas é importante ter a presença de formadores de opinião que levam a notícia e divulgam a realidade de cada município. Outro fator de destaque é que aquece o turismo da cidade e movimenta a questão econômica. Palmas sempre estará de abraços abertos para a ADJORI/PR", concluiu o chefe do Executivo.

Diretoria da ADJORI

O vice-presidente da AD-JORI/PR, Sergio Jonikaites, comentou sobre as pautas da entidade que foram discutidas e também traçadas algumas metas. Ressaltou ainda sobre as parcerias com o Governo Federal, Câmara Federal, Governo do Estado, Assembleia Legislativa do Paraná e demais entidades.

A secretária da ADJORI/ PR, Leticia Mezzomo, esclareceu que a reunião com número significativo de associados foi muito importante para o fortalecimento da entidade.

Sobre o município foi taxativa; "não conhecia Palmas, agradeço ao prefeito, Dr Kosmos pela hospitalidade".

A secretária comentou também que nos países desenvolvidos as pessoas continuam com o hábito em ler o jornal impresso.

"Agradeço, ao presidente da ADJORI/PR, Alemão do Jornal, que vem se empenhando bastante para que as reuniões sejam constantes. Ao prefeito de Palmas e os associados dos jornais de diferentes regiões que fortalecem o jornal impresso".

Jornais participantes

A Folha do Sudoeste, Jornal Hoje Centro Sul, Jornal Fronteira, Folha de Irati, Jornal Gazeta da Cidade, Jornal da Cidade, Folha do Norte Bandeirante, Tribuna dos Mananciais, Jornal Novo



Tempo, O Popular do Paraná, O Regional Piên, O Trombeta, Primeira Linha, Jornal Rio Mafra Mix, Gazeta de Palmeira, Primeira Linha, O

Trombeta e Jornal Gazeta da

Cidade.

Apoio

Frutas Marin, Erva-mate Tia Joana, Prefeitura de Palmas, cervejaria Insana e Restaurante Casarão.

ADJORI/PR parabeniza governador Ratinho Jr pela transformação da PRC-280

O pavimento rígido de concreto, técnica conhecida como whitetopping, inédita em rodovias estaduais do Paraná

Foto: Divulgação



Os proprietários de jornais, associados na Associação dos Jornais do Interior do Paraná (ADJORI/PR), que participaram em Palmas de uma reunião, também visitaram a PRC-280, que recentemente foi revitalizada e entregue pelo governador, Carlos Massa Ratinho Jr. O trecho contemplou 59,5km, entre Palmas e o Horizonte,

Foto: Divulgação

na BR 153. A rodovia, é um dos principais corredores logísticos das regiões Sudoeste e Sul do Paraná.

O vice-presidente da AD-JORI/PR, Sergio Jonikaites, representando os demais proprietários dos veículos de imprensa que estiveram no encontro destacou: "essa obra é para o Brasil, a ADJORI/ PR, diz ao governador, Carlos Massa Ratinho Jr e a Assembleia Legislativa do Paraná, que essa revitalização demonstra o comprometimento com uma pavimentação que proporciona aos motoristas segurança e durabilidade. Nos comprometemos governador, em levar para todo o Estado a notícia dessa obra que trouxe solução para o transporte brasileiro".

Proposta de Lei Vini Jr Projeto do deputado Anibelli Neto busca exigir divulgação de alerta sobre injúria racial em eventos públicos no Paraná

Iniciativa do deputado Anibelli Neto visa combater o racismo e conscientizar a população sobre a gravidade do crime

Na segunda-feira, dia 5 de junho, o deputado Anibelli Neto, do MDB, apresentou na Assembleia Legislativa do Paraná o projeto de lei 463/2023, visando estabelecer a obrigatoriedade de divulgação de alertas acerca da tipificação penal do crime de injúria racial durante eventos públicos. A proposta tem como intuito combater o racismo e conscientizar a população sobre a gravidade desse tipo de crime.

"A nossa iniciativa demonstra o compromisso na luta contra o racismo e a promoção da igualdade racial. O projeto de lei busca criar mecanismos efetivos para coibir e combater as manifestações de preconceito racial, visando construir uma sociedade mais inclusiva e respeitosa", justificou o autor da proposta, deputado Anibelli Neto.

O projeto de lei estabelece que todos os eventos

no contexto de atividades esportivas, religiosas, artísticas ou culturais no estado do Paraná, com capacidade de público superior a 5.000 pessoas, deverão realizar a divulgação dos alertas. Os avisos deverão ser exibidos em telões ou sistemas de som, tanto na abertura quanto, quando aplicável,

no intervalo dos eventos.
Os alertas antirracistas,

que serão exibidos, trarão a seguinte mensagem: "Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional é CRIME DE RACISMO, com pena de reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e proibição de frequência por 3 (três) anos neste local. A pena será aumentada da metade se o crime de racismo for come-

tido mediante o concurso de 2 (duas) ou mais pessoas. RACISMO É CRIME!"

O deputado Anibelli Neto reitera que segundo a legislação, deve ser considerada como discriminatória qualquer atitude ou tratamento dado à pessoa ou a grupos minoritários que cause constrangimento, humilhação, vergonha, medo ou exposição indevida, e

que usualmente não se dispensaria a outros grupos em razão da cor, etnia, religião ou procedência.

Anibelli Neto destaca que a proposta ganha ainda mais relevância quando relacionada ao caso do jogador de futebol Vinícius Junior, do Real Madrid, que recentemente sofreu ataques racistas durante algumas partidas. "Os episódios evidenciam a persistência do racismo no esporte e a necessidade de ações concretas para enfrentar esse problema. Foi o que nos motivou a apresentar o projeto e que simbolicamente já está sendo chamado de proposta de Lei Vini Junior", disse o deputado.

O projeto de lei prevê que qualquer cidadão participante do evento poderá informar às autoridades responsáveis sobre condutas racistas presenciadas. O organizador do evento será responsável por tomar as providências necessárias, encaminhando as denúncias aos órgãos competentes para as medidas cíveis e penais cabíveis. Em partidas de

futebol, o árbitro ou media-

dor da partida terá o poder de interromper o jogo caso atitudes reconhecidamente racistas persistam. Em casos de conduta racista conjunta por parte dos torcedores ou reincidência da conduta, o organizador do evento esportivo ou o delegado da partida poderão decidir encerrar a partida.

Segundo o projeto a falta de cumprimento das determinações estabelecidas sujeitará a organização do evento a advertência preliminar e multas em valor equivalente a 50 Unidades Padrão Fiscal - UPF/PR. Em caso de reincidência, a multa aplicada será em dobro do valor estipulado. As multas arrecadadas serão revertidas para o Fundo Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - FUN-DEPPIR.

A fiscalização do cumprimento da lei proposta será realizada mediante regulamentação do Poder Executivo, como previsto no texto do projeto. O projeto de lei ainda precisa ser analisado e aprovado pela Assembleia Legislativa do Paraná para entrar em vigor.